

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE
SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
MINISTÉRIO DA SAÚDE**

**RESUMO DE ATIVIDADES 2020
COORDENAÇÃO-GERAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO**

BRASÍLIA 2020

Gisele Ane Bortolini - **Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição**

Juliana Rezende de Melo e Silva - **Diretora do Departamento de Promoção da Saúde**

Raphael Câmara Medeiros Parente - **Secretário de Atenção Primária à Saúde**

Eduardo Pazuello - **Ministro da Saúde**

Coordenação:

Gisele Ane Bortolini

Equipe técnica:

Ana Carolina Lucena Pires Ana

Maria Cavalcante de Lima

Ana Maria Spaniol

Ana Maria Thomaz Maya Martins

Ariene Silva do Carmo

Eduardo Augusto Fernandes Nilson

Glauciene Analha Leister

Iracema Ferreira de Moura

Kátia Godoy Cruz

Lilian Ânima Bressan

Maria de Fátima Cruz Correia de Carvalho

Mayara Kelly Pereira Ramos

Paloma Abelin Saldanha Marinho

Paula dos Santos Leffa

Rafaella da Costa Santin de Andrade

Sara Araújo da Silva

Tatiane Nunes Pereira

Thais Fonseca Veloso de Oliveira

Thais Silva Almeida de Oliveira

Secretária: Keila Alves Vitorino

Sumário

1. COVID-19	5
2. ARCABOUÇO LEGAL DA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	6
2.1. Política Nacional de Alimentação e Nutrição	7
3. AGENDA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E ORÇAMENTO	7
3.1. Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)	8
3.2. Estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN)	9
3.3. Programa Crescer Saudável	9
3.4. Portaria Obesidade e Covid	10
3.5. Portaria Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)	10
4. MONITORAMENTO DO CENÁRIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: DADOS RECENTES E VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	11
4.1. Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde: dados e sistemas de informação	16
4.2. Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde: ações realizadas	19
5. AÇÕES, ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS EM 2020	20
5.1. Prevenção e controle de carências nutricionais específicas na Atenção Primária à Saúde (hipovitaminose A, anemia e beribéri)	20
5.2. Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS)	22
5.2.1. Guia Alimentar para a População Brasileira – reforço às estratégias de implementação das recomendações	22
5.2.2. Guia Alimentar para Crianças brasileiras menores de 2 anos	23
5.2.3. Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil	24
5.2.4. Estratégias de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras	27
5.2.5. PAAS na Plataforma Saúde Brasil	30
5.3. Projeto Nutrição na APS	33
5.4. Ações de prevenção e controle da obesidade infantil	33
5.4.1. Programa Crescer Saudável	33
5.4.2. Estratégia Nacional para Prevenção e Controle do Sobrepeso e da Obesidade Infantil - PROTEJA	35
5.5. Estratégias para promoção da saúde, prevenção e controle das condições de sobrepeso e obesidade em adultos	38
5.5.1. Contexto e estratégias em 2020	38
5.5.2. Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020 e Materiais de Apoio - intensificação de ações às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no contexto da Covid-19	43
5.5.3. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de sobrepeso e obesidade em adultos	

5.5.4. Programa de Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde no SUS	44
5.6. Ações voltadas à redução do consumo de nutrientes críticos: sódio, açúcar e gorduras trans	46
5.7. Necessidades Alimentares Especiais	50
5.7.1. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV)	50
5.7.2. Judicialização de Fórmulas e/ou Suplementos Alimentares	52
6. PESQUISA FINANCIADAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	53
7. ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO FINANCIADAS	56
8. ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA	58
8.1. Reuniões com estados	58
8.2. Agenda Agosto Dourado	58
9. AGENDA INTERNACIONAL	59
9.1 Redes de Ação da Década de Nutrição	59
9.2 Participação em eventos	61
10. DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS E COMPROMISSOS	66
11. Controle social	68
12. DESAFIOS E PERSPECTIVAS	71
Anexo I: Ofício Circular nº 03/2020/CGAN/DEPROS/SAPS/MS	74
Anexo II – Declaração de Ministros	79
Anexo III: Eventos com participação da CGAN	82
Anexo IV: Lista de Pesquisas	84
Anexo V: Publicações 2020	101
Anexo VI: Termos de Execução Descentralizada (TED) e Cartas Acordo	103

1. COVID-19

O estado de emergência de saúde pública no Brasil, em decorrência da pandemia da Covid-19, exigiu a tomada de medidas articuladas, abrangendo intervenções tanto para conter a disseminação do vírus, quanto ações associadas à proteção da vida, da saúde e da segurança alimentar e nutricional da população, em especial, aquela em situação de vulnerabilidade social.

Os desafios encontrados foram referentes à atuação dos estados e municípios na implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) diante das restrições, o agravamento dos casos de Covid em pessoas com obesidade e o aumento da insegurança alimentar na pandemia.

Nesse contexto, foi produzido pela área técnica material contendo recomendações sobre alimentação em tempos de pandemia de Covid-19, contendo capítulo específico com orientações voltadas à população idosa. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/recomendacao_de_alimentacao_em_tempos_de_covid-19.pdf

No intuito de contribuir com a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, visando colaborar com propostas que assegurem a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população no enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19) e tendo em vista que as competências do Sistema Único de Saúde (SUS) são exercidas de forma tripartite pela União, Estados e Distrito Federal e Municípios, conforme preconizado na Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, foi encaminhado Ofício Circular Nº 3/2020/CGAN/DEPROS/SAPS/MS, de 07 de maio de 2020, às Coordenações Estaduais de Alimentação e Nutrição (SEI 0014735491). No Ofício em questão, foram feitas recomendadas ações aos estados, dentre elas, destacam-se:

- *Definição de um espaço de governança das ações intersetoriais para contribuir com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira a fim de coordenar as iniciativas, planos e ações emergenciais de provimento alimentar direto e indireto que estejam sendo desencadeados ou operadas pelas três esferas de governo;*
- *Apoiar a agricultura familiar e iniciativas de agricultura urbana para promover um mercado direto do produtor para o consumidor (circuito curto), o que*

promoverá o consumo de alimentos frescos e de qualidade, a preços acessíveis, além de gerar e fazer circular renda nas comunidades locais e entre pequenos produtores;”

Entre outros recomendações de ações intersetoriais;

Está em discussão para o início de 2021 a intensificação da agenda da dupla carga de má nutrição em crianças no contexto da Covid-19.

2. ARCABOUÇO LEGAL DA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

O arcabouço legal sobre o qual a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) está baseada compreende a alimentação enquanto direito, conforme previsto na Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A Lei 8080/1990, que dispõe sobre as condições para promoção e recuperação na saúde estabelecendo princípios e diretrizes do SUS, inclui nas responsabilidades do sistema de saúde a vigilância nutricional e orientação alimentar: “Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde-SUS: (...); IV - **a vigilância nutricional e orientação alimentar”**.”

Estabelece como competência da gestão nacional a formulação, avaliação e apoio às políticas de alimentação e nutrição: “**Art. 16. À direção nacional do Sistema Único de Saúde-SUS compete: I - formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição;**”, cabendo a execução às esferas estadual e municipal.

Além do estabelecimento da alimentação enquanto direito e das responsabilidades do SUS na formulação e apoio das políticas de promoção de exercício desse direito, a Lei 8080/1990 compreende a alimentação como fator determinante e condicionante da saúde:

Art. 3º - **A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes**, entre outros, **a alimentação**, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços

essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

2.1. Política Nacional de Alimentação e Nutrição

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), instituída em 1999 e atualizada em 2011, compõe um conjunto de políticas públicas criadas com o intuito de respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação. Integram essa Política a vigilância alimentar e nutricional, as ações de promoção de práticas alimentares saudáveis, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.

A PNAN tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.

Em comemoração aos 20 anos da PNAN, foi realizado o financiamento de uma edição temática da revista Cadernos de Saúde Pública. A edição, prevista para ser publicada no primeiro semestre de 2021, terá como objetivo dar visibilidade aos avanços da Política entre 1999 e 2019. Serão realizados 2 seminários para debater o tema em 31/08 e 15/08 de 2021.

3. AGENDA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E ORÇAMENTO

De acordo com análises do *Global Burden Disease* (GBD) para o ano 2019, **o excesso de peso (Índice de Massa Corporal elevado) e a alimentação são, respectivamente, o primeiro e o quinto fator de risco que impacta na carga de mortes e anos de vida perdidos dos brasileiros**¹. Como consequência imediata da alimentação inadequada, observa-se no Brasil, a diminuição da desnutrição e deficiências nutricionais, ainda presentes em populações mais vulneráveis e o aumento expressivo do excesso de peso (sobrepeso + obesidade) em todas as fases do curso da vida. A pandemia de Covid pode ainda ter

¹ Global Burden of Diseases 2019. Country profiles: What risk factors drive the most death and disability combined. Disponível em: <http://www.healthdata.org/brazil>. Acesso em dezembro de 2020.

agravado a dupla carga de má nutrição (desnutrição e obesidade)^{2,3,4,5,6,7}.

Dessa forma, a melhoria das condições de alimentação e nutrição e a sua estreita relação com a melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde para todos os brasileiros é uma prioridade do Ministério da Saúde e, em especial, da Atenção Primária do País.

Com vistas a garantir a implementação das ações previstas na PNAN, em 2020, foi prevista uma dotação orçamentária de R\$ 68.180.000,00 (Sessenta e oito milhões, cento e oitenta mil reais) na ação orçamentária 20QH PO 0000 - Implementação de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde, com empenho de R\$67.634.766,00 (Sessenta e sete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e setecentos e sessenta e seis reais), resultando num percentual de 99,20% de execução.

Além do orçamento da 20QH, a área contou em 2021 com mais 252.264.142,50 milhões, sendo R\$ 30.452.205,00 do Crescer Saudável e R\$221.811.937,50 da agenda de obesidade e Covid.

As seguintes ações compuseram a execução do orçamento da área em 2020:

3.1. Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)

O incentivo financeiro para estruturação e implementação de ações de Alimentação e Nutrição (A&N) foi criado em 2006 via repasse fundo a fundo. Está em elaboração proposta de aprimoramento do apoio e monitoramento da ação. Em 2020, foi disponibilizado instrutivo, em formato extenso e resumido, para o planejamento de ações em A&N nos estados e municípios a partir do uso do FAN.

- Portaria nº 802 de 14 de abril de 2020: Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na PNAN.

² Ryan DH, Ravussin E, Heymsfield S. COVID 19 and the Patient with Obesity – The Editors Speak Out. *Obesity* [Internet]. 2020;28(5):847.

³ Luzi L, Radaelli MG. Influenza and obesity: its odd relationship and the lessons for COVID-19 pandemic. *Acta Diabetol* [Internet]. 2020;57(6):759–64.

⁴ Siqueira JVV, Almeida LG, Zica BO, Brum IB, Barceló A, de Siqueira Galil AG. Impact of obesity on hospitalizations and mortality, due to COVID-19: A systematic review. *Obes Res Clin Pract* [Internet]. 2020;

⁵ S Hussain A, Mahawar K, Xia Z, Yang W, EL-Hasani S. Obesity and mortality of COVID-19. Meta-analysis. *Obes Res Clin Pract* [Internet]. 2020;14(4):295–300.

⁶ Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública Doença pelo Coronavírus 2019. Boletim Epidemiológico Especial 39. Doença pelo Coronavírus/COVID-19 - Semana Epidemiológica 48 (22/11 a 28/11/2020)[Internet]. 2020. Available from: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim_epidemiologico_covid_39.pdf;

⁷ FAO. Seguridad Alimentaria bajo la Pandemia de COVID-19. 2020. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rlc/docs/covid19/Boletin-FAO-CELAC.pdf

R\$ 3.270.000,00 para os estados

R\$ 7.485.000,00 para municípios com mais de 150 mil habitantes (196 municípios contemplados)

Total R\$ 10.755.000,00

- Portaria nº 1.012 de de 18 de maio de 2020: Estabelece, no ano de 2020, incentivo de custeio para a estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição pelas Secretarias de Saúde dos Municípios que possuem população entre 30.000 e 149.999 habitantes com base na PNAN.

Total R\$ 12.389.000,00 (936 municípios contemplados)

3.2. Estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN)

Ação realizada com base na Portaria nº 2.975/2011, que apoia municípios para a aquisição de equipamentos antropométricos para equipar os pólos do Programa Academia da Saúde e Unidades Básicas de Saúde (UBS). Desde 2013, estados e municípios podem adquirir equipamentos por meio do portal de compras do Ministério da Saúde, fazendo adesão à Ata Nacional de Registro de Preços. A portaria de 2020, referente ao incentivo de VAN, contemplou pólos do Programa Academia da Saúde pertencentes a 9 municípios e 1722 UBS pertencentes a 304 municípios, totalizando R\$ 5.166.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta e seis mil reais). Para 2021, a ação será aprimorada, visto que em 2019, concluiu-se o ciclo de contemplar UBS que informaram não ter balanças no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ).

3.3. Programa Crescer Saudável

Em 2020, foram contemplados 4118 municípios com o valor R\$ 32.564.448,19 por meio da Portaria nº 2.141, de 14/10/2020, referente ao desempenho dos municípios no ciclo 2019/2020 em conformidade com o cumprimento das ações previstas pelo Programa. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, referentes ao Programa Crescer Saudável correram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando R\$ 30.452.205 (trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinco reais) da Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Básica, no Plano Orçamentário PO - 000A

- Incentivo para Ações Estratégicas e R\$ 2.112.243,19 (dois milhões, cento e doze mil duzentos e quarenta e três reais e dezenove centavos) da Funcional Programática 10.306.5033.20QH - Segurança Alimentar e Nutricional para a Saúde, no Plano Orçamentário.

3.4. Portaria Obesidade e Covid

Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no SUS, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus. A portaria foi elaborada para ter foco na obesidade e por sugestão do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), foram incluídos os agravos diabetes e hipertensão.

Os recursos orçamentários objeto desta Portaria oneram a Funcional Programática 10.122.5018.21C0.6500 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus - Nacional, Plano Orçamentário - CV70 - COVID-19 - Medida Provisória nº 967, de 19 de maio de 2020, com impacto orçamentário no valor de R\$ 221.811.937,50 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e onze mil novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

3.5. Portaria Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)

Portaria GM/MS Nº 3.297, de 4 de dezembro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, o incentivo financeiro de custeio para as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e da alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de 2 (dois) anos de idade no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB).

Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, são provenientes do orçamento do Ministério da Saúde devendo onerar R\$ 16.962.517,94 (dezesesseis milhões novecentos e sessenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos), em parcela única, da Funcional Programática - 10.306.5033.20QH.0001 - Segurança Alimentar e Nutricional para a Saúde, no Plano Orçamentário 0000.

4. MONITORAMENTO DO CENÁRIO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: DADOS RECENTES E VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Brasil vivencia um rápido processo de transição alimentar, nutricional e epidemiológica nas últimas décadas, caracterizado por um cenário de múltipla carga de má nutrição marcado pela coexistência de desnutrição, excesso de peso e carências nutricionais⁸. O cenário epidemiológico aponta fortemente a problemática do excesso de peso como a condição mais prevalente em todas as faixas etárias e apresenta a alimentação inadequada como um de seus principais fatores de risco. A anemia e a hipovitaminose A seguem sendo as carências nutricionais mais prevalentes em crianças, ocorrendo de forma concomitante ao aumento da prevalência de excesso de peso. Por outro lado, apesar da reconhecida redução dos casos de desnutrição, esse agravo nutricional ainda é um problema relevante entre povos e comunidades tradicionais, como povos indígenas e quilombolas.

Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional⁹ (Sisvan) mostraram que, em 2019, 14,8% das crianças menores de 5 anos e 28,1% das crianças entre 5 e 9 anos tinham excesso de peso, e destas, 7,0% e 13,2% apresentavam obesidade, respectivamente, segundo índice antropométrico de Índice de Massa Corporal (IMC) para idade. Por outro lado, 6,9% e 5,7% das crianças menores de cinco anos e entre cinco e nove anos de idade apresentaram desnutrição, respectivamente, segundo índice antropométrico IMC para idade. Entre os adolescentes, a prevalência de excesso de peso atinge 23,7%, sendo que 7,8% destes estão com obesidade, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)¹⁰ em 2015.

Com relação à população adulta, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)⁶¹¹ de 2019, tanto o excesso de peso quanto a obesidade continuaram apresentando aumento, com prevalências de 60,3% e 25,9%, respectivamente. Segundo essa pesquisa, entre 2013 e 2019, a prevalência de excesso de peso em adultos aumentou de 58,1% para 60,0% entre os homens e de 60,7% para 63,3% entre as mulheres. O aumento da obesidade

⁸ FAO. State of Food Insecurity and Nutrition in the World 2018. Rome: FAO, 2018

⁹ Relatórios públicos do Sisvan disponíveis em: <http://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>. Data de extração: 22/04/2020.

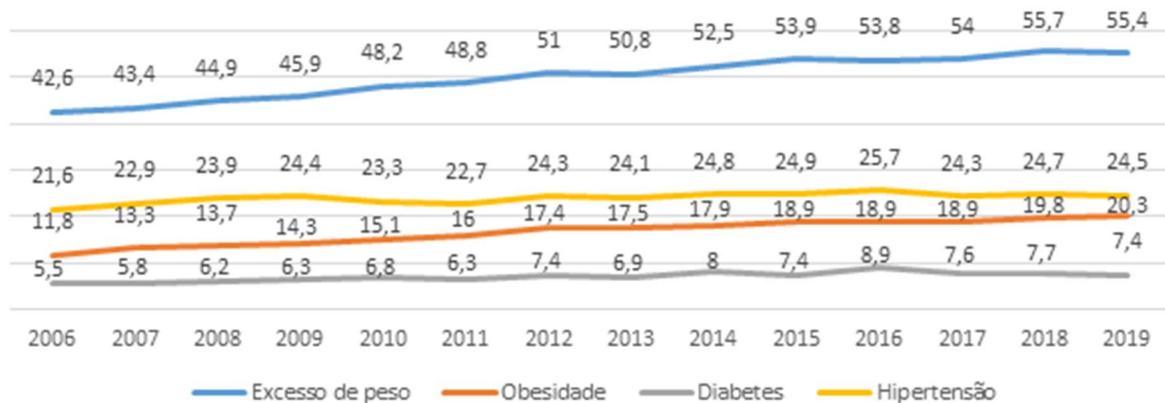
¹⁰ Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

¹¹ Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: Atenção primária à saúde e informações antropométricas: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. – Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

foi ainda maior: de 17,9% para 22,8% entre os homens e de 25,7% para 30,2% entre as mulheres.

Em relação às condições crônicas relacionadas à má alimentação, a PNS 2019 mostrou que 7,4% e 24,5% da população adulta apresentava diagnóstico médico de diabetes e hipertensão, respectivamente. Ainda, destaca-se que os dados da PNS anterior, referente ao ano de 2013, já mostravam que entre os adultos com diabetes, 75,2% têm excesso de peso e, entre os adultos com hipertensão, 74,4% têm excesso de peso. Dessa maneira, dentre os agravos mais prevalentes relacionados à má alimentação, estão o sobrepeso e a obesidade, a diabetes e a hipertensão. A Figura 1 mostra a variação temporal desses agravos, de acordo com os dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel).

Figura 1. Variação temporal do percentual de indivíduos com excesso de peso, obesidade, diabetes e hipertensão, segundo Vigitel.



A obesidade e as condições crônicas têm importante impacto no SUS. De acordo com dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), é possível observar que, durante o ano de 2019, dos mais de 135 milhões de atendimentos realizados e passíveis de identificação nesse sistema, 20,6% das condições/problemas avaliados correspondiam à hipertensão arterial, 8,3% ao diabetes e apenas 2,5% correspondiam à obesidade. Em 2020, apesar da redução no número de atendimentos/problemas avaliados, em função da pandemia de Covid-19, os atendimentos para a condição/problema avaliado obesidade corresponderam a apenas 2,3% do total de registros feitos entre janeiro e novembro. Confirmam assim que a obesidade, por ser uma condição mais prevalente, ainda

é um desafio no eixo de integralidade da Atenção Primária à Saúde (APS).

Em 2017, IMC elevado foi responsável por 165.954 mortes e 5.095.125 DALYs (Disability Adjusted Life Years)¹². O aumento dos custos dos cuidados de saúde associados ao aumento das taxas de obesidade é uma tendência em diversos países. Estudo realizado no Brasil demonstrou que os custos financeiros totais de hipertensão, diabetes e obesidade no SUS alcançaram 3,45 bilhões de reais em 2018¹³. Desses custos, 11% foi referente ao tratamento da obesidade. Considerando separadamente a obesidade como fator de risco para hipertensão e diabetes, os custos atribuíveis a essa doença chegaram a R\$ 1,42 bilhão.

Na perspectiva da influência do excesso de peso e da obesidade sobre os gastos em saúde nos domicílios brasileiros, estudo apontou que uma pessoa com obesidade impactava 15% a mais nos gastos mensais em saúde; duas pessoas com obesidade, 40% a mais; e três ou mais pessoas com obesidade resultavam em gasto 195% maior¹⁴.

Um estudo realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) mostrou que o excesso de peso e doenças relacionadas impactarão na redução de 5% no Produto Interno Bruto do Brasil¹⁵. Ademais, no Brasil, estima-se uma duplicação dos custos de saúde relacionados à obesidade de US\$5,8 bilhões em 2010 para US\$ 10,1 bilhões em 2050¹⁶.

No atual contexto de pandemia da Covid-19, as consequências da obesidade sobre a saúde da população também intensificou este agravo como importante problema de saúde pública nos cenários internacional e nacional, devido ao maior risco de complicações e severidade da doença causada pelo SARS-CoV-2 em indivíduos com obesidade, maior tempo de internação inclusive em unidades de terapia intensiva, além de estar associada a maior chance de letalidade. No Brasil, até a Semana Epidemiológica 48 (22/11 a 28/11/2020), a obesidade tem sido diretamente relacionada a 9.577 óbitos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), evidenciando-se como fator de risco importante no número de óbitos em indivíduos menores de sessenta anos¹⁷. Além disso, destacam-se os

¹² Felisbino-Mendes, M.S., Cousin, E., Malta, D.C. *et al.* The burden of non-communicable diseases attributable to high BMI in Brazil, 1990–2017: findings from the Global Burden of Disease Study. *Popul Health Metrics* **18**, 18 (2020). <https://doi.org/10.1186/s12963-020-00219-y>

¹³ Nilson EAF, Andrade RDCS, de Brito DA, de Oliveira ML. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. *Rev Panam Salud Publica*. 2020 Apr 10;44:e32.

¹⁴ Canella Daniela Silva, Novaes Hillegonda Maria Dutilh, Levy Renata Bertazzi. Influência do excesso de peso e da obesidade nos gastos em saúde nos domicílios brasileiros. *Cad. Saúde Pública*. 2015; 31(11): 2331-2341.

¹⁵ OECD (2019), *The Heavy Burden of Obesity: The Economics of Prevention*, OECD Health Policy Studies, OECD Publishing, Paris.

¹⁶ Shekar, Meera; Popkin, Barry. 2020. *Obesity : Health and Economic Consequences of an Impending Global Challenge*. Human Development Perspectives;. Washington, DC: World Bank.

¹⁷ Ryan DH, Ravussin E, Heymsfield S. COVID 19 and the Patient with Obesity – The Editors Speak Out. *Obesity [Internet]*. 2020;28(5):847.

impactos da pandemia sobre diferentes faixas etárias da população. Dados de estudo conduzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em parceria com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) Inteligência sobre os impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes evidenciaram alterações negativas nos hábitos alimentares, com aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, e que proporção relevante da população estudada deixou de comer por falta de dinheiro, evidenciando aumento da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) nos domicílios¹⁸. Entre adultos, os resultados do estudo intitulado “Mudanças na alimentação na coorte NutriNet Brasil na vigência da Covid-19” mostraram uma tendência de aumento no consumo de marcadores de alimentação saudável e não saudável nas macrorregiões Nordeste e Norte e entre pessoas com menor escolaridade, sugerindo desigualdades sociais na resposta à pandemia¹⁹.

Estudo recente (*preprint*) conduzido por pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) avaliou que parece existir uma subnotificação grave de obesidade no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe). Os pesquisadores alertam para as consequências dessa subnotificação, e sua decorrente “invisibilidade” como fator de risco, que podem ocasionar distorções graves na adoção de medidas de saúde pública e protocolos hospitalares específicos para a prevenção e o tratamento da Covid-19 na população brasileira com obesidade.²⁰

Em relação às carências de micronutrientes, dados recentes do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil²¹ (ENANI-2019) mostraram que entre crianças de 6 a 23

Available from: <http://doi.wiley.com/10.1002/oby.22808>; Luzi L, Radaelli MG. Influenza and obesity: its odd relationship and the lessons for COVID-19 pandemic. *Acta Diabetol* [Internet]. 2020;57(6):759–64. Available from: <http://link.springer.com/10.1007/s00592-020-01522-8>; Zhou Y, Yang Q, Chi J, Dong B, Lv W, Shen L, et al. Comorbidities and the risk of severe or fatal outcomes associated with coronavirus disease 2019: A systematic review and meta-analysis. *Int J Infect Dis* [Internet]. 2020;99:47–56. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1201971220305725>; Seidu S, Gillies C, Zaccardi F, Kunutsor SK, Hartmann-Boyce J, Yates T, et al. The impact of obesity on severe disease and mortality in people with SARS-CoV-2: A systematic review and meta-analysis. *Endocrinol Diabetes Metab* [Internet]. 2020; Available from: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/edm2.176>; Siqueira JVV, Almeida LG, Zica BO, Brum IB, Barceló A, de Siqueira Galil AG. Impact of obesity on hospitalizations and mortality, due to COVID-19: A systematic review. *Obes Res Clin Pract* [Internet]. 2020; Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7377684/>; * S Hussain A, Mahawar K, Xia Z, Yang W, EL-Hasani S. Obesity and mortality of COVID-19. Meta-analysis. *Obes Res Clin Pract* [Internet]. 2020;14(4):295–300. Available from: doi:10.1016/j.orcp.2020.07.002; Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública Doença pelo Coronavírus 2019. Boletim Epidemiológico Especial 39. Doença pelo Coronavírus/COVID-19 - Semana Epidemiológica 48 (22/11 a 28/11/2020)[Internet]. 2020. Available from: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/03/boletim_epidemiologico_covid_39.pdf

¹⁸ Unicef & IBOPE Inteligência. Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

¹⁹ Steele EM, et al. Dietary changes in the NutriNet Brasil cohort during the covid-19 pandemic. *Rev. Saúde Pública* [Internet]. 2020.

²⁰ Boccolini, CS. (2020) Obesidade e COVID-19: um fator “invisível”?. Manuscrito não publicado. DOI: 10.7303/syn23624953.1

²¹ UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil – ENANI-2019: Resultados preliminares – Prevalência de anemia e deficiência de vitamina A entre crianças brasileiras de 6 a 59 meses. UFRJ: Rio de Janeiro, 2020. 28 p.

meses a prevalência de anemia foi de 18,9% no Brasil, sendo o percentual mais elevado na região Norte (30,3%) e o menor na região Sul (13,8%), e nas regiões Nordeste, Centro-oeste e Sudeste 18,6%, 19,2% e 17,6%, respectivamente. Nesta mesma faixa etária, 6,4% das crianças apresentaram deficiência de vitamina A, sendo as regiões Centro-Oeste, Sul e Norte, aquelas com maiores frequências para esse indicador (11,5%, 7,8% e 7,8%, respectivamente) e as regiões Nordeste e Sudeste as com menores frequências (5,5% e 5,0%, respectivamente). Comparando os dados do ENANI-2019 com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2006 é possível verificar a aparente redução nas prevalências de carência de micronutrientes durante o período entre os estudos. Entre as crianças menores de 5 anos de idade, a prevalência de anemia passou de 20,9% em 2006 para 10,0% em 2019. Padrão semelhante foi encontrado na evolução da prevalência de hipovitaminose A, diminuindo de 17,4% em 2006 para 6,0% em 2019. Quanto ao Beribéri, deficiência grave de tiamina (vitamina B1), foi observado que, entre os anos 2015 e 2020, foi registrada a ocorrência de 450 casos suspeitos de beribéri no país; destes, foram confirmados 182 casos e 4 óbitos. Esse agravo acomete principalmente adultos jovens do sexo masculino, povos indígenas e populações em vulnerabilidade para a InSAN.

Vale destacar que, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, houve um grande aumento no percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional, quando comparado aos dados de 2013: de 22,6% para 36,7%, o que pode potencialmente ter agravado as deficiências nutricionais. Nesse sentido, a InSAN grave, que caracteriza diretamente a falta de acesso a alimentos e a fome, aumentou de 3,2% para 4,6% dos domicílios entre 2013 e 2017-2018 e deve ter se agravado ainda mais em consequência da pandemia do Covid-19.

O perfil alimentar brasileiro também apresentou mudanças alarmantes nas últimas décadas, caracterizadas pela redução do consumo de alimentos básicos e tradicionais e pelo aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados, associados a padrões alimentares inadequados.

Dados do Sisvan sobre o consumo alimentar de crianças menores de dois anos atendidas na APS mostraram uma prevalência de aleitamento materno exclusivo de 53% entre crianças menores de seis meses, e, entre crianças de 6 a 23 meses, 31% consumiram bebidas adoçadas, 48% consumiram algum alimento ultraprocessado e 28% consumiram

biscoito recheado, doces ou guloseimas no dia anterior em 2019. Os dados mostraram também que o consumo de bebidas adoçadas chegou a 67% entre crianças de 5 a 9 anos de idade, em 2019.

Os dados da POF de 2017-2018 mostraram aumento expressivo e significativo da participação calórica de alimentos prontos para o consumo, sobretudo de produtos ultraprocessados na disponibilidade domiciliar de alimentos (de 12,6% em 2002-2003 para 18,4% em 2017-2018), incluindo embutidos, bebidas adoçadas e refeições prontas. Em paralelo, a participação de alimentos in natura e minimamente processados no consumo diminuiu de 53,3% para 49,5% no período. Destaca-se que esse aumento ocorreu em todos os estratos econômicos e grandes regiões do país. Os resultados são próximos aos encontrados no módulo de consumo alimentar pessoal da POF 2017-2018, que inclui a alimentação dentro e fora do domicílio: participação de 19,7% de ultraprocessados e 53,4% de alimentos in natura e minimamente processados na energia total da dieta.

Estudo realizado a partir de dados da POF reforça que o consumo de ultraprocessados está associado com elevado consumo de açúcar, gordura saturada e gordura trans e com menor consumo de proteína, fibras e diferentes vitaminas e minerais²². De acordo com os dados do Vigitel, em 2019, para a população adulta, a frequência de consumo regular de frutas e hortaliças foi de 34,3% e a frequência do consumo de refrigerantes em cinco ou mais dias da semana foi de 15,0%. Indica então uma diferença de 4 pontos percentuais em comparação ao ano de 2015 (19,0%). Além disso, 18,2% dos adultos avaliados referiram o consumo de 5 ou mais grupos de alimentos ultraprocessados no dia anterior, sendo que a frequência desse consumo diminuiu com o aumento da idade.

4.1. Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde: dados e sistemas de informação

A VAN destaca-se enquanto uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, caracterizada pela descrição contínua e a predição de tendências da alimentação e nutrição da população e seus fatores determinantes. A VAN é imprescindível para a gestão dos cuidados em saúde na APS, especialmente para a organização da atenção

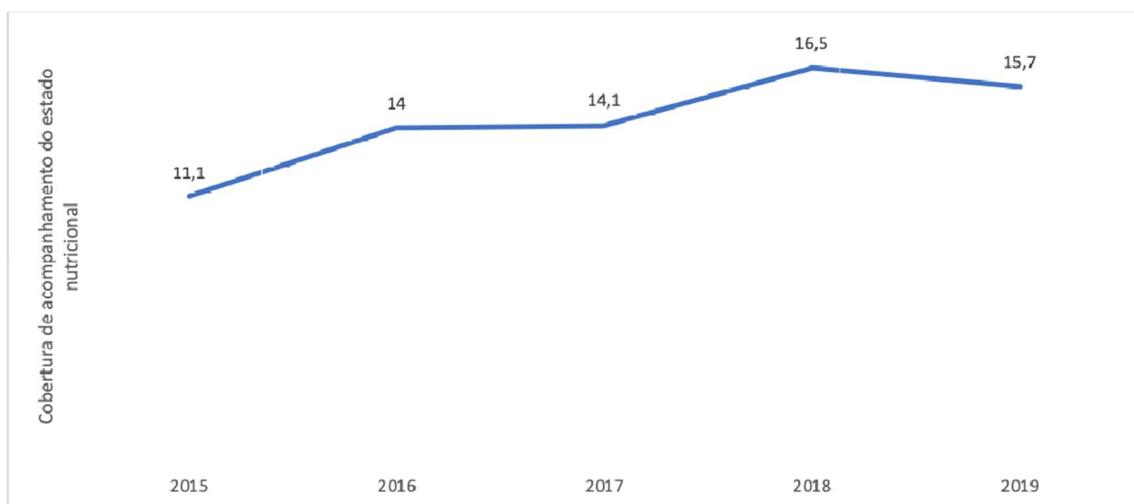
²² LOUZADA, M., et al. The share of ultra-processed foods determines the overall nutritional quality of diets in Brazil. *Public Health Nutrition*, 21(1), 94-102 2018

nutricional no SUS. O Sisvan é a principal ferramenta utilizada para a gestão das informações de VAN na APS, incluindo informações de estado nutricional e de consumo alimentar de crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes. A partir do diagnóstico alimentar e nutricional individual ou coletivo de um território, as equipes podem organizar ações adequadas à realidade local.

Ressalta-se ainda que o banco de dados do Sisvan reúne as informações registradas tanto no próprio Sisvan Web, quanto no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde e no SISAB.

Como mostrado na Figura 2, entre 2015 e 2019, a cobertura do Sisvan relacionada ao estado nutricional passou de 11,1% para 15,7%. Em 2020, dados preliminares (extração em 14/12/2020) apontam que cerca de 17 milhões de pessoas tiveram peso e altura aferidos e registrados durante os acompanhamentos realizados pelas equipes de Atenção Primária em todo o país (cobertura parcial de 9,0%), o que representa menos de 60% do total de indivíduos acompanhados no ano de 2019. Em relação ao consumo alimentar, no período de 2015 a 2019, aumentou de 0,1% para 1,0% a cobertura no Sisvan. Em 2020, dados preliminares (extração em 14/12/2020) indicam o acompanhamento de 1,9 milhões de indivíduos na APS quanto aos marcadores do consumo alimentar (cobertura parcial de 1,0%).

Figura 2. Evolução da cobertura de acompanhamento do estado nutricional no Sisvan, no período de 2015 a 2019 no Brasil²³.



A notória queda observada na cobertura de avaliação de estado nutricional e dos marcadores de consumo alimentar do Sisvan no ano de 2020 era esperada em função da pandemia mundial decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e da adoção de medidas que visam a prevenção e o controle da propagação viral. Portanto, considerando a desobrigação do registro das condicionalidades de saúde das crianças e mulheres do Programa Bolsa Família estabelecida em 2020 em função da pandemia e documentada na NOTA TÉCNICA Nº 11/2020-CGPROFI/DEPROS/SAPS/MS, notou-se redução no volume de informações antropométricas provenientes do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, cujos dados representaram 54% do total de indivíduos acompanhados quanto ao estado nutricional na base de dados do Sisvan em 2019. Ao comparar o resultado da 1ª vigência de 2020 com o mesmo período do ano de 2019, observa-se redução de cerca de 63% e 11% do número absoluto de crianças e gestantes beneficiárias, respectivamente, com dados nutricionais coletados no acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF.

Além disso, também observa-se queda nos registros provenientes do SISAB quando comparado ao ano de 2019. Ao comparar o total de indivíduos acompanhados quanto ao estado nutricional proveniente do SISAB em 2020 (dados parciais obtidos em 14/12/2020) observa-se uma redução de cerca de 21%, de maneira que, em 2019, 16,9 milhões de indivíduos tiveram registro antropométrico no SISAB e migraram para o Sisvan e, em 2020,

²³ A cobertura de 2020 não foi incluída no gráfico por se tratar de dados parciais que estarão fechados em fevereiro de 2021. Dados preliminares ao longo do texto.

até o presente momento, constam apenas 13,4 milhões de indivíduos.

Dados do cenário nutricional da população brasileira obtidos por meio da coleta de peso e altura registrados no dia a dia de trabalho das equipes de Atenção Primária do SUS, com base no Sisvan/2020, mostram que dentre os 17,4 milhões de indivíduos avaliados (incluindo todos as fases do ciclos de vida), cerca de 810 mil indivíduos apresentam desnutrição e 8,4 milhões excesso de peso (somatório dos casos diagnosticados de sobrepeso e obesidade).

Assim, os dados obtidos pelo Sisvan reafirmam a existência dos agravos extremos relacionados à má nutrição e ressalta a importância do trabalho dos profissionais de saúde atuantes na APS e Estratégia de Saúde da Família no monitoramento sistemático de peso e altura e uso prioritário desses dados no delineamento e implementação de ações voltadas à organização da Atenção Nutricional no SUS, no que tange às ações de promoção da alimentação adequada e saudável, vigilância alimentar e nutricional e atenção precoce e oportuna dos casos de desnutrição e obesidade.

Cabe destacar a necessidade de ampliar a cobertura do Sisvan, a fim de garantir a melhor qualidade dos indicadores de estado nutricional e de marcadores do consumo alimentar da população atendida na APS, considerando os diferentes níveis de desagregação, como municípios, regiões de saúde, estado e macrorregiões brasileiras.

4.2. Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde: ações realizadas

Por fim, destaca-se ainda que, em 2020, foi celebrada Carta Acordo com FAPITEC - Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe para atualização das orientações para Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde com vigência até abril de 2022, que contará com a produção dos seguintes materiais: guia prático e guia prático de bolso com conteúdo sobre avaliação antropométrica e de consumo alimentar por fase da vida; realização de consulta pública para avaliar os produtos; 2 vídeos de curta duração sobre técnicas de avaliação antropométrica e de consumo alimentar por fase da vida e sobre a importância da VAN na APS; 1 conjunto de cartazes contendo técnicas de avaliação antropométrica e de consumo alimentar por fase da vida e registro de dados e fluxo das informações do Sisvan; 1 curso de autoaprendizagem para plataforma de EAD sobre técnicas de avaliação antropométrica e de consumo alimentar.

Em 2020, foram elaborados materiais informativos a partir dos dados obtidos do Sisvan, como: atlas da obesidade infantil (http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/dados_atlas_obesidade.pdf), e do

excesso de peso e da obesidade na população adulta (http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atlas_situacao_alimentar_nutricional_populacao_adulta.pdf). Ainda, está em editoração para lançamento no início de 2021, atlas do estado nutricional dos idosos no Brasil. Para além disso, pretende-se elaborar e divulgar, em 2021, os atlas de estado nutricional das demais fases do ciclo da vida, incluindo adolescentes e gestantes, bem como atualizar os demais com os resultados de 2020 do acompanhamento do estado nutricional e do consumo alimentar na APS.

Destaca-se ainda, em 2020, a realização do Seminário Marco Zero da Chamada MS-SCTIE-Decit / CNPq Nº 26/2019 - Pesquisas em Alimentação e Nutrição, que contemplou cinco projetos de análise de qualidade dos dados inseridos no Sisvan, cujos resultados estarão disponíveis no prazo de 24 meses. A CGAN apoiou ainda a realização da I Oficina de Trabalho das Novas Curvas de Ganho de Peso Gestacional, cujo produto é fruto de projeto de pesquisa contratado por meio da Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN nº 13/2017 e contou com a participação de técnicos do Ministério da Saúde e profissionais de saúde do SUS que trabalham com este instrumento. A partir deste projeto foram produzidas as novas curvas para monitoramento do estado nutricional durante a gestação e que deverão ser incorporadas à Caderneta da Gestante a partir de 2021.

5. AÇÕES, ESTRATÉGIAS E PROGRAMAS EM 2020

5.1. Prevenção e controle de carências nutricionais específicas na Atenção Primária à Saúde (hipovitaminose A, anemia e beribéri)

Para a prevenção e controle de carências nutricionais específicas, o Ministério da Saúde coordena Programas Nacionais de Suplementação.

Em 2020, O Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA) estava implantado em 3.566 municípios, com meta de atendimento de de 5.806.905 milhões de crianças de 6 a 59 meses de idade e apresentou cobertura de 48,96% (2.842.784 crianças suplementadas). Todos os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) fazem parte do PNSVA e, em 2020, possuíam meta de atendimento de 102.304 crianças indígenas, e a cobertura no momento foi de 78,26% (80.066 crianças indígenas suplementadas).

O Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF) atende crianças de 6 a 24 meses de idade, gestantes (do pré-natal até o terceiro mês pós-parto, associado à suplementação com ácido fólico), por meio de recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde no Componente Básico de Assistência Farmacêutica para todos os 5.570 municípios brasileiros, sendo de sua responsabilidade a aquisição dos suplementos e

execução do Programa. Após a descentralização da compra dos insumos, o monitoramento da aquisição e dos indivíduos suplementados tornou-se o principal desafio. Atualmente o monitoramento de gestantes e crianças suplementadas é realizado pelo sistema de micronutrientes, módulo Ferro, disponível no e-gestor, porém com baixa adesão, o que dificulta o acompanhamento do PNSF. Até o momento, apenas 27% dos municípios informaram a ação. Está em andamento a discussão da possibilidade de monitorar via SISAB e e-SUS.

A Estratégia Nacional de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó (NutriSUS) é realizada preferencialmente em creches do Programa Saúde na Escola (PSE) com foco em crianças de 6 a 48 meses de idade. O último período de ciclos de suplementação ocorreu de 2017 a 2019e, no momento, está em andamento processo de compra nacional do insumo a fim de se garantir a sustentabilidade da estratégia. Paralelamente, está sendo feito um levantamento de manifestação de interesse nos próximos ciclos de suplementação do NutriSUS por parte dos municípios durante a adesão do PSE, de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, referente ao biênio 2021/2022. Assim que o processo de aquisição for finalizado, serão selecionados os municípios a fazerem parte do NutriSUS a partir desse levantamento e com base em critérios de priorização, levando em consideração o funcionamento ou não das instituições escolares frente à pandemia Covid.

Sobre a atenção prestada aos indivíduos acometidos com Beribéri, deficiência grave da vitamina tiamina, vale ressaltar que se trata de uma condição de menor magnitude em termos populacionais e é facilmente tratável. Contudo, é de grande relevância, pois pode levar a óbito. No ano de 2020, até o momento, foram registrados 110 casos suspeitos de beribéri no país. Destes, após a realização da prova terapêutica, foram confirmados 41 casos, indicando aumento de 372% em relação ao número de casos confirmados em 2019. Os novos casos foram confirmados nos Estados de Roraima e Tocantins. Destaca-se que o monitoramento é feito por meio do FORMSUS. Nesse contexto, alertamos sobre a situação de 199 casos suspeitos de beribéri, sendo 56 hospitalizações e 6 evoluções para óbitos, não registrados no FORMSUS e evidenciados pelo Relatório Técnico de Investigação de surto de Beribéri em pessoas privadas de liberdade, Altos (Piauí), 2020, o qual informa sobre a investigação epidemiológica apoiada pelo Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS - Nível Avançado (EpiSUS-Avançado) do Ministério da Saúde. É imprescindível a realização do devido monitoramento pelo estado do Piauí, tendo sido encaminhado o OFÍCIO Nº 43/2020/CGAN/DEPROS/SAPS/MS ao referido estado em

setembro deste ano ainda sem retorno. Destaca-se também que foi encaminhada solicitação de orientações para inclusão do beribéri no SINAN à Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE/DASNT/SVS) via OFÍCIO Nº 37/2020/CGAN/DEPROS/SAPS/MS.

Como perspectiva para 2021, com base nos resultados do ENANI, serão realizadas diversas discussões com especialistas, gestores, profissionais e sociedade para aprimoramento dos programas e reformulação do plano de suplementação de micronutrientes no âmbito do SUS.

5.2. Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS)

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) corresponde a uma das diretrizes da PNAN, insere-se como eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), e tem como enfoque prioritário a efetivação de um direito humano básico – o Direito à Alimentação Adequada. A PAAS também busca estimular a autonomia dos indivíduos para favorecer a escolha e adoção de práticas alimentares apropriadas e saudáveis dos pontos de vista biológico e sociocultural, bem como o uso sustentável do meio ambiente.

As ações de PAAS fundamentam-se nas dimensões de incentivo, apoio, proteção e promoção da saúde e contribuem para o enfrentamento do atual cenário epidemiológico, representado pelo aumento significativo de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), com destaque para o excesso de peso e obesidade e importantes mudanças no consumo alimentar da população brasileira. Assim, as ações têm como foco a micropolítica (território das Unidades de Saúde) e a macropolítica (ações de nível federal, estadual ou municipal que beneficiam a todos). As principais ações realizadas em 2020 serão apresentadas a seguir:

5.2.1. Guia Alimentar para a População Brasileira – reforço às estratégias de implementação das recomendações

Em continuidade à produção de materiais de apoio que incentivem gestores e profissionais de saúde a implementar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, foi firmada, em 2019, a Carta Acordo com o NUPENS/USP (SCON 2019-00489) e em 2020 elaborados: Documento técnico com bases metodológicas comuns para construção do fluxograma de priorização e uso das mensagens do Guia Alimentar para a População Brasileira na orientação alimentar e o Protocolo de uso do Guia Alimentar para a População Brasileira na orientação alimentar para a população

(http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guia_alimentar_fasciculo1.pdf),
idosos

(http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guia_alimentar_fasciculo2.pdf) e gestantes. Os referidos materiais encontram-se em fase final de normalização para lançamento e divulgação em 2021. A próxima etapa de construção dos protocolos de uso do Guia Alimentar, a serem desenvolvidos em 2021, abará os públicos escolares e adolescentes.

Em função da pandemia de Covid-19 em 2020, foram elaborados dois materiais de orientação à população. Um voltado à toda a população sobre as recomendações para uma alimentação adequada e saudável em tempos de pandemia e outro voltado aos idosos em situação de isolamento social. Os materiais encontram-se disponíveis em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/05/1096492/recomendacoes_alimentacao_pessoas_idosas_brasil_covid-19.pdf.

Com vistas a atualizar as evidências disponíveis em torno das recomendações que reforçam o uso dos Guias Alimentares para a População Brasileira e para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos, enquanto referência para as ações de promoção da alimentação adequada e saudável, foram elaboradas Notas Técnicas, disponíveis nos processos: nº 21000.090207/2019-56 e nº 21000.019332/2020-90.

Em fevereiro de 2020, em parceria com o Centro Universitário IESB, foi realizado o Seminário de Comemoração aos 5 anos do Guia Alimentar para a População Brasileira, com foco nos 10 anos da classificação NOVA. O Seminário foi gratuito e transmitido pelas redes sociais, contou com a participação da CGAN e dos pesquisadores Carlos Monteiro, Maria Laura Louzada, Scheine Leite Canhada e Fábio da Silva Gomes. As apresentações realizadas no Seminário encontram-se disponíveis em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/7416>.

Com o intuito de atualizar as evidências acerca da efetividade das ações de promoção da alimentação saudável, com destaque para o consumo de frutas, legumes e verduras (FLV) e uso de intervenções via Telessaúde, Telemedicina, e aplicativos de celular e uso de mensagens de texto/SMS na melhora da alimentação em adultos, foram encomendadas revisões sistemáticas rápidas, em parceria com a Fiocruz.

5.2.2. Guia Alimentar para Crianças brasileiras menores de 2 anos

Conforme previsão do Convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (parceiro na elaboração do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos) (Convênio MS/UERJ nº 840350/2016), do conjunto de materiais de apoio à divulgação

do Guia, foi finalizada a versão resumida do Guia e o documento de perguntas e respostas para ouvidoria do Ministério da Saúde. Os materiais acima descritos encontram-se em fase de diagramação e revisão final, respectivamente.

Em 2020 foram realizadas reuniões virtuais do Grupo Técnico de acompanhamento das produções do Guia, o qual avançou nas construções do documento de evidências, caderno de culinária e documento de orientações para apoiar profissionais de saúde nas orientações em situações de não amamentação. Todos esses materiais serão finalizados em 2021.

A versão em inglês do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos encontra-se em fase final de diagramação para ampla divulgação em 2021.

Em comemoração ao Agosto Dourado, campanha do Ministério da Saúde para a promoção do aleitamento materno, foram incluídas nas peças da campanha, mensagens chave sobre alimentação complementar saudável e foram realizadas oficinas estaduais em 25 estados para apresentação das recomendações do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos.

5.2.3. Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil

A EAAB é uma ação que visa ao fortalecimento das ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável para crianças menores de dois anos de idade, aprimorando as competências e habilidades dos profissionais de saúde da APS.

O processo de implementação da EAAB conta com a etapa de formação de tutores - profissionais de saúde das UBS que têm como atribuição a implementação e multiplicação da Estratégia nos municípios brasileiros; e com a etapa de realização das oficinas de trabalho nas UBS para qualificação dos profissionais de saúde em aleitamento materno e alimentação complementar saudável. Evidências mostram que esta é uma das estratégias mais efetivas para prevenção e controle da obesidade infantil e outros agravos como cáries dentárias e dislipidemias e tem impacto na melhoria do padrão de alimentação e no desenvolvimento de crianças²⁴.

²⁴ VENANCIO, Sonia Isoyama et al. Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 2016;

VITOLLO MR, Bortolini GA, Feldens CA, Drachler ML. Impactos da implementação dos dez passos da alimentação saudável para crianças: ensaio de campo randomizado Cad Saude Publica 2005 Sep-Oct;21(5):1448-57;

VITOLLO MR, Bortolini GA, Campagnolo PDB, Feldens CA, Effectiveness of a nutrition program in reducing symptoms of respiratory morbidity in children: A randomized field trial. Preventive Medicine 2008; 47:384-388.;

VITOLLO MR, Rauber F, Campagnolo PDB, Feldens CA, Hoffman DJ. Maternal dietary counseling in the first year of life is associated with a higher healthy eating index. J Nutr 2010; 140(11):2002-2007.;

VITOLLO MR, Bortolini GA, Campagnolo PD, Hoffman DJ. Maternal dietary counseling reduces consumption of energy-dense foods among infants: a randomized controlled trial. J Nutr Educ Behav. 2012 Mar-Apr;44(2):140-7 ;

VITOLLO, Márcia Regina et al . Impacto da atualização de profissionais de saúde sobre as práticas de amamentação e alimentação complementar. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1695-1707, Aug. 2014.;

Em 2020, em continuidade ao processo de adaptação da EAAB para a realidade dos povos indígenas, foi firmada Carta Acordo com a IBFAN - Brasil (Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar) (SCON 2020-00230), no valor de R\$ 350.000,00. A Carta Acordo intitula-se: “Adaptação do processo de implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e dos 12 passos para uma alimentação saudável, com base no guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos, à saúde indígena”. Possui vigência de 15/10/2020 até 11/04/2022.

Em continuidade à elaboração dos produtos previstos no TED 163/2018 com a Universidade Federal Fluminense (UFF), foi realizada a revisão do Manual de Implementação da EAAB e da Minuta de Portaria que estabelece a estratégia; em construção a proposta de aprimoramento do Sistema de Monitoramento da EAAB e finalizado e lançado o curso de Qualificação Profissional “Amamenta e alimenta Brasil: recomendações baseadas no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos”. Anteriormente, foi realizada revisão rápida sobre estratégias efetivas para promoção do aleitamento materno. O curso encontra-se disponível na Plataforma UNASUS (<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/46403>) e com inscrições previstas até setembro do ano de 2021. Possui uma carga horária de 30 horas e é destinado a todos os profissionais de saúde da APS, sendo , também um pré-requisito para realizar a formação presencial para tutor da EAAB. O conteúdo aborda a promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável para crianças menores de 2 anos no âmbito da APS), considerando a perspectiva da educação permanente em saúde, com base nos princípios da educação crítico-reflexiva. No primeiro mês do curso, já constavam 7.468 cursistas.

O monitoramento da implantação da EAAB é realizado pelo Sistema de Gerenciamento da EAAB, disponível desde março/2013. Entre 2013 e dezembro/2020, foram realizadas 339 oficinas para formação de 6.348 tutores, 3.627 Unidades Básicas de Saúde receberam oficinas de trabalho, 56.625 profissionais da Atenção Básica foram

VITOLLO, MR. et al. Atualização sobre alimentação da criança para profissionais de saúde: estudo de campo randomizado por conglomerados. Rev Bras Epidemiol out-dez 2014; 17(4): 873-886.;
RAUBER, F. Consumption of ultra-processed food products and its effects on children's lipid profiles: a longitudinal study. Nutr Metab Cardiovasc Dis. 2015 Jan;25(1):116-22.;
SANGALLI CN, Leffa PDS, Morais MB, Vitolo MR. Infant Feeding Practices and th eEffect in Reducing Functional Constipation 6 Years Later: A Randomized Field Trial. J Pediatr Gastroenterol Nutr. 2018.;
COSTA CS et al. Consumption of ultra-processed foods and body fat during childhood and adolescence: a systematic review. Public Health Nutrition: 21(1), 148–159. 2017.;
FELDENS CA, Vitolo MR, Drachler ML. A randomized Trial of the effectiveness of home visits in preventing early childhood caries. Community Dent Oral Epidemiol. 2007 Jun;35(3):215-23;
FELDENS CA, Giugliani ERJ, Duncan BB, Drachler ML, Vitolo MR. Long-term effectiveness of a nutritional program in reducing early childhood caries: a randomized trial. Community Dent Oral Epidemiol 2010; 38: 324–332.;
BORTOLINI, Gisele Ane; Vitolo, Márcia Regina. Impacto de orientação dietética sistemática no primeiro ano de vida nas prevalências de anemia e deficiência de ferro aos 12-16 meses. J. Pediatr. (Rio J.), Porto Alegre , v. 88, n. 1, p. 33-39, Feb. 2012.

qualificados e 189 Equipes/Unidades Básicas de Saúde foram certificadas. Uma proposta de aprimoramento do Sistema de Monitoramento da EAAB está em construção.

Ainda no âmbito do TED 163/2018, no que diz respeito ao componente “desenvolvimento de ações de sensibilização e capacitação de profissionais de saúde para fortalecer o monitoramento da NBCAL”, grande parte das atividades previstas para o ano de 2020 precisaram de uma readequação e reprogramação. Foram realizados: revisão e atualização de material didático sobre a NBCAL - Manual do curso **ou** Oficina NBCAL e cartilha NBCAL.

Para 2021, as ações previstas no TED são: apoiar os 382 municípios incluídos na Portaria 3297/2020, apoiar os coordenadores estaduais de alimentação e nutrição na implementação da EAAB, iniciar o processo de adesão da EAAB com os municípios e apoiar a coordenação municipal da EAAB, reduzir carga horária da oficina e formar o tutor na função de apoio, levantar o número de tutores necessários a partir dos planos de ação municipais, realizar 27 oficinas de formação de tutores, formar o tutor para que possa apoiar as equipes na implementação de ações efetivas, formar as equipes no manejo do Aleitamento materno e Alimentação Complementar Saudável (EAD) e rever critérios de certificação com menos foco na formação e mais foco na implementação das ações e monitoramento. No âmbito do componente de fortalecimento do monitoramento da NBCAL, estão previstos: a editoração do material didático revisado e atualizado em 2020 (Manual e Cartilha NBCAL), curso EAD para formação de multiplicadores da Rede IBFAN Brasil – núcleo de apoiadores permanente para o monitoramento da NBCAL).

Neste ano de 2020, conforme apontado anteriormente, foi publicada a Portaria GM/MS Nº 3.297, de 4 de dezembro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, o incentivo financeiro de custeio para as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e da alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de 2 (dois) anos de idade no âmbito da EAAB na APS. Ressalta-se que, desde sua criação, esse foi o primeiro repasse financeiro atrelado aos municípios que fazem parte da EAAB. A portaria priorizou municípios que tenham realizado e registrado no gestor AB as oficinas de trabalho da EAAB, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2020. Além disso, também foram contemplados aqueles municípios que tiveram equipe de atenção primária ou UBS certificada pela EAAB até 31 de agosto de 2020.

As ações serão monitoradas pelo Sisvan por meio da avaliação dos seguintes indicadores: aumento do número de crianças menores de 2 anos com estado nutricional registrado nos Sistemas de Informação da Atenção Primária; e aumento do número de

crianças menores de 2 anos com práticas alimentares registradas nos Sistemas de Informação da Atenção Primária, com base nos marcadores de consumo alimentar.

Ao todo foram repassados R\$ 16.962.517,94 para 382 municípios brasileiros com o objetivo de intensificar as ações de promoção ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável, por meio da EAAB. Para 2021, a expectativa é lançar a nova proposta para a EAAB, com objetivo de ampliar sua implementação.

5.2.4. Estratégias de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras

Ações e estratégias de incentivo ao consumo de FLV são fundamentais no âmbito da alimentação adequada e saudável. Além de extremamente saudáveis e contribuírem com a maior diversidade no consumo alimentar, os efeitos protetores de FLV sobre a prevenção de doenças advém do alimento em si e das inúmeras combinações de nutrientes, presença de fibras, vitaminas, minerais e outros compostos químicos que fazem parte da matriz desses alimentos.

O Brasil possui uma enorme variedade de FLV, que pode ser consumida de diversas formas, frescas ou secas, como parte das refeições principais ou como pequenas refeições. Boa parte desses alimentos são comercializados durante quase todos os meses em todas as regiões do País. Por este e outros motivos, o investimento em ações que promovam o aumento do consumo de FLV é uma ação potencial de sucesso e requer um esforço conjunto diante da complexidade do sistema alimentar e das possibilidades de atuação.

Incentivar o consumo de FLV é uma das principais recomendações internacionais e para prevenção das DCNT, alguns exemplos são a Estratégia Global (EG) para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, aprovada em 2004 na Assembléia Mundial de Saúde, por 192 países, incluindo o Brasil; a Década de Ação para a Nutrição (2016-2025), para a qual o Brasil assumiu o compromisso de ampliar em no mínimo 17,8% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente; o documento “Sustainable healthy diets: guiding principles”, lançado em 2019 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em que são apresentados os princípios orientadores sobre dietas saudáveis e sustentáveis, trazendo a importância da promoção de dietas saudáveis tradicionais baseadas em alimentos in natura e minimamente processados, principalmente de origem vegetal, incluindo grãos integrais, leguminosas, oleaginosas e uma ampla variedade de frutas e hortaliças.

No Brasil, em consonância com estas recomendações, as diretrizes oficiais do Ministério da Saúde apresentadas no Guia Alimentar para População Brasileira e no Guia Alimentar Brasileiras Menores de 2 anos tem em vista a melhoria dos padrões de alimentação e nutrição da população e de contribuir para a promoção da saúde, trazendo como principal estratégia a valorização dos alimentos in natura e minimamente processados, como o arroz, feijão, frutas e hortaliças.

Em dezembro de 2019, a Assembleia Geral da ONU decretou 2021 como o Ano Internacional das Frutas e Hortaliças (legumes e verduras). Assim, convida todas as Nações Membro da ONU e outros atores relevantes como a sociedade civil e a Academia a promover atividades destinadas a conscientizar e direcionar a atenção política para os benefícios do consumo de frutas e hortaliças, e a contribuição desses alimentos para a promoção de dietas diversificadas, equilibradas e saudáveis. O lançamento desse ano internacional também é importante no contexto da pandemia. De acordo com relatório lançado pela FAO, a Covid-19 afetará no aumento da fome e da pobreza nos países da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe. Para manter vivo o sistema alimentar regional, a orientação é de que os países mantenham o funcionamento das operações agrícolas, apoiem o transporte, processamento e embalagem de produtos agrícolas e de pesca, resolvam problemas logísticos das cadeias de valor alimentar e garantam a operação de pontos de venda.

Nesse sentido, o ano de 2021 pode ser um importante motivador para que o Brasil impulse a meta estabelecida no Plano Nacional de Saúde 2020 - 2023, de reduzir e controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle. Um dos indicadores pactuados é aumentar o percentual de adultos (18 anos ou mais) que consomem frutas e hortaliças regularmente de 36,2% para 42,0%.

Por isso, em 2020 a CGAN, com base no histórico da agenda no governo federal nos últimos 20 anos, a CGAN iniciou o planejamento das ações encomendando uma revisão rápida sobre quais intervenções são eficazes e seguras para aumentar o consumo de FLV. A encomenda foi feita para um grupo de pesquisa da Fiocruz Brasília, em parceria com o Instituto de Saúde de São Paulo.

Também foi elaborado um plano de trabalho, em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), que será apoiado/operacionalizado por meio de Carta Acordo, junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com o objetivo de incentivar discussões e estimular políticas e programas de incentivo à produção, abastecimento e consumo de FLV no país. Para o ano de 2021, deverão ser realizadas uma revisão da literatura sobre o tema; o mapeamento de experiências relevantes no âmbito internacional para promoção do consumo

de FLV; o mapeamento de ações governamentais que afetam o consumo de FLV entre os brasileiros, por meio do levantamento de ações formuladas e implementadas pelo Governo Federal; a construção do “Laboratório de Inovações e Experiências” para mapeamento e divulgação das melhores experiências locais brasileiras de incentivo à produção, ao consumo e ao abastecimento de FLV, feijão e arroz; a realização de Seminários Regionais (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul) virtuais para discussão de ações multisetoriais que ampliem o acesso e promovam o consumo de FLV, arroz e feijão; a elaboração de Estratégia ou Agenda Nacional Intersetorial para Promoção da Alimentação Saudável, com destaque para o consumo de FLV; a Realização de Seminário Internacional Virtual sobre o tema; a elaboração de Instrutivo para gestores implementarem ações no nível local para aumentar o consumo de FLV, arroz e feijão; e o lançamento de Campanha de comunicação em nível nacional para promoção do consumo de FLV, arroz e feijão.

A CGAN e o INCA, com o apoio da assessoria para assuntos internacionais do MS, reuniram-se com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura-Brasil e também reuniram-se com parceiros governamentais com o objetivo de articular e promover ações intersetoriais de promoção do consumo, produção e abastecimento de FLV. Participaram da reunião representantes do: MAPA, MCTI, EMBRAPA, INCA, Cidadania, CONAB e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 2021, essa articulação deve ser continuada para impulsionar as ações do Ano Internacional de FLV no Brasil.

Também foi identificada a necessidade de se trabalhar a agenda de Habilidades Culinárias para dialogar com esse tema e foi iniciado o processo de construção de uma parceria sobre o tema junto ao grupo SIG-Dietética a ser estabelecida por meio de Carta Acordo em 2021. Os produtos acordados para essa Carta foram o desenvolvimento de material instrucional (e-book, vídeos, "podcasts") sobre Habilidades Culinárias Domésticas (HCD) e divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira; a realização de oficinas de educação permanente para qualificação dos profissionais da APS sobre a temática habilidades culinárias e diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira; a elaboração de protocolos/roteiros para cada oficina/material audiovisual de HCD quanto à dimensão de conteúdo; a identificação de estratégias mais efetivas para a inclusão das HCD na APS por meio de abordagem qualitativa (Grupo Focal); A realização de pesquisa e adaptação de questionário de avaliação das HCD na APS.

Ainda nesta agenda, destaca-se a necessidade de estratégias de intervenções políticas relacionadas ao preço e custo dos alimentos, com o propósito de incentivar a disponibilidade, compra e consumo de alimentos e bebidas saudáveis. Nessa perspectiva, em dezembro de

2020, a CGAN elaborou nota técnica (SEI 25000.169896/2020-23) para os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Economia com o objetivo de solicitar apoio em relação às medidas fiscais a fim de promover a alimentação adequada e saudável da população brasileira. Dessa forma, espera-se aprofundar o debate junto às demais áreas a respeito do tema, em busca de subsídios para redução dos custos relacionados à alimentação saudável.

5.2.5. PAAS na Plataforma Saúde Brasil

O Portal Saúde Brasil, vinculado ao Ministério da Saúde, foi criado em 2017 para incentivar e apoiar os brasileiros a terem uma alimentação mais saudável, praticarem atividade física, cultivarem um peso saudável e abandonarem o cigarro. São matérias, receitas, podcasts e vídeos que promovem a qualidade de vida e podem colaborar de maneira significativa para a adoção de hábitos que previnem DCNT.

Os conteúdos, produzidos a partir de entrevistas com especialistas e de publicações do Ministério da Saúde, contam com a coordenação da ASCOM/MS em parceria com as áreas técnicas. Diante da relevância do tema da alimentação adequada e saudável como determinante da saúde, durante o ano de 2020, foram publicadas 17 matérias, 2 séries (Jornada de Daniela e Caminhos da Comida de Verdade) e 15 *podcasts* sobre a temática da Alimentação Saudável. A plataforma encontra-se disponível em <https://saudebrasil.saude.gov.br/>.

Matérias

1. Tem diverticulite? Saiba mais sobre o que você (não) deve comer - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/tem-diverticulite-saiba-mais-sobre-o-que-voce-nao-deve-comer>
2. Mais alimentos in natura, menos retenção de líquido - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/mais-alimentos-naturais-menos-retencao-de-liquido>
3. Vai beber alguma coisa? - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/vai-beber-alguma-coisa>
4. Das prateleiras à mesa: guia prático de como manusear e utilizar os alimentos de forma adequada - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/das-prateleiras-a-mesa-guia-pratico-de-como-manusear-e-utilizar-os-alimentos-de-forma-adequada>

5. Como fazer pão? Receitas práticas e saborosas para testar em casa -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/como-fazer-pao-receitas-praticas-e-saborosas-para-testar-em-casa>
6. Qual o papel de uma alimentação adequada e saudável durante a pandemia de COVID? - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/qual-o-papel-de-uma-alimentacao-adequada-e-saudavel-durante-a-pandemia-de-covid>
7. 10 passos da alimentação saudável para idosos durante a pandemia -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/10-passos-da-alimentacao-saudavel-para-idosos-durante-a-pandemia>
8. Festa Junina saudável? A gente te conta como! - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/festa-junina-saudavel-a-gente-te-Conta-como>
9. A Jornada de Daniela: rumo a uma alimentação saudável -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/a-jornada-de-daniela-rumo-a-uma-alimentacao-saudavel>
10. Leite Materno: o primeiro contato do bebê com a comida de verdade -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/leite-materno-o-primeiro-contato-do-bebe-com-a-comida-de-verdade>
11. Comportamentos saudáveis para cultivar com as crianças durante a pandemia -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/comportamentos-saudaveis-para-cultivar-com-as-criancas-durante-a-pandemia>
12. Armazém da Saúde: dicas saudáveis na palma da mão -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/armazem-da-saude-dicas-saudaveis-na-palma-da-mao>
13. Comidas que dão match: arroz e feijão - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/comidas-que-dao-match-arroz-e-feijao>
14. Por que resgatar o caderno de receitas da família pode fazer a diferença na sua alimentação e na sua vida - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/por-que-resgatar-o-caderno-de-receitas-da-familia-pode-fazer-a-diferenca-na-sua-alimentacao-e-na-sua-vida>
15. Outubro Rosa: Qual é o papel da alimentação na prevenção do câncer de mama? -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/outubro-rosa-qual-e-o-papel-da-alimentacao-na-prevencao-do-cancer-de-mama>
16. Porque crianças menores de 2 anos não devem comer açúcar? -
<http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/porque-criancas->

[menores-de-2-anos-nao-devem-comer-acucar](#)

17. Cultivar o próprio alimento é um incentivo para a alimentação adequada e saudável - <http://saudebrasil.saude.gov.br/eu-quer-me-alimentar-melhor/cultivar-o-proprio-alimento-e-um-incentivo-para-a-alimentacao-adequada-e-saudavel>

Podcasts

1. Alimentação e COVID-19 - <https://soundcloud.com/saudebrasil/alimentacao-e-covid-19>
2. Você sabe o que é a cesta verde? - <https://soundcloud.com/saudebrasil/voce-sabe-o-que-e-a-cesta-verde>
3. Manutenção do peso durante a pandemia - <https://soundcloud.com/saudebrasil/manutencao-do-peso-durante-a-pandemia>
4. Alimentação infantil e peso saudável durante a pandemia - <https://soundcloud.com/saudebrasil/alimentacao-infantil-e-peso-saudavel-durante-a-pandemia>
5. Habilidades culinárias da família: alimentação de crianças - <https://soundcloud.com/saudebrasil/habilidades-culinarias-da-familia-alimentacao-de-criancas>
6. Habilidades culinárias para adultos - <https://soundcloud.com/saudebrasil/habilidades-culinarias-para-adultos>
7. Como comprar, conservar e consumir hortaliças - <https://soundcloud.com/saudebrasil/como-comprar-conservar-e-consumir-hortalicas>
8. Malefícios do consumo de ultraprocessados - <https://soundcloud.com/saudebrasil/maleficios-do-consumo-de-ultraprocessados>
9. Riscos do consumo exagerado de sal - <https://soundcloud.com/saudebrasil/riscos-do-consumo-exagerado-de-sal>
10. Você sabe como controlar a pressão arterial? - <https://soundcloud.com/saudebrasil/voce-sabe-como-controlar-a-pressao-arterial>
11. Autocuidado da pessoa com diabetes mellitus em tempos de pandemia - <https://soundcloud.com/saudebrasil/autocuidado-da-pessoa-com-diabetes-mellitus-em-tempos-de-pandemia>
12. Você conhece os estigmas da obesidade? - <https://soundcloud.com/saudebrasil/voce-conhece-os-estigmas-da-obesidade>
13. Alimentação saudável é cara? - <https://soundcloud.com/saudebrasil/alimentacao-saudavel-e-cara>

14. Como dosar as quantidades corretas de óleos, gorduras, sal e açúcar? -

<https://soundcloud.com/saudebrasil/como-dosar-as-quantidades-corretas-de-oleos-gorduras-sal-e-acucar>

15. Alimentos e fake news - <https://soundcloud.com/saudebrasil/alimentos-e-fake-news>

5.3. Projeto Nutrição na APS

Tem por objetivo elaborar documentos e estratégias para induzir o aprimoramento da atenção nutricional no âmbito da APS, dentre esses, um documento com recomendações sobre como potencializar a atenção nutricional na APS a partir de consenso com especialistas, gestores e profissionais; a análise de experiências realizadas na atenção primária para identificar as práticas de atenção nutricional realizadas no cotidiano das equipes, a atualização da Matriz de ações de Alimentação e Nutrição na APS e a realização do II Seminário Internacional sobre A & N na APS. A proposta foi apresentada e validada por grupo consultivo de experts no tema, que acompanhará e contribuirá com o projeto ao longo de sua realização.

O projeto inclui uma parceria com a Bireme, que tem o objetivo de contribuir para aumentar a visibilidade das ações, estratégias, pesquisas e projetos desenvolvidos no Brasil para a implementação e fortalecimento da PNAN, assim como às ações relacionadas à Década de Ação para a Nutrição (2016-2025). Neste estão previstos o mapeamento, seleção e registro bibliográfico de publicações e documentos sobre o tema; a elaboração de pelo menos, dois mapas de Evidências tendo como escopo as nove diretrizes da PNAN; a criação de uma Vitrine do Conhecimento, (que é uma fonte de informação da BVS) que aplica metodologia desenvolvida pela BIREME, com o objetivo principal de destacar conteúdos relevantes a uma temática; a realização de um estudo infométrico da produção científica e técnica sobre temas relacionados com a PNAN; e um eixo de divulgação e comunicação para que se proceda ampla disseminação dos resultados obtidos neste projeto nos canais formais de comunicação da BIREME e da CGAN/DEPROS/SAPS/MS.

No momento, os materiais estão em elaboração, com previsão de finalização no final de 2021, durante o II seminário Internacional de Nutrição na APS, previsto para acontecer em novembro de 2021.

5.4. Ações de prevenção e controle da obesidade infantil

5.4.1. Programa Crescer Saudável

O Programa Crescer Saudável, criado em 2017, estabelece, no âmbito do PSE, um

conjunto de medidas para prevenção e controle da obesidade infantil. Em 2019, as metas do Programa foram atualizadas para o ciclo 2019/2020. Ao todo aderiram ao Programa, nessa fase, 4.118 municípios com alcance de 10,5 milhões de escolares menores de 10 anos. As metas do Crescer Saudável incluíam: avaliar o estado nutricional das crianças menores de 10 anos; ofertar, no mínimo, 4 atividades coletivas por ano nas temáticas de promoção da alimentação adequada e saudável e promoção da atividade física nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I do PSE; e atender as crianças identificadas com obesidade, por meio de intervenção e cuidado individualizado na rede de APS do município. Para o monitoramento do ciclo 2019/2020 do Programa Crescer Saudável foram considerados todos os dados registrados nos sistemas de informação ao longo do ano de 2019, além dos dados de janeiro e fevereiro de 2020, inseridos até o dia 13 de março de 2020. Em consonância com o documento de orientação do monitoramento do Programa, foi realizado o monitoramento final do ciclo 2019/2020, em conformidade com a realização de pelo **menos 1 das 4 ações previstas** pelo Programa para efeito de pagamento do incentivo financeiro. Em 2020, foi repassado o valor R\$ 32.564.448,19 (Portaria nº 2.141, de 14/10/2020) referente ao ciclo 2019/2020.

A seguir são apresentados o desempenho consolidado dos municípios quanto ao registro das informações no Sisvan e no e-SUS, para as 4 metas do programa.

Tabela 1: Percentual de alcance das metas do Programa Crescer Saudável 2019/2020.

Percentual de alcance das metas	Meta 1 - SISVAN		Meta 2 - Alimentação saudável		Meta 3 - Ativ física		Meta 4 - Acomp Obesidade	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
76-100%	2.187	53,11%	331	8,04%	170	4,13%	254	6,17%
51-75%	1.168	28,36%	231	5,61%	98	2,38%	212	5,15%
26-50%	609	14,79%	543	13,19%	215	5,22%	577	14,01%
1-25%	154	3,74%	992	24,09%	525	12,75%	2.552	61,97%
<1%	-	0,00%	2.021	49,08%	3.110	75,52%	523	12,70%
Total	4.118	100,00%	4.118	100,00%	4.118	100,00%	4.118	100,00%

Fonte: SISVAN e e-SUS AB.

Dessa forma, é possível observar que a meta com melhor desempenho dos municípios foi o acompanhamento do estado nutricional das crianças de 0-10 anos (Vigilância Alimentar e Nutricional), visto que mais da metade dos municípios alcançaram o percentual máximo esperado para a ação. Em relação à meta 2, é possível observar que 13,65% alcançaram mais de 50% da meta e para a meta 3, apenas 6,51% das escolas realizaram mais do que 4 atividades coletivas durante o ano. Quanto às crianças identificadas com obesidade, 11,32% dos municípios realizaram mais de 50% de acompanhamento das crianças pela APS. Assim sendo, mais da metade dos municípios conseguiu garantir o repasse integral do incentivo financeiro.

Também foram discutidas as ações para o ciclo 2021/2022, sejam elas: avaliar o estado nutricional das crianças menores de 10 anos matriculadas em escolas participantes do PSE; avaliar os marcadores de consumo alimentar das crianças menores de 10 anos matriculadas em escolas participantes do PSE; ofertar, no mínimo, 2 atividades coletivas por ano nas temáticas de promoção da alimentação adequada e saudável e promoção das práticas corporais e atividade física para as crianças matriculadas em escolas participantes do PSE; e realizar atendimento individual em crianças menores de 10 anos identificadas com obesidade. A adesão ficará aberta até 16/02/2021, onde saberemos o total de municípios contemplados.

5.4.2. Estratégia Nacional para Prevenção e Controle do Sobrepeso e da Obesidade Infantil - PROTEJA

A obesidade em crianças e adolescentes é um problema grave, que ocasiona repercussões deletérias importantes à vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos e sobrecarrega o SUS com altos custos relacionados ao tratamento do agravo e de suas complicações. A obesidade infantil é resultado de uma série complexa de fatores genéticos, individuais/comportamentais e ambientais que atuam em múltiplos contextos: familiar, comunitário, escolar, social e político. Dado que a obesidade infantil é influenciada por fatores biológicos e contextuais, são necessárias ações governamentais e políticas públicas que visem a promoção da saúde, implementação de medidas de prevenção do ganho de peso excessivo, diagnóstico precoce e cuidado adequado à criança, adolescente e gestantes, bem como o estabelecimento de políticas intersetoriais e medidas protetivas, a fim de apoiar os esforços das famílias para mudar comportamentos. Pais, famílias, cuidadores e educadores também desempenham um papel fundamental no incentivo a comportamentos saudáveis.

O Governo Brasileiro e o Ministério da Saúde assumiram compromissos importantes

no enfrentamento da obesidade. Destaca-se o Plano de Enfrentamento das DCNT - 2011-2022 que prevê como meta “Reduzir prevalência de obesidade em crianças e adolescentes” e “Deter o crescimento da obesidade em adultos”; a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade; a publicação do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para crianças menores de dois anos; e a previsão de objetivo no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 de reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle.

No âmbito internacional, destaca-se o compromisso dos Estados membros das Américas, incluindo o Brasil, no âmbito da OMS, para aprovação do Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes, que entre outras medidas, requer a implementação de medidas regulatórias (publicidade, rotulagem e taxação de bebidas açucaradas), a melhora da alimentação escolar e dos ambientes de atividade física, a promoção do aleitamento materno e alimentação saudável. No Mercosul, o Ministério da Saúde assinou o Acordo nº 3/2015, que visa impulsionar e estabelecer políticas e medidas regulatórias para prevenção e controle da obesidade, fortalecendo articulações intersetoriais, promoção de hábitos alimentares saudáveis e cuidado integral à saúde.

Nesse sentido, durante o ano de 2020, a CGAN, vem trabalhando numa proposta de Estratégia Brasileira para Prevenir a Obesidade Infantil e suas consequências, que será lançada com o nome “Estratégia Nacional para Prevenção e Controle do Sobrepeso e da Obesidade Infantil - PROTEJA” no ano de 2021. A proposta é estimular a implementação de ações efetivas e de alto impacto, baseadas em evidências. Tais ações devem ser implementadas em nível nacional, estadual e municipal deverão ser pactuadas em Câmara Interministerial nas esferas nacional, estadual, municipal e no DF, e comporão o Plano de Ação para a Prevenção e Controle da Obesidade Infantil. Os principais responsáveis por essa iniciativa serão os gestores do SUS. Mas governadores, prefeitos e outros gestores, atores não-governamentais e organismos internacionais também podem apoiar a Proteja.

A Estratégia é composta por cinco eixos que são:

- APS: Garantir que a APS seja o principal lócus de monitoramento do estado nutricional, de promoção da saúde, de prevenção do ganho de peso excessivo, diagnóstico precoce e cuidado adequado às crianças, adolescentes e gestantes;
- Escola: Garantir que as escolas sejam espaços promotores da saúde, promovendo o consumo de alimentos adequados e saudáveis no ambiente escolar e a prática regular de atividade física;
- Formação: Organizar processos de educação permanente para profissionais e gestores

do SUS e educação e formação para a família e a comunidade para a prevenção do sobrepeso e a obesidade infantil;

- Comunicação: Investir em estratégias de informação e em ações de educação alimentar e nutricional para prevenir e controlar o sobrepeso e a obesidade infantil;
- Intersetorialidade: Responsabilizar-se e envolver diversos atores em nível federal, estadual e municipal para organizar e implementar ações efetivas e inovadoras para a prevenção do sobrepeso e da obesidade infantil voltadas a indivíduos e comunidades;
- Ambientes: Proteger os espaços frequentados por crianças e adolescentes, por meio de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável e da atividade física.

A ação conta com apoio da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) desde a elaboração. Durante o ano de 2020, além das reuniões entre CGAN e UFAL para construção do PROTEJA, foram realizadas reuniões para apresentação das ações propostas para representantes da Universidade de Brasília, UERJ e da Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e ACT Promoção da Saúde e Unicef. A proposta de ações também foi discutida com as referências estaduais de alimentação e nutrição, com o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Dentro do Ministério da Saúde, o Proteja foi discutido com a Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, Coordenação-Geral de Promoção da Atividade Física e Ações Intersetoriais, Gabinete do Departamento de Promoção da Saúde. No âmbito da Gestão Federal, as ações foram apresentadas para o Ministério da Educação e para o FNDE. Cabe destacar que a Estratégia ainda está em construção e será validada no início de 2021.

Para ampla divulgação da problemática da obesidade infantil e para publicizar o lançamento do Proteja, foi realizado um ciclo de quatro webinários que discutiu a obesidade infantil, apresentou conceitos, projetos e ações que têm sido desenvolvidas no Brasil e no mundo. A seguir, estão os temas dos webinários e os links para acesso:

1. Webinário Ambiente Alimentar e Obesidade Infantil - <https://youtu.be/7L5KJGMs4e4>
2. Webinário: O cuidado da criança e do adolescente com excesso e peso - <https://youtu.be/PatieTeg160>
3. Webinário: Medidas protetivas no sistema de governança política para a prevenção da obesidade infantil - <https://youtu.be/6wssMfBaedQ>
4. Webinário: Experiências Internacionais no Enfrentamento da Obesidade Infantil - <https://www.youtube.com/watch?v=2RALF6IM2XI>

E para apoiar a atenção integral às crianças e adolescentes com obesidade, foi

finalizada a produção e validação de:

- Curso Autoinstrucional de 40 horas “Obesidade Infantil: Uma visão global da prevenção e controle na Atenção Primária”, com apoio da Universidade Federal de Goiás;
- “Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde”, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Tanto o curso quanto o instrutivo serão lançados em 2021.
- Ainda, está em construção um curso internacional em parceria com a *Johns Hopkins*, nos Estados Unidos, para indução à formulação e implementação de políticas públicas para a prevenção da obesidade infantil no Brasil.

Em parceria com a *Johns Hopkins University* e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a CGAN iniciou uma parceria para a capacitação de autoridades legais, legislativas e governamentais, decisores políticos, gestores públicos, investigadores e representantes de organizações da sociedade civil para a defesa da aprovação e implantação de medidas custo-efetivas de proteção do ambiente alimentar e redução e controle da obesidade infantil.

Em dezembro de 2020, um Ofício solicitando a recomposição da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), bem como o reforço às ações de prevenção e controle da obesidade, foi expedido pela SE/MS e encaminhado ao Ministério da Cidadania. No documento (NUP 25000.162.931/2020-83), foram solicitadas informações sobre a previsão de recomposição do grupo e retomada das atividades da Câmara, e manifestada a disposição do MS para assumir a coordenação das atividades vinculadas à “Estratégia Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade” incorporando a obesidade infantil de forma a apoiar os esforços do Ministério da Saúde em busca de políticas que incidam sobre a complexa rede de determinantes da doença.

5.5. Estratégias para promoção da saúde, prevenção e controle das condições de sobrepeso e obesidade em adultos

5.5.1. Contexto e estratégias em 2020

No Brasil, 25,9% das pessoas com idade igual ou superior a 18 anos vivem com obesidade, enquanto 60,3% têm excesso de peso (Pesquisa Nacional de Saúde-PNS 2020). Já dados do Vigitel de 2019 apontam que dentre as pessoas com hipertensão, 33,2% apresentam obesidade e 70,3% excesso de peso, dentre aquelas com diabetes 35,7% apresentam obesidade e 71,6% excesso de peso, e dentre aquelas que possuem diabetes e hipertensão, 40,8% apresentam obesidade e 73,8% excesso de peso.

No entanto, dados do SISAB mostraram que, durante o ano de 2019, dos mais de 135 milhões de atendimentos realizados e passíveis de identificação nesse sistema, 20,6% das condições/problemas avaliados correspondiam à hipertensão arterial, 8,3% ao diabetes e apenas 2,5% correspondiam à obesidade. Em 2020, apesar da redução no número de atendimentos/problemas avaliados, em função da pandemia de Covid-19, os atendimentos para a condição/problema avaliado obesidade corresponderam a apenas 2,3% do total de registros feitos entre janeiro e novembro. Assim, na APS, o manejo do sobrepeso e da obesidade configura-se como um desafio considerando a elevada prevalência desses agravos na população, sua associação com diferentes condições crônicas e a invisibilidade do agravo quando analisados os dados produzidos pela APS e registrados nos sistemas de informação do Ministério da Saúde.

Os desafios para a atenção integral das pessoas com excesso de peso são diversos e incluem, por exemplo, a necessidade de considerar os determinantes sociais e ambientais para a organização das ações de promoção da saúde, prevenção e controle das condições de sobrepeso e obesidade; a realização do diagnóstico precoce para intervenções em tempo oportuno; a atuação em equipe multiprofissional nos diferentes pontos da rede de atenção; a integração das ações de promoção da saúde e de cuidado nos territórios; a necessária formação e educação permanente de profissionais na temática; adequação de infraestrutura, equipamentos e de processos de trabalho; a superação da perspectiva culpabilizadora e estigmatizante ainda presentes nas práticas profissionais e de gestão, dentre outras²⁵. Nesse sentido, deter o avanço da obesidade mantém-se como uma meta e um desafio desse ministério.

Na atenção aos indivíduos com obesidade na APS, destaca-se a implantação das Linhas de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade no SUS (LCSO), que orientam, na perspectiva da gestão, o itinerário de cuidados dos usuários do SUS na Rede de Atenção à Saúde. Ao propor a organização em rede, essa ferramenta de gestão busca promover, aos indivíduos com excesso de peso, o acesso a diversas ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas, que integrados por meio de sistemas técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado. Até dezembro/2019, 21 Unidades

²⁵ Burlandy L, Teixeira MRM, Castro LMC, Cruz MCC, Santos CRB, De Souza SR, et al. Models of care for individuals with obesity in primary healthcare in the state of Rio de Janeiro, Brazil. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2020;36(3). Available from: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n3/1678-4464-csp-36-03-e00093419.pdf>

Brandão AL, Reis EC dos, Silva CVC da, Seixas CM, Casemiro JP. Estrutura e adequação dos processos de trabalhos no cuidado à obesidade na Atenção Básica brasileira Title. *Saúde em Debate* [Internet]. 2020;44(126):16. Available from: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012607>

Bortolini GA, de Oliveira TFV, da Silva SA, Santin R da C, de Medeiros OL, Spaniol AM, et al. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. *Rev Panam Salud Pública* [Internet]. 2020;44:1. Available from: <https://scielosp.org/article/rpsp/2020.v44/e39/>

Federadas (77,7% do total) apresentaram processos em fase de implantação das LCSO, superando a meta do PPA, totalizando 43 linhas em todo o país. Enviado e-mail sobre os dados de 2020, sem retorno até janeiro de 2021.

Com o intuito de fortalecer a implementação de linhas de cuidado às pessoas com excesso de peso, em 2020, a CGAN acompanhou e validou a elaboração de Plataforma online da Linha de Cuidado da obesidade para apoiar gestores e profissionais de saúde na organização da atenção a esses indivíduos no SUS, apresentando, em conteúdo navegável, as principais orientações para o manejo da obesidade em cada ponto de atenção. Esta Plataforma está sendo desenvolvida pelo Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS) por meio de parceria com a SAPS.

Para apoiar a atenção integral às pessoas com sobrepeso e obesidade foram finalizados, em 2020, três materiais de abordagem coletiva para manejo da obesidade na APS, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria firmada por TED (TED 136/2017): Instrutivo de Abordagem Coletiva para manejo da obesidade no SUS; Instrutivo para manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde: caderno de atividades educativas; e Material teórico para suporte ao manejo da obesidade no SUS. Também foi iniciado o acompanhamento e validação do instrutivo de abordagem individual no manejo da obesidade na APS, elaborado pela mesma universidade, também em parceria firmada por TED (TED 63/2019).

Ainda em 2020, firmada parceria, por meio de Carta Acordo com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos –, para desenvolvimento de Protocolos de Uso do Guia Alimentar para a População Brasileira a serem empregados na orientação alimentar de pessoas com obesidade, hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus por profissionais não nutricionistas que atuam na APS. Estes materiais visam fortalecer os processos de educação permanente nas temáticas apontadas, fomentar ações de promoção da saúde e prevenção das DCNT e promover a qualificação do cuidado de pessoas diagnosticadas com obesidade, hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus .

Além das parcerias citadas, também foi realizada articulação com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), para elaboração e celebração, em 2021, de Carta Acordo. O projeto junto à UFV inclui produtos para apoiar a organização de processos de trabalho no âmbito da APS e da Atenção Especializada do SUS, no controle da obesidade; a elaboração de manual de planejamento dietético com base no Guia Alimentar da População Brasileira e apoiar a organização da linha de cuidado da pessoa com obesidade grave na Rede Atenção à Saúde.

Para apoiar os municípios e os territórios no planejamento, monitoramento e avaliação das ações e programas estratégicos de alimentação e nutrição, foi realizado significativo investimento de recursos no apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, de formação de gestores e profissionais da APS, tendo como objeto principal o enfrentamento e controle da obesidade no âmbito do SUS. Tais projetos são resultado das Chamadas Públicas CNPq nº 26/2018 e nº 28/2019 (Anexo III) e reúnem as seguintes propostas: desenvolvimento de estratégias efetivas, ativas e inovadoras de formação de trabalhadores de saúde em promoção da alimentação adequada e saudável no território; prevenção e tratamento da obesidade; e a de gestores municipais para gestão da PNAN, a partir da identificação dos determinantes da obesidade no território. Ao todo, foram habilitadas e contratadas por meio dessas Chamadas, 24 Instituições de Ensino Superior (IES).

Em novembro de 2020, foi realizado o Seminário (virtual) de Monitoramento parcial dos projetos, com foco na avaliação situacional em relação aos eixos “Pesquisa e Desenvolvimento” e “Formação”. Cabe destacar que, devido ao contexto atual de pandemia, houve suspensão e adequação das atividades de formação e de pesquisa previstas nos projetos, em especial aquelas que exigiam encontros presenciais. O balanço-síntese dos projetos consta a seguir:

- EIXO I - Pesquisa e Desenvolvimento: na ocasião do Seminário, 6 projetos haviam iniciado suas pesquisas;
- EIXO II - Formação: todos os projetos suspenderam as atividades de formação em março, com readequação dos formatos presenciais para modalidade de ensino à distância. Até a ocorrência da pandemia e das medidas de isolamento, 13 projetos haviam iniciado alguma das etapas de formação, que atualmente possuem perspectiva de continuidade e finalização das formações no 1º semestre de 2021. Os outros 9 projetos estão com cronograma de formação previstos para serem retomados no 1º trimestre de 2021.

Como encaminhamento do Seminário, ficou acordado que os produtos de formação gerados pelos projetos serão disponibilizados para a CGAN, para divulgação e utilização em outros processos e iniciativas de formação. A CGAN comprometeu-se a identificar e definir um repositório de materiais e de compartilhamento das experiências alcançadas com o desenvolvimento dos projetos.

Ainda em 2020, foram apresentados 22 relatórios parciais de balanço ao CNPq (Chamada 26/2018), a liberação da 4ª e última parcela de recursos (valor 1,8 milhões) e o

encaminhamento da solicitação de suplementação de recursos para bolsas, por 10 projetos, considerando como justificativa a suspensão de atividades junto a gestores e profissionais em razão da pandemia.

No segundo semestre de 2020, foram lançadas pelo Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS) (financiadas pela ação orçamentária 20QH) duas Chamadas Públicas para a contratação de projetos de pesquisa e de formação que incluíam a temática obesidade (Anexo III): Chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS Nº 28/2020 - Formação em doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco associados (10 projetos contratados) e Chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS Nº 27/2020 - Pesquisa em Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Fatores de Risco Associados (21 projetos contratados - 10 especificamente relacionados a temáticas de A&N).

Adicionalmente, com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (TED nº 115/2018 - “Programa Nacional de Formação e Qualificação de Gestores e Profissionais de Saúde no Combate da Obesidade”) - e considerando a potencialidade e alcance da plataforma UNA-SUS na formação e qualificação de profissionais para o SUS - foram disponibilizados três cursos livres à distância, com as temáticas: Abordagem do Sobrepeso e Obesidade na APS (44.705 alunos matriculados); Reconhecendo o Sobrepeso e Obesidade no Contexto da Atenção Primária (12.273 alunos matriculados); e Promoção do Ganho de Peso Adequado na Gestaçã (17.289 alunos matriculados). Os cursos de autoaprendizagem estão disponíveis na Plataforma UNA-SUS. Com o intuito de manter o investimento na formação de profissionais e gestores de saúde nas temáticas de alergia à proteína do leite de vaca, manejo dietético em condições crônicas como diabetes e hipertensão arterial e orientação alimentar na atenção primária, foi firmada Carta Acordo com a UFSC 09/02/2022 e cronograma de desembolso descrito abaixo:

Ainda em 2020, foi finalizada a produção e validação do conteúdo dos dez módulos do Curso de Especialização em Atenção à Saúde das Pessoas com Sobrepeso e Obesidade, incluindo orientações para manejo da obesidade por ciclo de vida, voltado a gestores e profissionais de nível superior, das equipes de Saúde da Família (eSF) e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), com perspectiva de 750 vagas, cuja previsão de lançamento é início de 2021 (link: <https://www.unasus.gov.br/noticia/una-sus-ufsc-abre-processo-seletivo-para-especializacao-em-atencao-a-saude-das-pessoas-com-sobrepeso-e-obesidade>)

Também nesta parceria com a UFSC, foi iniciada e finalizada em 2020, a proposição de uma pesquisa que será aplicada a alunos concluintes dos cursos autoinstrucionais e de

Especialização, com etapas pré e pós formação e com objetivo de avaliar a estrutura, o suporte pedagógico e os conteúdos dos cursos, em especial quanto a aplicabilidade dos temas para a realidade de atuação dos profissionais e gestores e quanto aos seus resultados nos processos de trabalho e na organização do cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade na APS.

5.5.2. Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020 e Materiais de Apoio - intensificação de ações às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no contexto da Covid-19

Em outubro de 2020, o MS publicou a Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da ESPIN decorrente da pandemia do novo coronavírus. A proposta inicialmente foi realizada para incentivo às ações voltadas para as pessoas com obesidade e, por sugestão do CONASS e CONASEMS, foram incluídas as ações voltadas para diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica.

A portaria traz como proposta ações a serem intensificadas, priorizadas ou implantadas na APS-SUS com o objetivo de induzir e fortalecer, na APS, a atenção precoce às pessoas com obesidade e/ou diabetes e/ou hipertensão arterial sistêmica na APS, por meio da organização da assistência baseada em protocolos e em linha de cuidado, buscando atingir metas terapêuticas e redução de complicações associadas ao risco de Covid-19, incluindo ações de promoção da saúde e de prevenção. Com esta proposta, foi descentralizado R\$ 221.811.937,50 para 5.505 municípios, caracterizando-se como importante investimento para qualificação da atenção às pessoas com obesidade, em um momento em que foi evidenciada a vulnerabilidade desses indivíduos diante da pandemia da Covid-19.

Junto com a Portaria foram publicados os seguintes materiais de apoio elaborados em parceria com a CGCTAB:

- Instrutivo Gestor (https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/novembro/03/instrutivo-gestor_nucom.pdf)
- Manual - como organizar o cuidado de pessoas com doenças crônicas na APS no contexto da pandemia (https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/novembro/03/manual_como-organizar-o-cuidado-de-pessoas-com-doencas-cronicas-na-aps-no-contexto-da-pandemia.pdf)

- Nota Técnica nº 41/2020-DEPROS/SAPS/MS, que justifica a necessidade de pautar incentivo para as pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no contexto da atual pandemia e detalha os critérios de monitoramento do referido recurso.

5.5.3. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de sobrepeso e obesidade em adultos

Em 2020, a CGAN acompanhou e participou do processo de construção do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de sobrepeso e obesidade em adultos, em parceria com o Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde. Após receber contribuições da consulta pública, o material foi aprovado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) e publicado por meio da Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11 de novembro de 2020.

Este material é documento importante para nortear profissionais e gestores em suas práticas e na organização da atenção nos territórios e visa induzir melhorias na oferta de cuidado integral e longitudinal às pessoas com sobrepeso e obesidade e apresenta informações sobre o diagnóstico e rastreamento do sobrepeso e obesidade na população, a descrição da mudança de hábitos alimentares, a prática de exercícios físicos e outras medidas para a redução de peso e sua monitorização pelo paciente. Ainda, inclui seções especiais, com orientações direcionadas a gestantes e lactantes e tópico específico sobre bulimia e compulsão alimentar. O material encontra-se disponível em: http://conitec.gov.br/images/Protocolos/20201113_PCDT_Sobrepeso_e_Obesidade_em_Adultos_29_10_2020_Final.pdf

5.5.4. Programa de Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde no SUS

Ao longo do ano de 2020, a CGAN construiu e apresentou a parceiros na gestão, academia e profissionais que atuam nos serviços de saúde do SUS uma proposta de Programa de Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde no SUS.

Esse Programa tem como objetivo ampliar a atuação clínico-assistencial de todas as categorias profissionais das equipes de APS, com a utilização de protocolos multiprofissionais baseados na melhor evidência científica disponível, de forma a qualificar as habilidades dos

profissionais de APS em relação ao cuidado prestado às pessoas com sobrepeso e obesidade.

O Programa estabelece diretrizes para organização do processo de cuidado multiprofissional a pessoas com sobrepeso e obesidade no âmbito da APS, além de prever ações de vigilância alimentar e nutricional; de promoção da saúde e prevenção do excesso de peso; e de formação e educação permanente para profissionais e gestores do SUS.

Em novembro de 2020 foi apresentada ao CONASS e ao CONASEMS a proposta de um projeto piloto do Programa, a ser pactuado e desenvolvido ao longo do ano de 2021.

Para apoiar o processo de implementação, monitoramento e avaliação do programa, está prevista a celebração de Carta Acordo no valor de R\$ 400.000,00 com a Universidade Federal de Ouro Preto. Essa parceria também visa avaliar a efetividade do programa e identificar ferramentas inovadoras para qualificação do cuidado. A Carta Acordo contempla os seguintes resultados esperados: Apoiar à CGAN/DEPROS/SAPS/MS na adesão dos municípios no processo de implementação do Programa Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS; Elaborar projeto com proposta de ferramentas virtuais inovadoras, incluindo plataforma interativa, aplicativos e teleatendimento com requisitos técnicos para interfaceamento com os sistemas do Ministério da Saúde para o Programa Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS; Elaborar, diagramar e distribuir manuais instrutivos do Programa Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS relacionados à adesão, profissionais envolvidos e ações de cuidado ofertadas; Realizar oficinas para formação de gestores e profissionais da APS sobre as estratégias de coordenação e ações de cuidado ofertadas às pessoas com sobrepeso e obesidade no âmbito do Programa Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS; Elaborar boletins periódicos de monitoramento da implementação do Programa Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS nos municípios participantes; Elaborar relatório técnico de avaliação da efetividade do Programa Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS nos municípios participantes.

Foi finalizada revisão rápida sobre telessaúde (teleconsulta), aplicativos de celular e uso de mensagens de texto/SMS na atenção a adultos com sobrepeso e obesidade em parceria com a Fiocruz. No âmbito de ações direcionadas às pessoas com sobrepeso e obesidade destaca-se, ainda, a aprovação da inclusão do tema obesidade no aplicativo

CONECTE SUS, em reunião da CIINFO de dezembro. O aplicativo é uma das ferramentas que compõe o Programa de Atenção às pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS e tem como objetivos principais: disponibilizar recomendações e informações sobre alimentação como forma de promover saúde, prevenir e controlar fatores de risco para o desenvolvimento e agravamento de doenças crônicas e obesidade; estimular o automonitoramento do peso, a alimentação adequada e saudável e a prática de atividades físicas; e apoiar indivíduos e subsidiar os profissionais no desenvolvimento de ações voltadas à atenção de indivíduos com obesidade, em âmbito individual e coletivo no SUS.

5.6. Ações voltadas à redução do consumo de nutrientes críticos: sódio, açúcar e gorduras trans

De acordo com os dados da POF de 2017/2018, o consumo de sódio e açúcar pela população brasileira ultrapassa as recomendações da OMS. De acordo com os dados de 2017/2018, 53,5% da população apresentou ingestão de sódio acima do limite máximo aceitável, considerando todas as faixas etárias. As médias de consumo diário de açúcar de adição, considerado como o açúcar de mesa e o açúcar adicionado a preparações e alimentos processados e ultraprocessados, sofreram aumento comparando os dados de 2008/2009, chegando a cerca de 12% entre adolescentes. O consumo excessivo de sódio e açúcar pela população brasileira é proveniente principalmente de sua adição direta aos alimentos, representando 74,4% e 64%, respectivamente, e também relacionado ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados que, em 2008/2009, representou 20,5% e 36% do consumo total de sódio e açúcares, respectivamente. Essa comparação ainda não foi estudada para os dados de consumo alimentar coletados em 2017/2018.

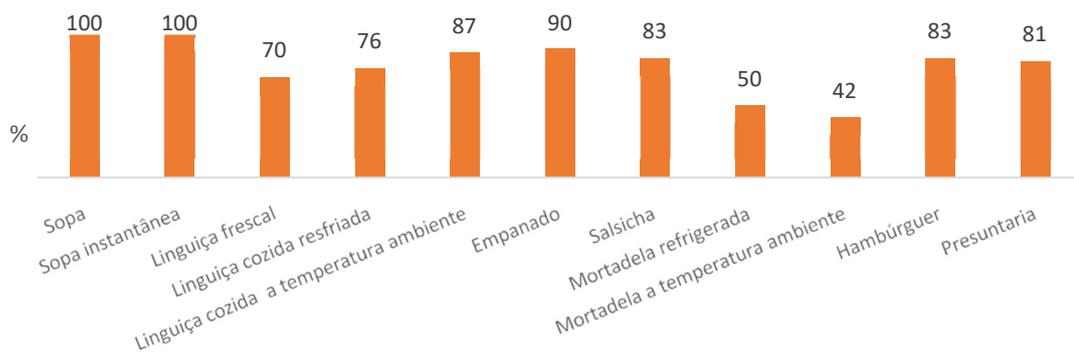
Nesse contexto, além das estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável e ações de educação alimentar e nutricional, a reformulação de alimentos consiste em uma das estratégias para reduzir o atual consumo de sódio e açúcar, considerando os alimentos processados e ultraprocessados que mais contribuem para seu consumo excessivo. O Ministério da Saúde e associações do setor produtivo de alimentos assinaram Termos de Compromisso (TC) - acordos voluntários - que apresentam metas bianuais para redução dos teores de sódio e açúcar em diferentes alimentos processados e ultraprocessados.

Até 2019, foram assinados cinco TC para redução dos teores de sódio. O último monitoramento realizado pela CGAN trata das últimas metas estabelecidas para a redução

dos teores de sódio, referente aos anos 2017 e 2018, em relação ao IV e V TC, respectivamente. Assim, a coleta de dados foi realizada nos anos subsequentes (2018 e 2019) e para além do monitoramento das metas pactuadas, os resultados encontrados também foram utilizados com base de cálculo para as novas metas de redução dos teores de sódio, a serem negociadas com o setor produtivo de alimentos.

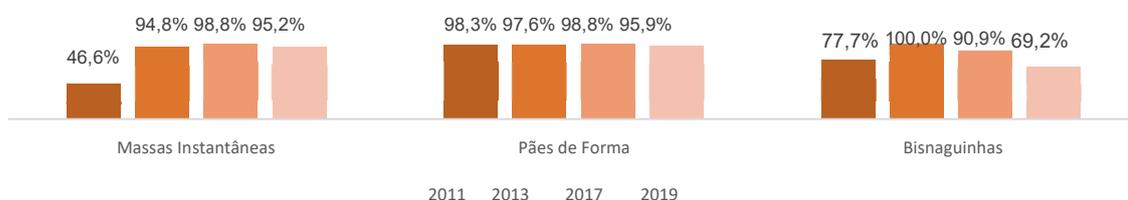
O Relatório de Monitoramento do IV TC, com base em informações coletadas no 1º semestre de 2018, mostrou que - de um total de 503 produtos analisados - 76,7% cumpriram as metas pactuadas para o ano 2017. A Figura 3 mostra os resultados para cada categoria de alimentos do referido TC.

Figura 3. Percentual de produtos que cumpriram as metas estabelecidas para 2017 para redução dos teores de sódio em alimentos processados e ultraprocessados no IV Termo de Compromisso.



Já o Relatório de Monitoramento do V TC, com base em informações coletadas no 1º semestre de 2019, mostrou que, de um total de 172 produtos analisados, 93,0% cumpriram as metas pactuadas para o ano 2018. A Figura 4 mostra os resultados para cada categoria de alimentos do referido TC.

Figura 4. Percentual de produtos que cumpriram as metas estabelecidas para 2018 para redução dos teores de sódio em alimentos processados e ultraprocessados no V Termo de Compromisso.





Em 2020, os relatórios tiveram sua elaboração concluída e revisada e estão aguardando a publicação pelo Ministério da Saúde.

Também em 2020, em relação à redução dos teores de sódio em alimentos processados e ultraprocessados, a partir de Carta Acordo firmada em 2019 com a Universidade Estadual de Campinas, via OPAS, está sendo realizado novo monitoramento de metas a partir da análise do teor de sódio declarada na rotulagem nutricional e partir da análise laboratorial dos produtos em relação ao IV e V TC. Além disso, a CGAN, com base nos últimos resultados de monitoramento, elaborou proposta de repactuação de metas de redução dos teores de sódio para todas as categorias de alimentos. Essa proposta foi enviada ao setor produtivo de alimentos para avaliação e continuidade do processo de repactuação.

Com relação à redução dos teores de açúcar em alimentos processados e ultraprocessados, a partir do Plano de Redução de Açúcar em Alimentos Industrializados de novembro de 2018, foi assinado o primeiro TC para redução voluntária dos teores de açúcar em alimentos que contribuem para o seu consumo excessivo. O TC apresenta metas bianuais para os anos 2020 e 2022 incluindo diferentes categorias de alimentos que contribuem para o consumo excessivo de açúcar. Esse TC prevê a retirada estimada de 144 mil toneladas de açúcar dos produtos, com redução no teor máximo de açúcar de 10,5% a 62,4% nas categorias até 2022. Em 2020, a CGAN firmou parceria com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED) por meio de Carta Acordo via OPAS. Essa Carta Acordo tem como objetivo avaliar o perfil nutricional e o cumprimento de metas de redução dos teores de açúcares totais nas categorias prioritárias de alimentos constantes no Plano de Redução de Açúcar em Alimentos Industrializados por meio de análise de rotulagem e química. As análises também permitirão conhecer o perfil nutricional dos alimentos incluídos no plano bem como definir, aperfeiçoar, verificar ou validar os métodos de análise química para cada categoria de produto, considerando relação de custo, efetividade e complexidade da matriz do alimento. Ainda na temática da redução do consumo de açúcar, destaca-se que, a partir de parceria com o HCOR, está em fase final de elaboração uma síntese de evidências sobre estratégias efetivas para redução do consumo de açúcar.

Destaca-se que as pactuações possuem natureza voluntária, o que implica uma abrangência limitada, somente em relação às empresas vinculadas a associações do setor produtivo de alimentos, que representa em torno de 70% do mercado. Nesse cenário, um

desafio dessa agenda consiste em ampliar a pactuação de metas para o mercado remanescente, por meio de medida regulatória. Ainda, além da continuidade dos acordos com o setor produtivo de alimentos, fazem-se necessárias diferentes abordagens para alcançar uma maior redução no consumo de sal e açúcar, como a educação e informação à população em relação ao uso racional do sal e açúcar e a escolhas alimentares mais saudáveis, e apoio de associações de profissionais de saúde, sociedade civil e acadêmicos.

Cabe registrar que, ainda em relação à redução do consumo de nutrientes críticos para a saúde, em dezembro de 2019, a Anvisa aprovou proposta de Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) que estabelece regras que limitam o uso de gorduras trans industriais em alimentos, prevendo banimento do uso de gordura parcialmente hidrogenada até 2023. Até o ano 2021, o setor produtivo de alimentos deve limitar o uso de gordura trans industrial para no máximo 2% nos alimentos. Por fim, destaca-se que a CGAN participou de evento virtual, realizado em 09 de setembro de 2020 e organizado pela OMS, intitulado “ WHO report on global trans fat elimination 2020” (https://www.youtube.com/watch?v=VN_cTLFKhY&feature=youtu.be). Nesse evento, a CGAN apresentou a ingestão de gordura trans como fator de risco para mortalidade por doenças crônicas e as estratégias nacionais voluntárias e regulatórias para a redução e eliminação das gorduras trans nos alimentos.

Por fim, destaca-se a participação da CGAN junto à Anvisa nas discussões técnicas para revisão das normas brasileiras de rotulagem nutricional de alimentos embalados - incluídas a análise de impacto regulatório sobre rotulagem nutricional e envio de contribuições às consultas públicas e a proposta de Instrução Normativa que estabeleceu os requisitos técnicos para a declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. Em outubro de 2020, a Anvisa divulgou a proposta de rotulagem nutricional (https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/aprovada-norma-sobre-rotulagem-nutricional/apresentacao-rotulagem-nutricional_19a.pdf). Dentre as alterações previstas, estão incluídas a melhoria da legibilidade das informações nutricionais, inclusão de novos nutrientes de relevância para saúde na lista de declaração obrigatória (como açúcar total e açúcar adicionado), inclusão da declaração dos valores nutricionais por 100 g ou ml do alimento para permitir comparações entre diferentes produtos, inclusão de declaração do número de porções por embalagem e redução da variabilidade no tamanho das porções, atualização dos valores de referência para cálculo do percentual de valores diários, padronização da Tabela de Informação Nutricional, inclusão de rotulagem frontal acerca dos teores nutrientes críticos à saúde (sódio, açúcar adicionado e gordura saturada)

e também alterações sobre os requisitos de alegações nutricionais dos alimentos.

5.7. Necessidades Alimentares Especiais

5.7.1. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) de Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV)

Em agosto/setembro de 2020 foi realizada uma nova rodada de revisão dos PCDT por parte dos especialistas na área (profissionais médicos e nutricionistas) que atuam diretamente nos programas Estaduais e Municipais de referência no país, onde foram analisadas a inclusão de novos conceitos e referências mais atualizadas sobre o assunto. Na ocasião, foram alinhados conceitos e condutas a respeito do diagnóstico de pacientes com APLV, bem como o manejo desses pacientes.

Anterior a isso, no sentido de tornar efetiva a portaria nº 67, publicada em 23 de novembro de 2018, que torna pública a decisão de incorporar as fórmulas nutricionais à base de soja, à base de proteína extensamente hidrolisada com ou sem lactose e à base de aminoácidos livres para crianças de 0 a 24 meses diagnosticadas com APLV no âmbito do SUS, em 2020 foram realizadas as revisões e atualizações necessárias ao PCDT, incluindo um novo e mais atual quantitativo de fórmulas, bem como os cálculos referentes aos custos de realização do Teste de Provocação Oral (TPO), considerado o teste padrão ouro para diagnóstico de APLV e que foi incluído ao Protocolo como pré-requisito para a dispensação das fórmulas.

A atualização dos cálculos do custo estimado das Fórmulas Alimentares utilizadas para APLV previstas no PCDT - fórmula à base de soja (FS), fórmula extensamente hidrolisada (FEE) e fórmula à base de aminoácidos (FAA) -, onde o número de crianças com APLV foi estimado a partir da prevalência do FormSUS (1,2%); Para a estimativa da média de latas/mês, utilizou-se a referência prevista no PCDT da CONITEC (nº recomendação). Para o percentual esperado de crianças por tipo de fórmula considerou-se dados do Consenso ASBAI (2018), segundo os quais espera-se que:

- Somente 10% das crianças com APLV necessitarão utilizar FAA.
- Os 90% restante foram distribuídos equitativamente entre FS e FEH
- Não foi considerado o consumo de FS para menores de 6 meses.

Com base nessa estimativa, o custo estimado anual com fórmulas será de R\$ 312.992.252,94.

O cálculo dos custos do TPO, considerando as fórmulas a serem testadas, os insumos necessários à realização do teste e os honorários médicos, assim como a realização de dois procedimentos por ano em todas as crianças com APLV, conforme preconizado pelo Protocolo, o custo estimado seria de R\$ 6.470.863,70.

Após a revisão/atualização, o documento foi enviado à CONITEC a fim de que as alterações sejam analisadas e aprovadas, ao passo que, foi solicitado uma nova rodada de discussão envolvendo a CONITEC, CGAN e SAES para a definição dos próximos passos, rodada que foi realizada em Dezembro de 2020, onde foram encaminhados as justificativas dos novos cálculos das fórmulas alimentares bem como o custo estimado do TPO para a Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Tecnologias em Saúde - CMATS. Outro encaminhamento desta última rodada foi a solicitação de apoio ao Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) no sentido de solicitar apoio e esclarecimentos sobre o financiamento das fórmulas alimentares que foram incorporadas por meio da Portaria n. 67.

Faz-se importante ressaltar que resta pendente a definição da responsabilidade de financiamento das fórmulas incorporadas, o que gerou questionamentos por parte do Ministério Público por meio do **OFÍCIO nº 01763/2019/COM ESPEC/EQUAD4R-SAUDE/PGU/AGU (0012421877)**, que encaminha processo de Ação Civil Pública com pedido de liminar proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra a UNIÃO e o ESTADO DE SANTA CATARINA**, na qual busca viabilizar o acesso à terapia nutricional com fórmulas alimentares especiais, no SUS, às crianças lactentes de 0 (zero) a 2 (dois) anos de idade portadoras de **alergia à proteína do leite de vaca (APVL)**, mediante a implementação de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PDCT), com o fim de viabilizar a disponibilização da terapia nutricional adequada, de modo a assegurar-lhes o direito à saúde.

- Respondido por meio da NT n. 12/2020-CGAN/DEPROS/SAPS/MS.
- Despacho CGAN 0013588375 de 13/02/2020 e Despacho CGAN 0015838457 de 20/07/2020.

Previsto: curso de autoaprendizagem com base no PCDT em parceria com a UFSC. **Dificuldade:** na discussão do GT de Atenção da CIT de 07 de Dezembro de 2018 não houve consenso sobre o financiamento.

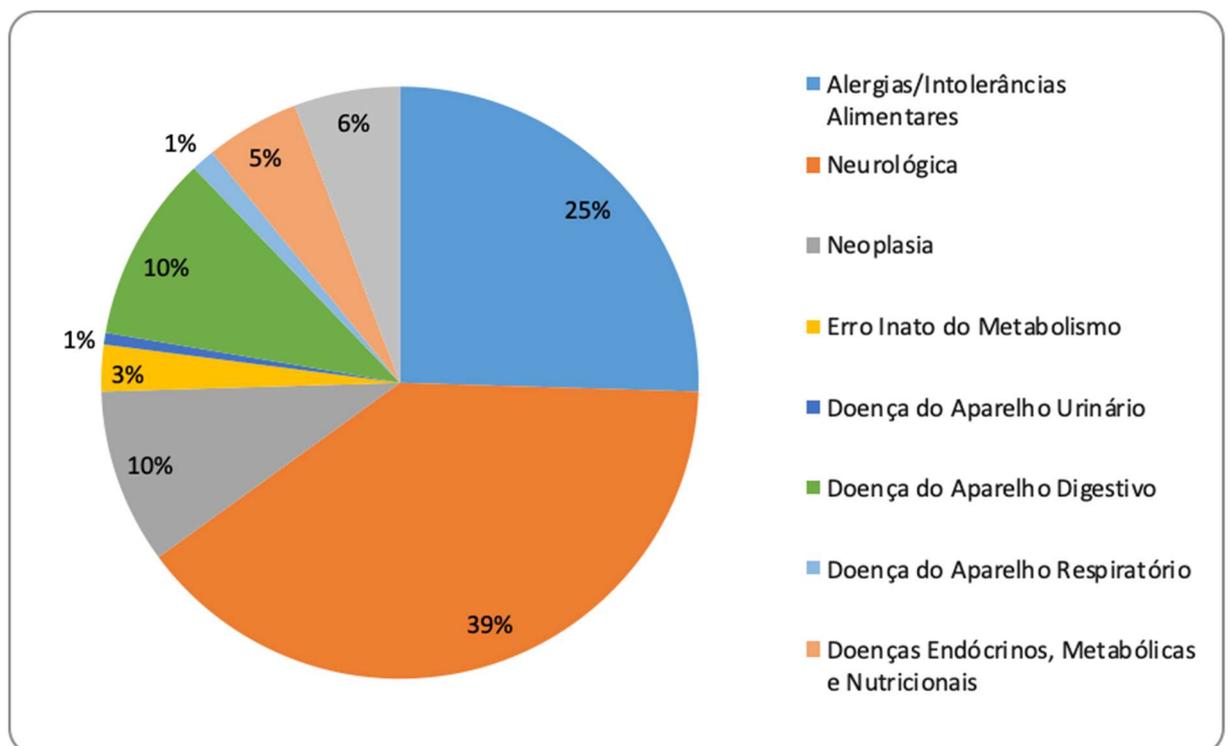
Pendente: Definição acerca da forma de financiamento dos custos estimados das fórmulas infantis e do TPO: R\$319.112.944,19 e R\$ R\$ 6.470.863,70, respectivamente.

5.7.2. Judicialização de Fórmulas e/ou Suplementos Alimentares

Em 2020, a CGAN realizou levantamento das solicitações judiciais para fornecimento de fórmulas nutricionais. Foram recebidos 157 processos. Dentre os 157 processos a principal faixa etária era de crianças (n=58), seguida de adultos (n=39), lactentes (n=27), idosos (n=27) e adolescentes (n=5).

Com relação ao agravo, o mais recorrente foi o neurológico (n=62), logo em seguida vieram as alergias e/ou intolerâncias alimentares (n=40), doenças do aparelho digestivo (n=16), neoplasias (n=15), doenças endócrinas e nutricionais (n=8), erros inatos do metabolismo (n=4) e respiratórias (n=2). Quando separados por região, a mais recorrente foi a região Nordeste (n=67), seguida da região Sul (n=41), Sudeste (n=36), Centro-Oeste (n=9) e Norte (n=4).

Figura 5: Número dos processos recebidos pelo Ministério da Saúde em 2020, de acordo com a doença/agravo.



Fonte: CGAN/DEPROS/SAPS/MS

Dentre os 157 processos recebidos, 1 foi impetrado coletivamente pelo Ministério Público de Santa Catarina, o qual pleiteia informações acerca do fornecimento de fórmulas alimentares especiais para crianças com APLV, respondido conforme consta nas informações sobre a PCDT de APLV.

Ao longo de 2020, observou-se que, repetindo o acontecido nos anos anteriores, não há informações suficientes nos processos no que diz respeito à confirmação diagnóstica, estado nutricional e antropometria, o que dificulta a análise da necessidade da fórmula solicitada, bem como a verificação de adequação das quantidades contidas nas ações. A fim de tentar resolver tais questões, faz-se necessária uma articulação junto à assessoria jurídica do Ministério da Saúde para que o judiciário, ao deferir os pedidos, estejam adequadamente instruídos, principalmente com relação aos dados cadastrais relevantes para tomada de decisão sobre o tratamento adequado dos pacientes, organização das ações na rede de saúde e melhor controle do gasto público com a saúde da população.

6. PESQUISA FINANCIADAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A PNAN apresenta, dentre as suas diretrizes, uma dedicada à pesquisa, inovação e conhecimento em alimentação e nutrição, fundamentada no desenvolvimento de ações de saúde baseada em evidências e reconhecendo a importância do conhecimento e o apoio à pesquisa, à inovação e à tecnologia, no campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva. E outra que se refere à formação e qualificação de profissionais do SUS na temática alimentação e nutrição, programas e ações relacionados.

Nesse sentido, a CGAN apoia a realização de pesquisas que englobam o perfil alimentar e nutricional da população brasileira, como a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) e Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico).

Desde 2017, a CGAN retomou o investimento na agenda de pesquisas de alimentação no intuito de garantir a gestão baseada em evidências e ao longo de 2020, foram realizados diversos seminários e reuniões em articulação com o Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT) e com os pesquisadores envolvidos.

Em virtude do ano atípico em que o distanciamento social foi adotado por conta da pandemia do novo coronavírus, foi necessário realizar os eventos de maneira remota e com

um calendário que pudesse se adequar a essa modalidade.

Deste modo foram realizados vários encontros para os seminários Marco Zero e de Avaliação Final, conforme descrito a seguir:

- Seminário Marco Zero da Chamada MS-SCTIE-Decit/CNPq nº 26/2019 – Pesquisas em Alimentação e Nutrição: agosto/2020 (36 projetos)
- Seminário de Avaliação Final da Chamada MS-SCTIE-Decit/CNPq nº 13/2017 - Pesquisas em Alimentação e Nutrição: junho, julho e dezembro/2020 (36 projetos)

A Chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS Nº 27/2020 – Pesquisa em Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Fatores de Risco Associados, da qual a CGAN participou financeiramente e tecnicamente das etapas de planejamento prévio da chamada e do comitê de relevância social, favoreceu a seleção de 21 projetos, dos quais 12 são de linhas de pesquisa com estreita relação com as agendas da PNAN. O detalhamento das pesquisas segundo eixo e linhas do edital estão descritos no ANEXO II.

A CGAN também deu continuidade ao acompanhamento dos projetos financiados pelo Ministério da Saúde em parceria com o CNPq e Fundação Bill e Melinda Gates, sendo eles: “Proposição de novas recomendações de ganho de peso gestacional para utilização no SUS”, coordenado pela UFRJ, e “Índice Município Amigo da Primeira Infância: avaliando o ambiente favorável para a Nutrição de Cuidados em municípios brasileiros”, coordenado pela Universidade de Brasília. Ainda, participou das entrevistas de seleção das propostas da Chamada MCTI/CNPQ/MS/SCTIE/DECIT/FUNDAÇÃO BILL & MELINDA GATES GRAND CHALLENGES EXPLORATIONS - BRASIL: CIÊNCIA DE DADOS PARA MELHORAR A SAÚDE MATERNO INFANTIL, SAÚDE DA MULHER E SAÚDE DA CRIANÇA NO BRASIL, acompanhando especialmente dois projetos que apresentam interface com a agenda de alimentação e nutrição, sendo eles: “Definição de faixas de ganho de peso gestacional baseadas nas novas curvas brasileiras: Impacto na política de alimentação e nutrição utilizando dados do SISVAN-SINASC”, coordenado pela UFRJ e “Aleitamento materno no Brasil no modelo MATRECI: Mapeamento, Tendência, Clusterização e Impacto”, coordenado pela Fiocruz-RJ.

Ressalta-se que todas as pesquisas com enfoque na agenda de alimentação e nutrição contam com o apoio financeiro, técnico e científico da CGAN, em especial a Coorte Nutrinet, as curvas de ganho de peso gestacional e o ENANI.

O ENANI, por sua vez, diante de toda a sua abrangência e especificidade demandou apoio em todas as etapas da pesquisa, em especial, a organização da coleta dos dados, iniciada em 2018, e com a interrupção da coleta em março de 2020 por conta da pandemia

do novo coronavírus.

O ENANI está organizado em três grandes eixos: 1 - eixo 1: Avaliação das práticas do aleitamento materno, alimentação complementar e do consumo alimentar; 2 - eixo 2: Avaliação do estado nutricional a partir da antropometria e 3 - eixo 3: prevalência de carências de micronutrientes a partir da avaliação bioquímica. A proposta de divulgação dos dados deste estudo é disponibilizar relatórios temáticos de maneira preliminar a fim de garantir maior agilidade na publicização dos resultados e ao final, em 2021, lançar o relatório final completo do estudo. Deste modo, foram disponibilizados dois relatórios preliminares em 2020:

- Indicadores de aleitamento materno no Brasil:
https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-parcial-aleitamento-materno_ENANI-2019.pdf
- Prevalência de anemia e de deficiência de vitamina A entre crianças brasileiras de 6 a 59 meses:
https://enani.nutricao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-parcial-Micronutrientes_ENANI-2019.pdf

Considerando o contexto adverso causado pelo novo Coronavírus no Brasil e no mundo, optou-se por firmar um TED para o “Estudo nacional sobre alimentação e nutrição infantil no contexto pós pandemia de Covid-19: ENANI-2021”, no valor total de R\$ 14.928.942,00. Esse TED tem como objetivo avaliar os efeitos da pandemia de Covid-19 e de suas repercussões sobre a alimentação e nutrição de crianças brasileiras menores de cinco anos e de suas famílias, e oferecer subsídios para o redirecionamento de políticas públicas para minimizar esses efeitos.

O TED ENANI-2021 tem como resultados esperados: a) Realização de estudo epidemiológico que avaliará as repercussões da Covid-19 nos indicadores de alimentação e nutrição de crianças brasileiras menores de cinco anos, tendo como linha de base para comparação os resultados do ENANI-2019; b) Apresentar ao Ministério da Saúde os resultados alcançados no ENANI-2021; c) Entregar oito relatórios em mídia eletrônica e impressa com descrição do perfil alimentar e nutricional de menores de cinco anos no Brasil e a prevalência de outros indicadores relacionados, incluindo: descrição da experiência da família na vigência da pandemia de Covid-19, relacionada à ocorrência de casos e condições socioeconômicas; práticas de amamentação, alimentação complementar, adequação de consumo de nutrientes e padrões alimentares; prevalência de déficit de massa corporal e estatura/comprimento, e excesso de massa corporal; prevalência de deficiência de

micronutrientes; análise da prevalência dos indicadores da nutrição infantil segundo critérios de equidade; prevalência de indicadores relacionados à atividade física; prevalência dos indicadores de insegurança alimentar; prevalência de alterações do desenvolvimento das crianças; prevalência de práticas de atividade física/sedentarismo das crianças durante e pós-pandemia; d) Entrega de base de dados estruturada na linguagem R, com pesos amostrais e dados imputados, que permita análises estratificadas por sexo, idade e macro região. A base de dados terá acesso público após dois anos da conclusão do presente estudo; e) Contribuição para a formação de recursos humanos por meio do envolvimento de alunos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado em todas as etapas da pesquisa; f) Entrega de website atualizado com informações de todas as etapas do estudo disponibilizadas para o público em geral; g) Entrega dos resultados dos exames de sangue das crianças e dados antropométricos selecionados da criança e dos responsáveis para a família; h) Entrega de aplicativo de recordatório de consumo alimentar de 24h (AppR24h), com base de dados de alimentos atualizada e Manual Fotográfico de Quantificação Alimentar Infantil. O AppR24h atualizado será disponibilizado para a comunidade acadêmica, sem custos e por meio do website da pesquisa, logo após o término do estudo; i) Divulgação dos resultados do estudo em congressos, seminários, reuniões científicas, debate com a sociedade civil, publicações em periódicos indexados e matérias jornalísticas.

7. ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO FINANCIADAS

A PNAN apresenta uma diretriz dedicada à formação e qualificação de profissionais do SUS na temática alimentação e nutrição, programas e ações relacionados. Esta diretriz enfatiza a necessidade de ordenamento da formação dos trabalhadores do setor saúde que atuam na agenda de alimentação e nutrição do SUS com as necessidades de saúde, alimentação e nutrição da população, sendo estratégico considerar o processo de trabalho em saúde como eixo estruturante para a organização da formação da força de trabalho.

Nesse sentido, têm sido desenvolvidas estratégias que contribuam para a educação permanente em saúde, a partir de temas que são apresentados como desafios para a prática cotidiana dos cuidados em alimentação e nutrição no SUS.

Assim, a criação de mecanismos que gerem apoio técnico e financeiro para governos subnacionais, como a criação de programas interdisciplinares de liderança e treinamento superior em nível nacional ou regional, é uma estratégia conhecida que pode apoiar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população brasileira. Nesse

sentido, a CGAN e a Universidade de Brasília realizaram parceria para o desenvolvimento de uma Estratégia de Formação de Gestores para Ações de Alimentação e Nutrição em Saúde Pública. Essa iniciativa tem como objetivo implementar uma estratégia de capacitação de gestores das ANSP e espera-se como resultados a realização de um mapeamento de atores chaves em ANSP e de um diagnóstico de potencialidades para desenvolvimento de gestores em ANSP, a disponibilização de uma Plataforma de comunicação e ensino e de um acervo multimídia sobre gestão e ANSP, a realização de atividades de rotinas de educação à distância e de um ciclo de atividades presenciais, culminando na formação de uma rede de gestores em ANSP.

Conforme mencionado no item 5.4.2, em parceria com a *Johns Hopkins University* e com a OPAS, a CGAN está em processo de elaboração de curso para a capacitação de autoridades legais, legislativas e governamentais, decisores políticos, gestores públicos, investigadores e representantes de organizações da sociedade civil para a defesa da aprovação e implantação de medidas custo-efetivas de proteção do ambiente alimentar e redução e controle da obesidade infantil. Essa estratégia contará com aproximadamente 100h, distribuídas em uma etapa de formação inicial sobre o tema presencial na *Johns Hopkins University* (40h), seguida de ensino à distância (36h), com desenvolvimento e apresentação de plano de ação pelos participantes, e finalização presencial em Brasília na OPAS (24h) para aprofundar a reflexão sobre as competências necessárias à implementação dos planos de ação construído no curso.

Em 2020, a CGAN participou do Comitê de Relevância Social da Chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS Nº 28/2020 - Formação em Doenças Crônicas Não Transmissíveis e seus fatores de risco associados, financiado com recursos do orçamento 2020 da CGAN (rubrica 20QH, no valor de R\$ 6.037.544,20 e que aprovou 13 projetos, listados no ANEXO IIB. O edital enfatizou, dentre as DCNT, a obesidade, diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica, em razão de sua expressividade epidemiológica.

Realização de investimento em qualificação profissional, com a disponibilização dos cursos de autoaprendizado:

✓ 3 cursos autoinstrucionais, via TED nº 115/2018, “Programa Nacional de Formação e Qualificação de Gestores e Profissionais de Saúde no Combate da Obesidade”, firmado com a UFSC:

1. Abordagem do sobrepeso e obesidade na APS - 21.973 concluintes
(<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45782>)

2. Reconhecendo o sobrepeso e obesidade no contexto da APS - 8.717 concluintes
(<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45811>)
3. Promoção do ganho de peso adequado na gestação - 6.416 concluintes
(<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45881>)

Ainda como produtos dessa parceria, há a previsão de um Curso de Especialização, com oferta de 750 vagas; um Instrumento de pesquisa com discentes sobre avaliação dos cursos e o desenho de aplicativo para mapeamento de sistemas alimentares em andamento

- ✓ Curso Amamenta e Alimenta Brasil: recomendações baseadas no Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos – 6.054 concluintes
(<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/4640>)

8. ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA

8.1. Reuniões com estados

Foram realizadas diversas agendas virtuais com estados, com o objetivo de manter a articulação, sanar dúvidas, apresentar novas estratégias e dar apoio para a implementação da PNAN localmente, totalizando 10 reuniões com referências estaduais, sendo algumas ampliadas para municípios. Abaixo a lista de datas e temas dos encontros:

- 26 e 27 de maio (14:30 - 17:00): Agenda 2020 e Situação atual dos estados
- 01 de outubro (14:30 - 16:30): Agenda 2020 - Novos Projetos e Ações em andamento
- 14 de outubro (14:30 – 16:30): Obesidade na APS
- 18 de novembro (14:30 – 16:30): Fortalecimento da Obesidade na APS (Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020)
- 23 de novembro (14:30 – 17:30): Programas Nacionais de Suplementação de Vitaminas e Minerais: Painel de Evidências Científicas (1 representante por estado)
- 26 de novembro (14:30 – 16:30): Atualizações da Agenda de Alimentação e Nutrição
- 02 de dezembro (14:30 – 16:30): Prevalência de anemia e deficiência de vitamina A entre crianças brasileiras de 6 a 59 meses: Evidências do ENANI 2019
- 15 de dezembro (14:30 - 16:30): Balanço 2020 e perspectivas para 2021
- 16 de dezembro (10:00 - 12:30): Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil - nova portaria

8.2. Agenda Agosto Dourado

No mês de agosto, a CGAN realizou uma mobilização em comemoração ao Agosto

Dourado e a Semana Mundial do Aleitamento Materno, com oficinas estaduais em 25 estados para apresentação das recomendações do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos:

- 03/08: Goiás e Mato Grosso;
- 04/08: Piauí, Pernambuco e Rondônia;
- 05/08: Amazonas, Mato Grosso do sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte;
- 06/08: Ceará, Paraíba, Espírito Santo e Pará;
- 07/08: Maranhão;
- 13/08: Alagoas, Acre e Bahia;
- 14/08: Santa Catarina;
- 18/08: Rio de Janeiro;
- 19/08: Roraima;
- 20/08: Tocantins;
- 21/08: Minas Gerais;
- 25/08: São Paulo;
- 31/08: Paraná;
- 10/09: Sergipe.

9. AGENDA INTERNACIONAL

O Ministério da Saúde do Brasil tem se firmado como liderança regional e internacional no âmbito da alimentação e nutrição, por meio de atividades técnicas, regulatórias e de cooperação junto a outros países e organismos internacionais, como, por exemplo OPAS / OMS, Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), FAO e Unicef.

9.1 Redes de Ação da Década de Nutrição

Destaca-se, primeiramente, a participação ativa no âmbito da Década de Ação das Nações Unidas para Nutrição lançada pela OMS e FAO, coordenando o intercâmbio de experiências e políticas por meio das Redes de Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos e de Redução do Consumo de Sal para a prevenção e o controle de doenças cardiovasculares nas Américas e Caribe, com participação de 10 países, além da Rede de Ação para Ambientes Alimentares Saudáveis para as Américas, como co-presidente junto do Chile.

Em 2020, durante a revisão de meio período da Década de Nutrição a partir de

evento realizado em 23 de julho e coordenado pela OMS e pela FAO (*Virtual Informal briefing to the Permanent Missions to the United Nations in New York on the Mid-term Review of the UN Decade of Action on Nutrition 2016-2025*), o protagonismo brasileiro foi novamente reconhecido, pelos compromissos nacionais assumidos e pela coordenação das Redes de Ação. Dentre as atividades realizadas, tem-se a participação da CGAN em evento virtual realizado em 05 de agosto, coordenado pela FAO, sobre o papel dos guias alimentares frente o impacto da Covid-19 - Como enfrentar a crise e garantir o direito a uma alimentação saudável (*El rol de Guías Alimentarias Frente al Impacto del Covid-19 - Como enfrentar la crisis y garantizar el derecho a una alimentación saludable*), no âmbito da Rede de Guias Alimentares como importante espaço para elaboração, implementação e monitoramento dos guias alimentares (Link para acesso ao evento: <https://www.youtube.com/watch?v=QNvB2CS6i-8&feature=youtu.be>). Nesse encontro virtual, a CGAN destacou a importância dos guias alimentares diante dos principais problemas alimentares e nutricionais que atingem a população, para a melhoria na articulação e coerência das políticas públicas e das ações de alimentação e nutrição nos diferentes setores, promoção de ambientes e comportamentos que promovam a alimentação e estilos de vida saudáveis bem como para a avaliação do nível de acesso a uma alimentação adequada e saudável no país e orientação para políticas públicas e programas a nível do sistema alimentar. Ainda, foram ressaltados os avanços dos guias no contexto que são embasados nos alimentos e não em aspectos nutricionais e que devem se adaptar à realidade alimentar e epidemiológica da população, além de acompanhar as evidências científicas mais recentes. Nesse evento, o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos foi destacada como exemplo de inovação a partir da classificação dos alimentos a partir do nível e propósito do seu processamento e outros componentes e também a inclusão do debate sobre os sistemas alimentares, a valorização da culinária tradicional brasileira a comensalidade e circunstâncias que envolvem o ato de comer, e o empoderamento do consumidor para compreender e superar os obstáculos para a alimentação adequada e saudável.

Além desses eventos, a CGAN seguiu na elaboração de *Policies Brief* sobre cada uma das Redes de Ação coordenadas pelo Ministério da Saúde. O Policy Brief da Rede de Ação de Redes de Guias Alimentares baseados em no nível de processamento dos alimentos sintetiza as experiências de oito dos nove países integrantes da rede sobre a elaboração, a implementação e a avaliação dos guias alimentares, Além disso, descreve pontos chaves

destas etapas e aponta estratégias futuras para elaboração de guias visando contribuir para o enfrentamento de todas as formas de má nutrição em uma perspectiva ampliada, considerando desde a produção até a comercialização e consumo dos alimentos. Já o Policy Brief da Rede de Ação para Redução do Consumo de Sal para a prevenção e o controle de doenças cardiovasculares nas Américas e Caribe apresenta evidências importantes sobre a necessidade de reduzir o consumo de sal pela população, bem como pontos-chaves para que uma estratégia seja bem sucedida. Além disso, sintetiza as experiências de oito países da América e Caribe, que integram a Rede de Ação, no monitoramento do consumo de sal pela população, em normas de rotulagem e marketing para promover escolhas alimentares adequadas, na reformulação de alimentos e ações de educação e comunicação para reduzir o consumo de sal. Os dois documentos serão traduzidos para os idiomas inglês e espanhol e encaminhados aos países integrantes das Redes para contribuições.

Para 2021, está previsto o retorno das reuniões da Rede de Ação coordenadas pelo Ministério da Saúde para discussão e atualização dos seus planos de trabalho e a finalização dos policics briefs elaborados.

9.2 Participação em eventos

Também foi relevante a participação do Ministério da Saúde, a partir de contribuição técnica da CGAN, na Sessão de Afiliados do Fórum Econômico Mundial sobre obesidade infantil (*Tackling childhood overweight in a changing world - How can 'whole of society' approaches turn the tide on the global crisis of childhood overweight and obesity ?Accelerating Sustainable UHC: Improving Access to Non-Communicable Diseases Care*), realizada em 22 de janeiro em Davos, Suíça, e organizada pela Unicef & Novo Nordisk (<https://twitter.com/i/status/1220122721356525569>). Nesse evento, o crescimento das prevalências de excesso de peso e obesidade, especialmente entre crianças, foi destacado como problema de saúde pública no Brasil, relacionado às mudanças nos padrões alimentares, especialmente considerando o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, e as mudanças nos níveis de atividade física, e que enfrentar a obesidade em nível nacional, regional e global requer uma abordagem integralizada, considerando que é um problema multicausal e que deve ser uma prioridade para os países. Reforçou as agendas nacionais sobre o tema incluindo: o monitoramento da situação alimentar e nutricional das crianças, a promoção da alimentação saudável, da atividade física e de estilos de vida saudáveis. Destacou o Guia Alimentar para a População Brasileira e o Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos como os principais instrumentos para

promoção da alimentação saudável e a campanha nacional para prevenção da obesidade infantil (1, 2, 3 e já), que enfatiza a multicausalidade da obesidade na infância e a promoção da alimentação saudável, da atividade física e da redução do tempo de tela.

Além disso, destaca-se a participação do Ministério da Saúde e da CGAN na 36ª Conferência Regional da FAO, realizada entre 19 e 21 de outubro de 2020. Durante o evento, o principal documento de discussão tratou sobre os sistemas alimentares visando uma alimentação saudável (*Transformación de los sistemas alimentarios a fin de proporcionar dietas saludables para todos*), o qual a CGAN manifestou seu posicionamento em termos do seu alinhamento em relação à PNAN. Destaca-se o reconhecimento do documento acerca da incorporação dos determinantes do consumo alimentar, que extrapolam as escolhas individuais e necessitam de políticas de diferentes setores, desde a produção até a distribuição e o consumo dos alimentos e a necessidade de fortalecer o papel da FAO em relação ao apoio aos países no desenho, acompanhamento e avaliação de políticas que fomentem uma alimentação saudável para todos. Além disso, a CGAN destacou a necessidade de: fortalecer o alinhamento do conceito de alimentação saudável com o posicionamento da FAO e da OMS sobre dietas saudáveis e sustentáveis (*FAO/WHO, Sustainable and Healthy Diets – Guiding Principles, 2019*), incluindo seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com que os Estados-Membros se comprometeram; de ampliação da proposta em relação às parcerias com entidades e instituições privadas, visando incorporar a avaliação de possíveis conflitos de interesses nas agendas, como as diretrizes da OMS; e de maior clareza em relação à temática de promoção do diálogo e da troca de experiências sobre novos produtos alimentícios adaptados ao estilo de vida e necessidades nutricionais de diferentes grupos etários de forma a alinhar com o conceito de alimentação saudável proposto pela FAO e OMS, alinhar com os guias alimentares baseados em alimentos e, ainda, maior clareza em relação à natureza, propósito, necessidade nutricional e adequação de tais produtos. Por fim, a CGAN reforçou que o documento traz importantes questões sobre o impacto dos sistemas alimentares no alcance de dietas saudáveis para todos e aponta diretrizes e caminhos a serem seguidos pelos países, incluindo a necessidade de iniciativas e estudos capazes de apoiar a mudança nos modos de produção e consumo dos alimentos.

A participação da CGAN, em 2020, no âmbito do Comitê Mundial de Segurança Alimentar e Nutricional (CSA) da FAO, fórum de alto nível político e técnico na agenda global de nutrição cujo objetivo é garantir a segurança alimentar e a nutrição para todos a partir de uma abordagem inclusiva, baseada na participação de várias partes interessadas de

forma coordenada, se deu a partir da revisão do documento de Diretrizes Voluntárias para Sistemas Alimentares e Nutrição, documento de grande relevância para os ODS, para a implementação da Declaração de Roma, proveniente dos compromissos da 2ª Conferência Internacional de Nutrição, e para a Década de Ação das Nações Unidas para Nutrição. A revisão do documento teve como principal objetivo o alinhamento às políticas nacionais, aos Guias Alimentares brasileiros e o compartilhamento da experiência do Brasil no enfrentamento dos atuais desafios da nutrição nacional. O evento “CFS 47 - Committee on World Food Security” foi adiado para o mês de fevereiro de 2021, em função da pandemia pela Covid-19.

No campo regulatório, destacam-se as interfaces da CGAN com o Codex Alimentarius, fórum conjunto da FAO e da OMS que tem como objetivo estabelecer normas internacionais na área de alimentos, incluindo diretrizes, padrões de produtos e códigos de boas práticas, coordenado pela Anvisa. Em 2020, a CGAN continuou sua participação nas discussões no Comitê Codex de Nutrição e Alimentos para Fins Especiais (*Codex Committee on Nutrition and Foods for Special Dietary Uses - CCNFSDU*) e no Comitê Codex de Rotulagem dos Alimentos (*Codex Committee on Food Labelling - CCFL*), aproximando a agenda regulatória das necessidades das políticas públicas de promoção e proteção da alimentação saudável, destacando as discussões sobre valores de referência de nutrientes para fins de rotulagem, atualização das normas sobre fórmulas infantis de seguimento, biofortificação de alimentos, padrão de alimentos terapêuticos prontos para consumo (*Ready to Use Therapeutic Foods - RUTF*), alegação “livre de ácidos graxos trans”, aditivos alimentares para fórmulas infantis e métodos de análise no padrão de fórmula infantil e fórmulas para fins médicos especiais.

No âmbito do Mercosul, a Presidência Pro Tempore foi exercida pelo Paraguai e Uruguai no ano de 2020. A CGAN participa da Comissão Intergovernamental de Segurança Alimentar e Nutricional (CISAN), a qual, em 2020, produziu documento de monitoramento do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, apresentou as atualizações na agenda de Rotulagem Nutricional Frontal de alimentos em cada país, aprovou Declaração/Acordo de Ministros que orienta que a assistência alimentar destinada a populações vulneráveis no contexto do Covid-19 (anexo II) sigam as recomendações estabelecidas nos Guias Alimentares de cada país. Além disso, a Comissão solicitou cooperação técnica da OPAS para implementação do conjunto de medidas da OMS para eliminação da gordura trans da produção industrial, bem como iniciar, em 2021, a discussão de propostas regionais sobre promoção de alimentos locais e dietas tradicionais no âmbito

do CISAN.

Na agenda de prevenção de doenças cardiovasculares por meio da redução do consumo de sódio, a CGAN manteve seu protagonismo regional, atuando na vice-coordenação do Grupo Técnico Assessor da OPAS para Redução do Sódio. Dentre os trabalhos do Grupo Técnico Assessor, destacou-se a continuidade da coleta de dados sobre metas nacionais de redução de sódio e do teor de sódio em produtos embalados nos países da região e início do processo de atualização das metas regionais, que deve ser concluído no início de 2021. O processo envolverá, ainda, a expansão das categorias de alimentos abordadas e a busca de metas mais baixas a partir das políticas em curso nas Américas. Em paralelo, no segundo semestre de 2020, a OMS também iniciou a discussão de metas globais para a redução do sódio, em que a experiência da região das Américas, incluindo a brasileira, foi reconhecida e considerada como referência para o processo global.

Além disso, a CGAN coordenou o componente nacional do projeto multicêntrico do International Development Research Centre (IDRC), para fortalecimento das políticas de redução de sódio nas Américas, por meio do qual foram desenvolvidas pesquisas em três eixos: análise da composição de alimentos (pesquisa de rotulagem nutricional de alimentos embalados e análise laboratorial de alimentos tradicionais, de rua e de comida rápida), avaliação do impacto econômico e de saúde das políticas de redução do sódio, e ações de marketing social para a redução do sal de adição e do consumo de alimentos ricos em sódio, cujos relatórios finais e publicações científicas foram lançados no decorrer de 2020.

A CGAN, apoiada pela Assessoria Internacional do Ministério da Saúde (AISA/MS), deu continuidade a diversas cooperações técnicas bilaterais e multilaterais, por meio de parcerias importantes junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores.

No âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Ministério da Saúde deu continuidade às discussões para o fomento de sistemas alimentares sustentáveis e promotores de alimentação saudável, bem como para a cooperação para a elaboração e adaptação de Guias Alimentares baseados em Alimentos, além de divulgar o Guia como importante ferramenta no enfrentamento da obesidade infantil. Após discussão entre o Ministério da Saúde e a ABC, decidiu-se que a cooperação será custeada pela ABC a partir de plano de trabalho elaborado pela CGAN. Esse plano de trabalho será adaptado ao formato dos documentos de cooperação da CPLP e apresentado aos representantes dos países para continuidade das atividades.

Além disso, a CGAN apresenta dois Termos de Execução Descentralizada (TED

211/2017 e 141/2019) junto à ABC. No âmbito do TED 211/2017 (Projeto de Apoio Bilateral e Multilateral Sul-Sul em Nutrição), destaca-se que as atividades foram adaptadas no contexto da pandemia da Covid-19. Dentre as atividades realizadas, incluem-se: a continuidade da cooperação com Moçambique para apoio na elaboração de guias alimentares e para estruturação da vigilância alimentar e nutricional no país; o apoio à tradução das versões resumidas dos Guia Alimentar para a População Brasileira e Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos para os idiomas inglês e espanhol, legenda do vídeo dos doze passos para a alimentação saudável das crianças menores de 2 anos para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); e, por fim, apoio para a cooperação entre Brasil e Portugal, iniciado em 2019. Destaca-se que para essa cooperação, está prevista a contratação de consultor para elaboração de documentos técnicos sobre a avaliação comparativa das políticas de alimentação e nutrição e avaliação comparativa das estratégias para prevenção e controle da obesidade infantil entre os dois países. Em relação ao TED 141/2019 (Projeto de Cooperação Sul-Sul para o combate da Múltipla Carga da Má Nutrição em Escolares), no qual o trabalho também é realizado junto ao PMA, destaca-se que as atividades também foram adaptadas para o contexto epidemiológico vivido em 2020. As atividades realizadas concentraram-se na em duas frentes de trabalho, apoiadas por consultor contratado para elaboração de documento técnicos. A primeira delas consistiu na elaboração de *Policy Brief*, em fase de revisão final dela CGAN, sobre estratégias para a prevenção e o controle da obesidade infantil, tendo gestores como público alvo e elaboração de roteiros para vídeos curtos que serão divulgados como parte da estratégia de mobilização de gestores para a prevenção da obesidade infantil. A segunda frente de trabalho consistiu na cooperação entre Brasil, Colômbia e Peru, a partir de reuniões técnicas virtuais para elaboração de avaliação comparativa das políticas de alimentação e nutrição e de avaliação comparativa das estratégias para prevenção e controle da obesidade infantil entre os dois países. Nos dias 14 e 15 de dezembro, representantes do Ministério da Saúde dos três países, ABC e Centro de Excelência do PMA, se reuniram para apresentação das políticas de alimentação e nutrição e assim dar início à avaliação comparativa das suas políticas.

Por fim, a AISA apoiou a CGAN também em cooperação técnica bilateral entre Brasil e México, operacionalizada por meio da ABC e da *Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para el Desarrollo - AMEXCID*, que trata do intercâmbio de experiências entre os países para o combate à obesidade. Para o ano de 2021, está prevista ainda a continuidade do intercâmbio de experiências, a serem desenvolvidos de maneira virtual,

em virtude das suspensões ocorridas em função da pandemia.

10. DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS E COMPROMISSOS

Importante destacar que a agenda de alimentação e nutrição e prevenção da obesidade e DCNT foram incluídas como ações estratégicas no Plano Nacional de Saúde e no novo Plano Nacional de Prevenção e Controle das DCNT.

O Plano Nacional de Saúde 2020-2023 é um importante instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas, ações e estratégias do Ministério da Saúde, neste sentido, destaca-se que foram estabelecidos os mesmos objetivos para o PPA 2020-2023 e para o PNS 2020-2023 visando a convergência entre os instrumentos de planejamento, conforme descrito a seguir:

- Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada;
- Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais;
- Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional;
- Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle;
- Fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena;
- Fomentar a produção do conhecimento científico, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável;
- Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.

Em relação aos indicadores, anualmente serão apresentados, por meio dos Relatórios Anuais de Gestão, as evoluções em relação aos índices de referência, dos quais destacam-se os indicadores expressos no quadro a seguir por apresentarem estreita relação com agendas da PNAN:

Indicador	Fonte	Índice de referência	Resultado parcial (dezembro/2020)
Percentual de crianças de 2 a menos de 10 anos que consumiram bebidas adoçadas	Sisvan	66%	64,9%
Percentual de crianças menores de 10 anos com excesso de peso	Sisvan	21,9%	20,9%
Percentual de adultos (18 anos ou mais) com obesidade	Vigitel	19,8%	Dado indisponível
Percentual de crianças com aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida	Sisvan	54%	55%
Percentual de adultos (18 anos ou mais) que consomem bebidas adoçadas regularmente	Vigitel	14,4%	Dado indisponível

Percentual de adultos (18 anos ou mais) que consomem frutas e hortaliças regularmente	Vigitel	33,9%	Dado indisponível
---	---------	-------	-------------------

Ao longo de 2020, a CGMATP organizou uma proposta de incorporação de metas e índices de referência e após as discussões foi estabelecida 1 meta e duas entregas intermediárias, a saber:

- Ampliar para 5% a proporção de atendimentos individuais por problema ou condição avaliada "obesidade" na APS

Entregas intermediárias anuais:

- Ampliar para 16,2% o percentual de pessoas que tiveram pelo menos um acompanhamento de estado nutricional na APS, por ano.
- Ampliar para 1,1% o percentual de pessoas que tiveram pelo menos um acompanhamento de marcadores do consumo alimentar na APS, por ano.

11. Controle social

Conselho Nacional de Saúde (CNS)/Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian)

No Conselho Nacional de Saúde (CNS), a CGAN possui assento na Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian), e participa também das plenárias do conselho, quando convocada por este ou pelo Gabinete do Ministro.

Em 2020, em razão da Pandemia de Covid-19 todas as reuniões foram realizadas virtualmente foram aprovadas no CNS, com discussão e encaminhamento no âmbito da Cian oito Recomendações sobre temas relacionados à alimentação e nutrição. São elas:

Recomendação nº 023, de 09 de abril de 2020. *Recomenda à Anvisa a elaboração, disponibilização e ampla divulgação de material acessível a todas as pessoas contendo instruções técnicas oficiais no que se refere a alimentos e produtos durante a pandemia provocada pelo novo coronavírus*

Recomendação nº 025, de 20 de abril de 2020. *Recomenda a aprovação do PL 1685/2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de aquisição de alimentos para mitigar os impactos da pandemia do Covid-19.*

Recomendação nº 034, de 07 de maio de 2020. *Recomenda medidas para garantir uma produção sustentável, distribuição e doação de alimentos, com respeito à natureza e aos direitos dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.*

Recomendação nº 046, de 24 de junho de 2020. *Recomenda aos conselhos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal, a criação de comissões intersetoriais de alimentação e nutrição.*

Recomendação nº 047, de 24 de junho de 2020. *Recomenda à Presidência da República ações relativas aos subsídios fiscais de IPI para refrigerantes e demais bebidas adoçadas*

Recomendação nº 057, de 27 de agosto de 2020. *Recomenda a adoção de medidas e debate em torno da regulamentação da Lei nº 14.016/2020, que dispõe sobre a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.*

Recomendação nº 062, de 08 de setembro de 2020. *Recomenda o recebimento da análise do CNS sobre o guia que trata da norma brasileira de comercialização de alimentos para lactentes, crianças de primeira infância, bicos, chupetas e mamadeiras.*

Além da discussão elaboração e aprovação das recomendações acima, a Cian tratou da revisão do seu plano de trabalho, definido os temas prioritários a serem tratados ao longo de 2020; análise do Relatório Anual de Gestão de 2019 (RAG - 2019), do Plano Nacional de Saúde 2020 (PNS - 2020) e do Plano Plurianual 2020-2023 (PPA 2020 - 2023).

A CGAN realizou duas apresentações, seguida de discussões e considerações por parte da Cian: a) Agenda 2020 ; b) "Situação Alimentar e Nutricional no Brasil: Excesso de peso e obesidade da população adulta na Atenção Primária à Saúde".

Para 2021, a CGAN apresentou a seguinte proposta temática para ser tratada no âmbito da Comissão:

- **Obesidade e Desnutrição (dupla carga)/Sindemia Global:** tema a ser observado com prioridade (SINDEMIA e pandemia COVID);
- **Agendas novas da CGAN:** Programa de Prevenção e Controle da Obesidade em adultos; PROTEJA: Plano intersetorial de prevenção e controle da obesidade infantil;

2021; ANO FVL (FAO): ações e iniciativas em delineamento para alinhamento à proposta FAO

- **Atenção Nutricional na APS:** Perspectivas de dados preliminares de pesquisa sobre gestão e cuidado das pessoas com obesidade na APS (24 IES selecionadas por editais)
- **Fórmulas nutricionais:** o PCDT elaborado, no aguardo de aprovação CONITEC
- **Situação alimentar e nutricional de povos indígenas:** repercussão da pandemia COVID, com convite à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI):
- **Gordofobia:** frente à repercussão da apresentação do Mapa da Obesidade
- no Brasil, feita em novembro pela CGAN
- **Conselho Nacional de Direitos Humanos/ Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

A CGAN participa, como representante do Ministério da Saúde, na Comissão Especial de Direito Humano à Alimentação Adequada (CPDHAA), que tem como objetivos: apurar violações do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), recomendar as medidas necessárias e tomar providências com vistas à reparação das violações constatadas, e desenvolver ações de promoção de direitos. Essa Comissão foi instituída, em 2015, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), órgão colegiado instituído pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014, tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos, mediante ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos. Em 2016, Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada foi criada por meio da Resolução nº 11, de 3 de dezembro 2016. Ou seja, essa Comissão Especial, passa a ter caráter permanente, garantindo a continuidade das ações e fortalecendo a participação e responsabilização das instituições representadas. No ano de 2020, foram realizadas as seguintes reuniões:

- **17ª Reunião da CPDHAA, em 02 de julho de 2020**, que teve como pauta: a) análise do cenário do DHAA no atual contexto; b) Resolução do CNDH sobre a garantia do direito à alimentação adequada das pessoas privadas de liberdade; c) Lei 14.016, que aprovou doação de sobras de alimentos. Encaminhamentos:
 - Enviar Resolução n. 27, sobre garantia DHAA das pessoas privadas de liberdade para gestoras/es federais e estaduais e sistema de justiça.
 - Oficiar ANVISA solicitando informações sobre protocolos de orientação para a aplicabilidade da Lei 14.016.

- **18ª Reunião da CPDHAA, em 09 de setembro de 2020**, tendo como pauta: a) PRODOC para contratação de consultores para as comissões; b) Lei 14.016, que aprova a doação de excedentes de alimentos; c) Agenda de DH para as Eleições 2020. Encaminhamentos, entre outros: a) Estruturar mais informações sobre contratação e possibilidade de servidoras/es públicas/os da academia participarem; b) Encaminhar para a Mesa Diretora a sugestão de homenagem para Edécio Vigna em próxima Reunião Extraordinária; c) Enviar para integrantes da Comissão monitoramento de ofícios da Recomendação nº 27; d) Oficiar ANVISA sobre a lei 14.016/2020, de 23 de junho de 2020; e) Sistematizar documento para discussão da comissão sobre a Agenda de DH para as eleições no contexto de DHAA; f) Organizar live sobre Impacto do Covid na Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas.
- **19ª Reunião da CPDHAA, em 30 de setembro de 2020**, que tratou do planejamento estratégico da Comissão para 2021, entre outros assuntos. Encaminhamentos: Moção pública de apoio ao Guia Alimentar; Recomendação para retirada dos vetos da Lei nº 14.048/2020; Identificar ações passadas da Comissão e sistematizar um quadro de planejamento; Organização do seminário para 29/10 (definir tempo de fala, participantes, organização da estrutura do Teams).
- **Webinário: Impacto do Covid na Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas, em 29 de outubro de 2020**, com participação de entidades convidadas: Nayara Côrtes - FIAN Brasil, Paulo Leivas - Ministério Público Federal (MPF), Inara Nascimento - Universidade Federal de Roraima e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Valdenir França - Comissão Intersectorial de Alimentação e Nutrição do CNS.

12. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O cenário alimentar e nutricional brasileiro é bastante complexo e o aumento da InSANjá evidenciado na POF 2017/2018 complexifica o cenário. A desnutrição, as deficiências nutricionais, a obesidade e as doenças crônicas relacionadas à alimentação são desafios globais multidimensionais, que podem ter sido agravados com a pandemia do SARCOV-19. o enfrentamento de todas as formas de má-nutrição exige a implementação de políticas intersectoriais, que atuem nas causas da má alimentação, adequadas aos contextos locais, que envolvam a participação de diversos atores e investimentos financeiros adequados e suficientes.

O excesso de peso e a obesidade configuram-se como os principais problemas em

nível de saúde pública e requerem atenção especial das equipes de saúde e formuladores de políticas em todos os níveis de atenção e entes federados, com destaque para a APS e com necessidade de articulação de ações intersetoriais em nível local, com ações que possam potencializar sistemas alimentares saudáveis e desenhos urbanos que permitam à população realizar atividade física com segurança. Do ponto de vista da efetividade das ações a serem implementadas, considerando a reversão - ou melhoria - do perfil alimentar e nutricional no país, é iminente a necessidade de avançar na qualificação das ações para prevenção e controle do ganho de peso de usuários na Atenção Primária e na promoção de ambientes saudáveis que apoiem escolhas mais adequadas em alimentação e atividade física.

A Atenção Primária é um local privilegiado no que se refere às ações e transformações sociais no escopo da PNAN. A APS compõe um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo, abrangendo a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Dessa maneira, a agenda da **Alimentação e Nutrição** ganha destaque tendo em vista que a alimentação inadequada está associada aos **fatores de risco que mais impactam sobre a carga global de doenças, particularmente em relação às DCNT**. Somado à relação estreita com outros fatores de risco que também são decorrentes de uma alimentação inadequada, como a pressão arterial elevada, pelo consumo excessivo de sódio; o IMC elevado que acomete mais da metade da população adulta no Brasil e cresce entre crianças; as altas taxas de glicose no sangue e sua relação com a ocorrência do diabetes e suas repercussões, entre outros. Assim, como enfatizam os principais Organismos Internacionais de saúde, investir em ações de Alimentação e Nutrição e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável é estratégico do ponto de vista da política pública, para proporcionar e alcançar melhorias à saúde e condições de vida das populações.

Portanto, considerando as principais estratégias, programas e ações da CGAN, têm-se como desafios para os próximos anos na APS: intensificar o monitoramento do cenário alimentar e nutricional da população, principalmente na APS; reverter o avanço da obesidade em todas as fases do ciclo de vida, com a estruturação de programas bem coordenados na APS para o público infantil e adulto; elaborar e dar ampla divulgação aos protocolos de manejo dos casos de obesidade, em especial na APS; fortalecer a comunicação para a agenda de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, com base

nas recomendações dos Guias Alimentares da População Brasileira e para Crianças Brasileiras menores de 2 anos; investir na formação e qualificação de profissionais da APS e fomentar estudos que reúnam evidências fortes das ações mais custo-efetivas para a formulação de políticas públicas em alimentação e nutrição.

Cabe o destaque, de que considerando a atual pandemia da Covid-19 e as inúmeras evidências que relacionam a obesidade aos maiores riscos de agravamento, internação e morte pela doença, tem-se como desafio importante na Rede SUS para os próximos anos a qualificação do cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade, incluindo: a identificação e estratificação de risco por meio da vigilância alimentar e nutricional; a atenção integral multiprofissional nos diferentes pontos de atenção e, principalmente, na APS; e as ações de promoção da saúde e prevenção do sobrepeso e da obesidade, em particular aquelas relacionadas à promoção da alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física. Além da articulação de ações intersetoriais que podem incidir nos determinantes desses principais agravos.

A implementação do Proteja, que tem como foco a promoção de ambientes mais saudáveis nas cidades e o Programa de Atenção às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade na APS serão fundamentais para dar continuidade a sinalização por parte do setor saúde de que é necessário intensificar as ações para essa condição, sendo mais passo de uma estratégia nacional integrada que garanta a visibilidade necessária a esse problema de saúde de relevância nacional e internacional e uma atenção integral qualificada às pessoas com sobrepeso e obesidade.

Ainda, considerando as possíveis repercussões da pandemia de Covid-19 e o potencial aumento da InSANno país, com destaque para as famílias em situação de maior vulnerabilidade social, consideramos iminente o risco de aumento de condições relacionadas à má nutrição, com destaque para a desnutrição infantil e em idosos. Com isto, os esforços para ampliação da vigilância alimentar e nutricional com vistas a potencializar o rastreamento e a intervenção/articulação local precoce para prevenir ou deter o crescimento da desnutrição, serão o foco da atuação em 2021.

Anexo I: Ofício Circular nº 03/2020/CGAN/DEPROS/SAPS/MS

04/02/2021

SEI/MS - 0014735491 - Ofício-Circular



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Promoção da Saúde
Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição

OFÍCIO CIRCULAR Nº 3/2020/CGAN/DEPROS/SAPS/MS

Brasília, 07 de maio de 2020.

SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE
Coordenador(a) Estadual de Alimentação e Nutrição

Assunto: Recomendações da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, do Departamento de Promoção da Saúde, do Ministério da Saúde às Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal visando contribuir para a Saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto epidemiológico do novo coronavírus (COVID-19).

Senhor(a) Coordenador(a) Estadual de Alimentação e Nutrição,

1. O estado de emergência de saúde pública no Brasil, em decorrência da pandemia da COVID-19, exige a tomada de medidas articuladas que abrangem intervenções tanto para conter a disseminação do vírus, quanto ações associadas à proteção da vida, da saúde e da segurança alimentar e nutricional da população, em especial, aquela em situação de vulnerabilidade social.
2. No âmbito do Ministério da Saúde, a responsabilidade institucional que contribui para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), está explicitada na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que tem como propósito melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição^[1] e assim cooperar com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.
3. A SAN, condição imprescindível para a proteção social, é compreendida como "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis". O acesso à alimentação e à água potável são direitos humanos universais e, no Brasil, assim como a saúde, a alimentação também é um direito garantido na Constituição Brasileira.
4. A alimentação é essencial à sobrevivência e à saúde e, em cenários de restrição financeira, é a primeira despesa que sofre corte no orçamento familiar. Isso leva a um consumo aquém das necessidades nutricionais e inadequado do ponto de vista da qualidade alimentar, especialmente entre segmentos com mais alto grau de vulnerabilidade socioeconômica (pessoas com necessidades especiais, população de baixa

https://sei.saude.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=16191677&infra_sistem... 1/8

renda, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, refugiados, migrantes, entre outros segmentos) e que se tornam ainda mais vulneráveis em situações de emergência sanitária e social; e também entre os considerados biologicamente mais vulneráveis (crianças, mulheres e idosos), podendo levar à fome, à desnutrição e outras formas de carências nutricionais e má nutrição^[ii].

5. Os impactos da COVID-19 podem afetar negativamente o abastecimento, a produção interna e a disponibilidade, os preços, os fornecedores, o acesso geográfico, a acessibilidade e a conveniência impactando na disponibilidade local e familiar de alimentos^[iii]. Fatores esses que podem agravar os índices de insegurança alimentar e nutricional da população, cujas consequências recairão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), onerando ainda mais serviços, em uma conjuntura de demanda excessiva da rede, em razão da COVID-19.

6. Essa situação pode repercutir na elevação dos índices e graus de insegurança alimentar e nutricional, agravos nutricionais e mortalidade da população do país, em especial no coeficiente de mortalidade infantil. Por outro lado, um aumento no consumo domiciliar de alimentos ultraprocessados, uma redução dos níveis de atividade física e um aumento do estresse relacionado ao isolamento social podem também resultar em elevação da prevalência dos níveis de sobrepeso e obesidade – a outra representação da situação de insegurança alimentar e nutricional^[iii].

7. Nesse contexto, é necessário que o Poder Público redobre a atenção para garantir a segurança alimentar e nutricional da população e o acesso aos alimentos adequados e saudáveis, de acordo com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira^[iv] do Ministério da Saúde, com medidas de proteção no contexto da epidemia da COVID-19. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, em consonância com a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional^[v], uma alimentação adequada e saudável é baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados. Além de outros elementos fundamentais: acesso regular e permanente; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e em práticas produtivas adequadas e sustentáveis^{iv}.

8. A segurança alimentar e nutricional é garantida por meio de políticas intersetoriais, entre as quais a de saúde, requerendo articulação de ações oportunas, viáveis e adequadas às características da população e da região/local. **Ressalte-se, contudo, que, muitos dos determinantes da Insegurança Alimentar e Nutricional não estão sob competência ou responsabilidade direta da saúde, mas certamente seus efeitos recaem sobre ela.** Por isso - e pelo fato de o sistema de saúde dispor de informações sobre o estado nutricional de pessoas e, conseqüentemente, das populações – o setor pode protagonizar, nos estados, DF e municípios, a articulação de setores conexos a SAN, mais especificamente, educação, agricultura, assistência social, desenvolvimentos rural, e similares, ou subsidiá-los com informações relevantes para orientar ações e estratégias que assegurem a SAN em seus territórios.

9. Ao setor saúde, cabem ações que já vêm sendo desenvolvidas na Atenção Primária de Saúde ou em outros pontos de atenção e que podem/devem ser fortalecidas, inclusive com recursos orçamentários e financeiros compatíveis e aprimoradas no contexto da pandemia. São elas:

- a) Assessoria da área técnica de alimentação e nutrição, da Secretaria de Saúde, ao comitê de gerenciamento da pandemia para elaboração de materiais técnicos destinados aos profissionais de saúde e população, contendo orientações sobre como identificar situações de insegurança alimentar, quais atores acionar ao identificar situações de insegurança alimentar e nutricional no território e orientações de alimentação adequada e saudável, para as diferentes fases do curso da vida, baseadas em evidências e nas orientações oficiais - aqui incluídas cuidados na escolha e preparo dos alimentos e da água para consumo;
- b) Monitoramento do estado nutricional e o consumo alimentar da população atendida na rede SUS, especialmente na Atenção Primária, em especial de beneficiários do PBF, crianças menores de 5 anos, gestantes e idosos (grupo mais exposto ao risco de contaminação pelo COVID19), por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Esses dados

são extremamente relevantes para subsidiar o comitê de gerenciamento da pandemia, o Conselho Estadual de Saúde, o Conselho Estadual de SAN e a Caisan estadual com informações que permitam avaliar tendências do estado nutricional dos usuários do SUS, bem como para orientar elaboração de planos de intervenções intersetoriais para assegurar alimentação a grupos prioritários e em situação de maior vulnerabilidade.

c) Monitoramento de situações de insegurança alimentar e nutricional, pelas equipes de Atenção Primária à Saúde, especialmente nas famílias mais vulneráveis socialmente, com idosos e famílias com casos confirmados de COVID-19 e, articular intersetorialmente ações para apoiar essas famílias nesse momento de pandemia.

d) Promover, proteger e apoiar a amamentação e promover a alimentação adequada e saudável para crianças e outros usuários da rede SUS;

e) Ampliar e fortalecer os Programas Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF) e de Suplementação de Vitamina A (PNSVA, onde está implantado) como estratégias para assegurar estado nutricional adequado de crianças e gestantes;

f) Promover ações educativas para consumo de alimentos adequados e saudáveis, de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira;

g) Fortalecer a educação em saúde para redução de riscos e controle da disseminação do COVID-19 e as orientações para redução de resíduos nos domicílios e promover a alimentação adequada e saudável (uma das diretrizes da PNaN);

h) Fortalecer a Vigilância Sanitária a fim de garantir maior abrangência de ações de supervisão, educação e fiscalização, para reduzir riscos inerentes ao COVID;

i) Disponibilizar e capacitar os trabalhadores envolvidos na cadeia de fornecimento de alimentos e de alimentação quanto ao uso de material de higiene e equipamentos individuais para mitigar os riscos de contágio com apoio de estados e municípios e da iniciativa privada, desde que não haja conflitos de interesse (Visa, com apoio técnico da área responsável pela gestão das ações de alimentação e nutrição);

j) Garantir a segurança do alimento disponibilizando informações fidedignas e efetivas para uso dos sanitizantes (Visa, com apoio técnico da área responsável pela gestão das ações de alimentação e nutrição);

10. Contudo, embora importantes, tais ações não são suficientes para a garantia da SAN, dependendo esta de ações de outros órgãos de gestão de políticas públicas. Permitimo-nos recomendar algumas ações abaixo, baseadas em documentos nacionais e internacionais^[v],^[vii],^[viii],^[ix] que podem ser encaminhadas pelos governos locais ou sugeridas ao comitê (ou colegiado similar) de gerenciamento da pandemia:

I - Definição de um espaço de governança das ações intersetoriais para contribuir com a segurança alimentar e nutricional da população local, a fim de coordenar as iniciativas, planos e ações emergenciais de provimento alimentar direto e indireto que estejam sendo desencadeados ou operadas na (pela) respectiva esfera de governo. Lembrando que todos estados e o DF e muitos municípios dispõem da Câmara Intersetorial de SAN, que agrega setores das políticas públicas ligados à SAN e Conselhos de SAN (onde ocorre a concertação das demandas da sociedade civil e governo);

II - Fomentar a criação, a organização e a manutenção de Comitês emergenciais de prevenção da Insegurança Alimentar e Nutricional, caso não existam instâncias colegiadas com essa atribuição;

- III - Fomentar a articulação das instâncias colegiadas de SAN existentes no território, com o comitê (ou colegiado similar) que esteja gerenciando a pandemia;
- IV - Garantir, como uma das estratégias principais, os programas de seguridade social e transferência de renda por meio da ampliação da quantidade de pessoas atendidas por esses programas, como o Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC), e outros programas de transferência de renda, lembrando que, conforme a Nota Técnica Nº 11/2020-CGPROFI/DEPROS/SAPS/MS, o não acompanhamento das condicionalidades de saúde, durante a pandemia, dos atuais beneficiários do PBF não ocasionará repercussão para os beneficiários, estados e municípios;
- V - Apoiar a agricultura familiar e iniciativas de agricultura urbana para promover um mercado direto do produtor para o consumidor (circuito curto), o que promoverá o consumo de alimentos frescos e de qualidade, a preços acessíveis, além de gerar e fazer circular renda nas comunidades locais e entre pequenos produtores;
- VI - Garantir a estabilidade no acesso e disponibilidade de alimentos aos grupos mais vulneráveis, incluindo garantia de preços justos dos alimentos, bem como, a de compra de pequenos produtores e agricultores familiares para manutenção de empregos e produção adequada de alimentos;
- VII - Garantir os estoques reguladores de alimentos e sua disponibilização por meio de programas de distribuição EMERGENCIAL de cestas de alimentos à população vulnerável;
- VIII - Garantir a entrega de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – conforme legislações já estabelecidas enquanto perdurar a situação de suspensão das aulas em decorrência da epidemia COVID 19;
- IX - Garantir o bom funcionamento e uso dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares e cozinhas comunitárias) e outros (institucionais, industriais, militares, universitários) para possibilitar o fornecimento de refeições prontas para população vulnerável, por meio do fornecimento de marmitas para consumo domiciliar (evitando aglomerações públicas);
- X - Apoiar e ampliar a capacidade de oferta e distribuição de alimentos, por meio de equipamentos públicos que acolhem idosos, crianças, mulheres, população em situação de rua, entre outros com alta vulnerabilidade;
- XI - Fomentar a produção e compra de alimentos saudáveis em conjunto com a doação simultânea (em especial feijão, arroz, frutas, legumes e verduras) por meio de compras públicas;
- XII - Monitorar e garantir a estabilidade dos preços dos alimentos e os indicadores de segurança alimentar;
- XIII - Garantir o acesso ao gás de cozinha, à água potável e à segurança hídrica e sanitária a toda a população, em especial às famílias do CADUNICÔ, o semiárido e municípios com maiores índices de vulnerabilidade social (IVS) e geográfica;

11. Acreditamos que o conjunto de ações e recomendações propostas possam contribuir para minimizar o impacto da pandemia de COVID-19 sobre a SAN da população, em especial àquela mais vulnerável econômica, social e biologicamente. Contudo, ressaltamos, mais uma vez, que essas ações, para que tenham efetividade e maior alcance, devem ser alinhadas e harmonizadas por meio de um colegiado intersetorial que conjugue os esforços e coordene as ações de todos setores com políticas e programas públicos que tenham impacto sobre a saúde e a SAN e que possibilite a otimização dos recursos a serem

mobilizados durante o período de pandemia, bem como um menor impacto sobre o sistemas de saúde das consequências de agravos nutricionais resultantes da insegurança alimentar e nutricional.

[i] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2012.

[ii] UN Women, WHO, IFRC, OCHA. [COVID-19: How to include marginalized and vulnerable people in risk communication and community engagement](#). A guide for risk communication and community engagement with marginalized people who are more vulnerable in emergencies. 2020.

[iii] UNSCN/FAO/ONU. Food Environments in the COVID-19 Pandemic. Impacts and positive policy actions to deliver sustainable healthy diets for all, 2020.

[iv] Brasil. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

[v] Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

[vi] FAO, Centre for Social Protection, Institute of Development Studies. Social Protection and Resilience. Supporting Livelihoods in Protracted Crises and in Fragile and Humanitarian Contexts. 2017.

[vii] FAO. [Coronavirus Food Supply Chain Under Strain What to do?](#). 24 March, 2020.

[viii] FAO. [Keeping food and agricultural systems alive - Analyses and solutions in a period of crises - COVID-19 Pandemic](#) (Continually updated).

[ix] FAO. [COVID-19 and the risk to food supply chains: How to respond?](#) 29 March, 2020.

Atenciosamente,

LÍVIA DE ALMEIDA FALLER
Diretora de Promoção da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Bortolini, Coordenador(a)-Geral de Alimentação e Nutrição**, em 08/05/2020, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).

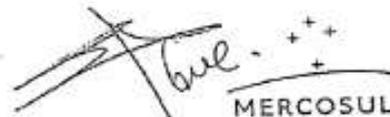


Documento assinado eletronicamente por **Livia de Almeida Faller, Diretor(a) do Departamento de Promoção da Saúde**, em 08/05/2020, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organ_aresso_externo=0, informando o código verificador **0014735491** e o código CRC **3892718E**.

Anexo II – Declaração de Ministros



DECLARACIÓN DE MINISTROS DE SALUD DEL MERCOSUR Y ESTADOS ASOCIADOS SOBRE ASISTENCIA ALIMENTARIA A POBLACIONES VULNERABLES EN EL MARCO DE COVID -19

Los Ministros de Salud, reunidos mediante videoconferencia, el día 03 de diciembre de 2020, en ocasión de la XLVII Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados,

CONSIDERANDO:

Que los países de la región, así como el resto del mundo están atravesando una crisis sanitaria a raíz de la pandemia por la COVID-19, la cual conlleva fuertes consecuencias económicas y sociales.

Que las medidas sanitarias necesarias para evitar la propagación del virus han repercutido en la pérdida de ingresos por el cese o disminución de actividades económicas no esenciales.

Que la pandemia está repercutiendo en las perspectivas globales de seguridad alimentaria y nutricional y se prevé que sus efectos incluyan el aumento de los niveles de todas las formas de malnutrición especialmente en los hogares más vulnerables.

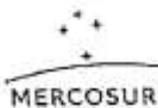
Que para mitigar los efectos de la pandemia los países deben instrumentar mecanismos para satisfacer las necesidades alimentarias inmediatas de sus poblaciones vulnerables y fortalecer sus programas de protección social.

Que así mismo, las enfermedades no transmisibles relacionadas con la alimentación han sido un factor que aumentó la severidad de la COVID-19, por lo que la promoción de estilos de vida saludables y la prevención del sobrepeso y obesidad son fundamentales para tener sistemas de salud que puedan responder a este tipo de eventos.

Que recientemente se han conocido los resultados de una serie de meta-análisis que señalan una asociación entre la presencia de obesidad y aumentos significativos en la morbilidad y la mortalidad por COVID-19.

Que las enfermedades no transmisibles (ENT) son las principales causas de morbi-mortalidad en los países de la región. En 2019, según el Estudio De Carga Global de Enfermedad (GBD – *Global Burden of Disease*) las ENT, en términos de porcentajes de las muertes en menores de 70 años representaron, 74,2% en Argentina, 66,1% en Brasil, 66,3% en Paraguay y 77,7% de las muertes totales en Uruguay.





Que exista consenso acerca de que dentro de los factores más importantes que promueven el aumento de peso y la obesidad, así como las ENT asociadas, son el consumo elevado de productos de bajo valor nutricional y alto de azúcar, grasa y sal, la ingesta habitual de bebidas azucaradas y la actividad física insuficiente.

Que se ha identificado que ciertas industrias de productos no saludables en diversos países de la región y del mundo, han manifestado su compromiso en ayudar en la crisis sanitaria y económica resultante de la pandemia COVID-19 y aunque dichas iniciativas podrían colaborar en la causa, es necesario tomar medidas para prevenir y gestionar posibles conflictos de interés, así como actividades encubiertas de publicidad y patrocinio dentro de los planes de responsabilidad social empresarial.

Que en el marco de la pandemia, en algunos países se han documentado donativos de productos no saludables realizados directamente a profesionales de la salud y otros trabajadores de servicios esenciales, así como también hacia iniciativas de combate a la pandemia.

Que en este contexto se vuelve prioritario que los programas de protección social, de asistencia alimentaria y organismos receptores de donaciones tengan en cuenta las recomendaciones de las Guías Alimentarias nacionales y las políticas de etiquetado frontal en el caso que existieran, al momento de definir sus prestaciones de forma de salvaguardar la salud y nutrición de la población beneficiaria.

LOS MINISTROS DE SALUD DECLARAN:

1. La necesidad de generar en el MERCOSUR un marco normativo que regule la gestión de la asistencia alimentaria destinada a las poblaciones vulnerables siguiendo las recomendaciones establecidas por las Guías Alimentarias de cada país y de las políticas de etiquetado frontal, en el caso que existieran.
2. La importancia de que el marco normativo regulador incorpore disposiciones que contemplen todas las clases de asistencia, como ser: asistencia alimentaria directa, donaciones de alimentos, compras públicas, transferencias monetarias, subsidios a los alimentos recomendados, entre otros, como forma de preservar la calidad nutricional de las prestaciones alimentarias brindadas y contribuir así a la seguridad alimentaria y nutricional de la población beneficiaria, en coordinación con todos los organismos gubernamentales responsables, no gubernamentales y de cooperación.
3. La aceptación de donaciones de productos alimentarios deberá respetar las limitaciones abarcadas por la prohibición de publicidad, promoción y patrocinio de la industria de productos no saludables como tabaco, alcohol y otros que puedan verse afectados por sellos del etiquetado frontal.



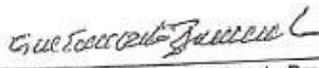


4. Fortalecer y contextualizar programas y proyectos de promoción de la salud y prevención de la malnutrición en todas sus formas en el marco de la pandemia de la COVID 19 y sus diferentes etapas.

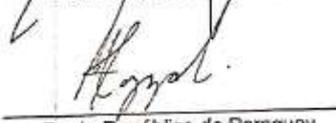
XLVII RMS - 03/XII/2020.



Por la República Argentina



Por la República Federativa de Brasil



Por la República de Paraguay



Por la República Oriental del Uruguay



Por el Estado Plurinacional de Bolivia

Anexo III: Eventos com participação da CGAN

- Sessão de Afiliados do Fórum Econômico Mundial sobre obesidade infantil (*Tackling childhood overweight in a changing world - How can 'whole of society' approaches turn the tide on the global crisis of childhood overweight and obesity? Accelerating Sustainable UHC: Improving Access to Non-Communicable Diseases Care*). Realizada no dia 22 de janeiro em Davos, Suíça. Disponível em: <https://twitter.com/i/status/1220122721356525569>
- *Virtual Informal briefing to the Permanent Missions to the United Nations in New York on the Mid-term Review of the UN Decade of Action on Nutrition 2016-2025*. Realizado no dia 23 de julho de 2020 em Nova York, Estados Unidos.
- Semana Mundial de Aleitamento Materno e Agosto Dourado do Tocantins – 2020. Realizado no dia 31 de julho de 2020. Não ficou gravada.
- *El rol de Guías Alimentarias Frente al Impacto del Covid-19 - Como enfrentar la crisis y garantizar el derecho a una alimentación saludable*. Realizado virtualmente no dia 05 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QNvB2CS6i-8&feature=youtu.be>
- WHO report on global trans fat elimination 2020. Evento virtual realizado no dia 09 de setembro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VN_cCTLFKhY&feature=youtu.be
- Webinário: Dia Mundial de Alimentação 2020, impacto da pandemia na (IN)Segurança Alimentar e Nutricional no estado de Mato Grosso. Realizado no dia 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/9yNj3ZAhqE>
- Webinário Ambiente Alimentar e Obesidade Infantil. Realizado no dia 24 de setembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/7L5KJGMS4e4>
- 36ª Conferência Regional da FAO. Realizada virtualmente entre 19 e 21 de outubro de 2020.
- Webinário: O cuidado da criança e do adolescente com excesso de peso. Realizado no dia 29 de outubro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/PatieTeq160>
- Reuniões da Comissão Intergovernamental de Segurança Alimentar e Nutricional (CISAN). Realizadas virtualmente nos dias 22 de outubro e 04 de novembro de 2020.
- Webinário: Medidas protetivas no sistema de governança política para a prevenção da obesidade infantil. Realizado no dia 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/6wssMfBaedQ>

- Webinário: Experiências Internacionais no Enfrentamento da Obesidade Infantil. Realizado no dia 10 de dezembro de 2020. Disponível em:
- Reunião virtual sobre o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional com o Estado de São Paulo no dia 22 de outubro de 2020.
- Seminário de Avaliação Final Virtual - Chamada Alimentação e Nutrição 13/2017 nos dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2020.
- Live - SUS e PNAN, conquistas do povo brasileiro
<https://www.youtube.com/watch?v=5z1uujeG3bw>
- Conversas do INU à distância - Agenda de alimentação e nutrição no SUS -
https://www.youtube.com/watch?v=c9E3_l7jIEs
- LIVE 01/09 - DIA DO NUTRICIONISTA -
https://www.youtube.com/watch?v=oqR_gFYNTnI
- Webinário: O cuidado da criança e do adolescente com excesso e peso -
<https://www.youtube.com/watch?v=PatieTeq160&t=103s>
- Webinário Ambiente Alimentar e Obesidade Infantil -
<https://www.youtube.com/watch?v=7L5KJGMs4e4&t=1588s>
- Raio X da Obesidade: a COVID-19 e a vulnerabilidade do paciente -
<https://www.youtube.com/watch?v=4JVJERodcbc>
- Webinar Recomendações do INCA para Prevenção de Câncer pela Alimentação, Nutrição e Atividade Física - <https://www.youtube.com/watch?v=Wq0XIUefe1Y>
- Live Instituto Desiderata sobre obesidade infantil -
<https://www.youtube.com/watch?v=HL-6AOcGF3Y>
- Seminário RENOB-MG: Inovações para o enfrentamento e o controle da obesidade no SUS - 07 e 08 de outubro de 2020 - Plataforma Doity
- Live sobre obesidade - Participação no Fórum Intersetorial para Combate às DCNT no Brasil - 04 de dezembro de 2020

Anexo IV: Lista de Pesquisas

A - Editais 2020

Chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS Nº 27/2020 - Pesquisa em Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Fatores de Risco Associados

Processo	Proponente	Eixo	Linha	Instituição proponente	Título
443162/2020-4	Liliane Viana Pires	I	L1	UFS	Avaliação da efetividade de uma intervenção nutricional baseada no grau de processamento dos alimentos para o controle metabólico de indivíduos com diabetes mellitus tipo 2 assistidos pela Atenção Primária à Saúde do Estado de Sergipe
442632/2020-7	Elizabeth Silaid Muxfeldt	I	L3	UFRJ	Eficácia da intervenção nutricional isolada ou associada a outras intervenções não farmacológicas no controle da hipertensão arterial e na redução do risco cardiovascular -ensaio clinico randomizado
442346/2020-4	Raquel de Deus Mendonça	I	L3	UFOP	Efetividade de intervenção nutricional para controle da Hipertensão Arterial Sistêmica na Atenção Primária à Saúde: inovadora pautada na

					entrevista motivacional e no Guia Alimentar vs. convencional dietoterápica
443291/2020-9	Edilene Maria Queiroz Araújo	I	L3	UNEB	Avaliação da efetividade da alimentação cardioprotetora brasileira na redução da pressão arterial e seus fatores de riscos associados em hipertensos usuários de UBS em Salvador/BA: um ensaio clínico randomizado
442198/2020-5	Helena Alves de Carvalho Sampaio	I	L5	UECE	Programa Meu NutriGuia: Letramento e Inovação em Saúde na promoção da adesão ao guia alimentar para a população brasileira como estratégia de combate à obesidade
442877/2020-0	Aline Cristine Souza Lopes	I	L5	UFMG	Avaliação da efetividade de intervenção coletiva para o manejo da obesidade em usuários da Atenção Primária com indicação de cirurgia bariátrica
442439/2020-2	Marcelo Rodrigues Gonçalves	I	L5	UFRGS	Aplicação do guia brasileiro de alimentação saudável por teleatendimento para pacientes obesos da atenção primária: Um ensaio clínico randomizado.
443006/2020-2	Larissa Fortunato Araújo	I	L5	UFC	Guia Alimentar para a população brasileira e ambiente alimentar:

					desenvolvimento e avaliação de um programa de intervenção nutricional para adultos usuários do SUS
442183/2020-8	Luisa Helena de Oliveira Lima	I	L6	UFPI	Efetividade de um protocolo de intervenções nutricionais para o manejo da obesidade infantil no âmbito da Atenção Primária à Saúde
443178/2020-8	Larissa Loures Mendes	I	L6	UFMG	Manejo da obesidade infantil no contexto da Atenção Primária à Saúde: Uma abordagem baseada na intervenção intensiva de múltiplos componentes
443256/2020-9	Larissa Galastri Baraldi	I	L7	UNICAMP	Ações intersetoriais de prevenção a obesidade infantil: uma intervenção comunitária municipal
443099/2020-0	Maria del Carmen Bisi Molina	I	L7	UFES	Prevenção da Obesidade Infantil na Atenção Primária em Saúde: Um ensaio comunitário na região Metropolitana de Vitória/ES

Chamada CNPq/MS/SAPS/DEPROS Nº 28/2020 - Formação em Doenças Crônicas Não Transmissíveis e seus fatores de risco associados

Nº Do Processo	Proponente	Uf	Instituição Proponente	Título Do Projeto
443292/2020-5	Anna Cecilia Queiroz de Medeiros	RN	UFRN	CUIDAR: qualificando o cuidado integral em doenças crônicas não transmissíveis no agreste potiguar
442620/2020-9	Bartira Mendes Gorgulho	MT	UFMT	Organização do cuidado às pessoas com DCNT em Mato Grosso: diagnóstico e capacitação
443217/2020-3	Bruna Paola Murino Rafacho	MS	UFMS	Estratégia de formação dos profissionais da Atenção Primária à Saúde no cuidado das condições crônicas em Campo Grande/MS
443233/2020-9	Carla Meneses Hardman	PE	UFPE	Processo e efetividade de uma intervenção de Educação Permanente em Saúde para o desenvolvimento de competências profissionais e aumento da capacidade institucional para a atenção às doenças crônicas não transmissíveis em profissionais e gestores da APS

443003/2020-3	Danielle Franklin de Carvalho	PB	UEPB	Projeto de pesquisa, extensão e formação no cuidado da obesidade, hipertensão arterial e diabetes no âmbito da atenção primária à saúde do estado da Paraíba
443320/2020-9	Denilson de Castro Teixeira	PR	UEL	Formação de gestores e profissionais de saúde da APS do estado do Paraná no enfrentamento da obesidade e fatores associados: análise de efetividade a partir de abordagem quali quantitativa
445253/2020-7	Elaine Thume	RS	UFPEL	Projeto integrado de pesquisa, ensino e extensão para a formação de gestores e profissionais da APS e a qualificação do cuidado de pessoas com hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e obesidade na região sul do Rio Grande do Sul.
443223/2020-3	Francineide Pereira da Silva Pena	AP	UNIFAP	Formação para implementação da rede de atenção à saúde para pessoas com Doenças Crônicas No Estado Do Amapá
442317/2020-4	Helen Hermana Miranda Hermsdorff	MG	UFV	Rede para enfrentamento da obesidade em Minas Gerais RENOB-MG: excelência em gestão na Atenção Primária à Saúde

443295/2020-4	Ligia Amparo da Silva Santos	BA	UFBA	Qualificação do cuidado a pessoas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Dcnt) e seus fatores de risco associados no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS no estado da Bahia: integrando pesquisa, extensão e formação
443014/2020-5	Maria Rita Marques de Oliveira	SP	UNESP	Formação em doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco associados no Estado de São Paulo
443751/2020-0	Monica Motta Lino	SC	UFSC	Qualificação Profissional e de Gestores de Santa Catarina em DCNT
442937/2020-2	Valeria Pagotto	GO	UFG	Programa de formação para organização e qualificação cuidado às pessoas com Doenças Crônicas Não transmissíveis na Atenção Primária do Estado de Goiás

B - Pesquisas em Alimentação e Nutrição - Chamada MS-SCTIE-Decit/ CNPq Nº 26/2019 - Pesquisas em Alimentação e Nutrição

EIXO 1: ECONOMIA DA SAÚDE COM FOCO NAS AÇÕES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Nome coordenador	Nome instituição	Título do Projeto
Alexandre Bragança Coelho	Universidade Federal de Viçosa	Taxação de bebidas açucaradas: evidências para o Brasil
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada	Preços, consumo e demanda de produtos alimentares por nível de processamento no Brasil: evolução e projeções
Carla Cristina Enes	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Impacto da taxaço de bebidas adoçadas na demanda e na prevalência e incidência de obesidade e outras doenças crônicas na população brasileira
Charline Dassow	Universidade Federal de Mato Grosso	Tributaço de bebidas adoçadas no Brasil: estimaçao dos impactos fiscais, econômicos e na saúde da população
Cid Manso de Mello Vianna	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Taxação de Bebidas Adoçadas: análise do custo-efetividade da sua implantação e o impacto na produção e emprego das empresas produtoras
Denise Petrucci Gigante	Universidade Federal de Pelotas	Avaliação do impacto da taxaço de bebidas adoçadas no Brasil
Eduardo Botti Abbade	Universidade Federal de Santa Maria	Histórico e projeção do impacto econômico da Obesidade e suas conseqüentes Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Sistema Único de Saúde

Ísis Eloah Machado	Universidade Federal de Ouro Preto	Impactos financeiros e à saúde devidos à alimentação inadequada e ao excesso de peso no Brasil e Unidades Federativas
José Giacomo Baccarin	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	A Internacionalização da Agricultura Brasileira e os Efeitos nos Preços, Disponibilidade e Consumo de Alimentos no Brasil
Kalinca Leia Becker	Universidade Federal de Santa Maria	Avaliação de impacto da regulação da oferta de alimentos nas cantinas escolares sobre o consumo alimentar, saúde e oferta de trabalho da população brasileira
Larissa Loures Mendes	Universidade Federal de Minas Gerais	Comercialização de bebidas adoçadas e alimentos não saudáveis em cantinas escolares públicas e privadas: uma análise da aquisição, das medidas de intervenção e dos aspectos econômicos e regulatórios
Leandro Fórnias Machado de Rezende	Universidade Federal de São Paulo	O Custo da Obesidade no Brasil: situação atual e projeções futuras dos custos econômicos com doenças crônicas não transmissíveis
Luciana Azevedo	Universidade Federal de Alfenas	Avaliação do custo da obesidade para o Sistema Único de Saúde, com desenvolvimento de ferramenta de monitoramento
Lucilene Rezende Anastácio	Universidade Federal de Minas Gerais	Impacto da rotulagem nutricional frontal em compreensão, compras, ingestão alimentar e peso de consumidores e seus desdobramentos na obesidade e doenças crônicas não transmissíveis
Maria Laura da Costa Louzada	Universidade Federal de São Paulo	Tendência temporal do consumo e do preço dos alimentos, segundo características do processamento industrial, e o seu impacto

		na mortalidade no Brasil entre 1975 e 2018.
Patrícia Vasconcelos Leitão Moreira	Universidade Federal da Paraíba	MODELA-SUS: simulação do impacto da modificação de fatores de risco para obesidade e DCNT no Brasil e a repercussão econômica no SUS.
Paula Martins Horta	Universidade Federal de Minas Gerais	Impacto da regulação da publicidade televisiva de alimentos direcionada às crianças no consumo alimentar e obesidade infantil no Brasil
Renata Bertazzi Levy	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	A regulamentação brasileira da venda de alimentos e bebidas em cantinas escolares: avaliação da qualidade das leis e dos impactos no consumo alimentar de adolescentes
Rosely Sichieri	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Impacto da redução do consumo de açúcar, sódio e gordura nas mortes evitáveis por doenças crônicas não transmissíveis no Brasil

EIXO 2: PESQUISAS MULTITEMÁTICAS EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Nome coordenador	Nome instituição	Título do projeto
Ana Karina Teixeira da Cunha França	UFMA - Universidade Federal do Maranhão	Avaliação da implementação da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em pó - Nutrisus em creches públicas: um estudo multicêntrico

Ana Paula Grotti Clemente	Universidade Federal de Alagoas	Impacto da fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó na anemia em crianças matriculadas em creches/pré-escolas brasileiras: estudo multicêntrico longitudinal de duas coortes.
Antônio Augusto Ferreira Carioca	Universidade de Fortaleza	Perspectivas e desafios do aprimoramento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: uma abordagem de métodos mistos
Bárbara Hatzlhofer Lourenço	Universidade de São Paulo	Avaliação de marcadores do consumo alimentar no SISVAN Web: relação com indicadores antropométricos e perspectivas para qualificação da vigilância alimentar e nutricional na atenção primária à saúde no SUS
Cintia Chaves Curioni	Instituto de Nutrição	Revisão sistemática sobre a efetividade de intervenções nutricionais em crianças com lesões cerebrais congênitas ou perinatais não progressivas
Daniela Lopes Gomes	Universidade Federal do Pará	Monitoramento do estado nutricional da população brasileira atendida na atenção primária à saúde: representatividade, cobertura, confiabilidade e qualidade dos dados obtidos por meio do Sisvan

Danielle Cristina Guimarães da Silva	Universidade Federal do Oeste da Bahia	Deficiências nutricionais e terapia nutricional no tratamento da paralisia cerebral em crianças: uma revisão sistemática e metanálise "Identificação das principais deficiências nutricionais na paralisia cerebral infantil no Brasil"
Erika Aparecida da Silveira	Universidade Federal de Goiás	Prevalência de deficiência dos principais micronutrientes que impactam na saúde de mulheres em idade fértil: revisão sistemática e metanálise
Fernanda Rebelo dos Santos	Fundação Oswaldo Cruz	Intervenções nutricionais e dietéticas em crianças com paralisia cerebral: revisão sistemática de literatura com potencial reanálise
Luana Azevedo de Aquino	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Implementação de um modelo nacional de avaliação, correção, monitoramento e divulgação de dados registrados no Sistema de Informação de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN-QUALI)
Michel Carlos Mocellin	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Revisão sistemática sobre a prevalência de deficiências de micronutrientes em mulheres em idade fértil no Brasil
Nassib Bezerra Bueno	Universidade Federal de Alagoas	Prevalence of public health relevant micronutrients deficiency (Iron, Iodine, vitamin A and D) in Brazilian women in reproductive age. A systematic review with metanalysis

Patricia de Carvalho Mastroianni	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Prevalência de deficiências de micronutrientes em mulheres em idade fértil: revisão sistemática e metanálise
Priscila Ribas de Farias Costa	Universidade Federal da Bahia	Prevalência global, regional e nacional de deficiência de micronutrientes em mulheres em idade fértil: revisão sistemática e metanálise
Rita de Cássia Ribeiro Silva	Universidade Federal da Bahia	Avaliação da qualidade dos dados antropométricos de gestantes e crianças do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2008-2018
Taís Freire Galvão	Universidade Estadual de Campinas	Prevalência de deficiência de micronutrientes em mulheres em idade fértil no Brasil: revisão sistemática e meta-análise
Tamy Colonetti	Universidade do Extremo Sul Catarinense	Terapias nutricionais indicadas para crianças com lesões cerebrais: Revisão Sistemática e Meta-análise

C - Projetos contemplados na Chamada CNPq/MS/SCTIE/DECIT/SAS/DAB/CGAN Nº 13/2017

Faixa	Pesquisador Responsável	Instituição	Título do projeto
A	Ademir Machado de Oliveira	Universidade do Estado de Mato Grosso	Elasticidade-preço de bebidas adoçadas e de alimentos de alta densidade energética: efeitos da tributação na qualidade da dieta domiciliar.

B	Aline Cristine Souza Lopes	Universidade Federal de Minas Gerais	Avaliação do impacto de aspectos contextuais e individuais, especialmente o consumo de alimentos ultraprocessados, sobre a evolução da obesidade em usuários da atenção básica
B	Ana Paula Grotti Clemente	Universidade Federal de Alagoas	Avaliação da gestão e operacionalização dos Programas Nacionais de Suplementação de Ferro e de Vitamina A e o seu impacto no estado nutricional de crianças de 6 a 24 meses em municípios do estado de Alagoas
C	Carlos Augusto Monteiro	Universidade de São Paulo	Coorte NUTRINET Brasil: alimentação e doenças crônicas não transmissíveis
A	Carolina Nicoletti Ferreira	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	Fatores determinantes do reganho de peso no pós-operatório de cirurgia bariátrica realizada no âmbito do Sistema Único de Saúde brasileiro
A	Caroline Opolski Medeiros	Universidade Federal do Paraná	Preparações ofertadas a trabalhadores atendidos pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)
B	Cristiano Siqueira Boccolini	Fiocruz Brasília	Estudo multicêntrico de avaliação do cumprimento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (Multi-NBCAL)
A	Diana Barbosa Cunha	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Efetividade de uma estratégia para tratamento da obesidade infantil baseada no Guia Alimentar para a População Brasileira: um ensaio randomizado
A	Eliseu Verly Junior	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Aplicação da otimização de dados para maximar adequação nutricional e minimizar custo na elaboração de cardápios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A	Etel Rocha Vieira	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Desenvolvimento e avaliação do uso de aplicativo para celular/tablet como estratégia de comunicação do Guia Alimentar para a População Brasileira para adolescentes no município de Diamantina, Minas Gerais.
C	Gilberto Kac	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Proposição de novas recomendações de ganho de peso gestacional para utilização no SUS
A	Helen Hermana Miranda Hermsdorff	Universidade Federal de Viçosa	Elaboração de Protocolos e instrumentos para aconselhamento nutricional de indivíduos obesos com risco cardiometabólico na Atenção Básica à Saúde
B	Inês Rugani Ribeiro de Castro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Vídeos educativos como estratégia inovadora de comunicação virtual para incentivar e orientar sobre habilidades culinárias domésticas
B	Jorginete de Jesus Damião Trevisani	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Condicionalidades do Programa Bolsa Família: estratégia para garantir equidade em saúde e nutrição
B	Kênia Mara Baiocchi de Carvalho	Universidade de Brasília	Consumo alimentar, hábitos de vida, controle de comorbidades e estado nutricional de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica pelo SUS
B	Ligia Amparo da Silva Santos	Universidade Federal da Bahia	A efetividade das práticas integrativas e complementares no cuidado a pessoas com obesidade na rede de atenção à saúde: um estudo qualitativo
B	Ligiana Pires Corona	Universidade Estadual de Campinas	Avaliação da prevalência de deficiência de micronutrientes em idosos residentes em cidades da região de Campinas - SP
B	Luciana Ribeiro Bahia	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	Projeto de melhoria da qualidade assistencial de pacientes no pré e no pós-operatório de cirurgia bariátrica pelo Sistema Único de Saúde

A	Lucilene Maria de Sousa	Universidade Federal de Goiás	Matriciamento das ações de promoção da saúde na linha de cuidado da obesidade
B	Marcia Regina Vitolo	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Avaliação da efetividade de estratégia para prevenção de consumo de açúcar e alimentos ultraprocessados no primeiro ano de vida em três regiões do Brasil: ensaio de campo randomizado
B	Maria Claret Costa Monteiro Hadler	Universidade Federal de Goiás	Comparação do NutriSUS com a suplementação medicamentosa em crianças na educação infantil: um ensaio clínico randomizado
A	Maria dos Remédios Freitas Carvalho Branco	Universidade Federal do Maranhão	Análise dos casos de beribéri notificados no Brasil com o uso de geoprocessamento
A	Maria Eliana Madalozzo Schieferdecker	Universidade Federal do Paraná	Efetividade das estratégias do cuidado em Terapia Nutricional Enteral Domiciliar
A	Maria Laura da Costa Louzada	Universidade de São Paulo	O impacto da variação temporal no consumo de alimentos ultraprocessados na evolução da prevalência da obesidade no Brasil (2002/2003-2008/2009).
A	Maria Natacha Toral Bertolin	Universidade de Brasília	Promovendo a alimentação saudável por meio do smartphone: uma estratégia educativa inovadora para adolescentes
B	Marta Citelli dos Reis	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Avaliação do risco de sobrecarga de ferro por fontes alimentares, suplementação medicamentosa profilática e/ou fortificação com micronutrientes em

			pó em pessoas com anemia falciforme
B	Maysa Helena de Aguiar Toloni	Universidade Federal de Lavras	Programa Bolsa Família: avaliação dos impactos na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias participantes e acompanhamento das condicionalidades de saúde sob a ótica dos profissionais
A	Patricia Constante Jaime	Universidade de São Paulo	Desenvolvimento e Validação de uma Escala de Avaliação da Abordagem do Guia Alimentar para a População Brasileira na Atenção Básica em Saúde (GAB3)
A	Paula Pereda	Universidade de São Paulo	Avaliação de Cenários de Política Tarifária para Promoção de Alimentação Adequada e Saudável para os Brasileiros
A	Renata Alves Monteiro	Universidade de Brasília	Estudos para subsidiar a regulação da publicidade infantil, taxação e rotulagem de alimentos
A	Renata Bertazzi Levy	Universidade de São Paulo	Ambientes Obesogênicos, Consumo de Alimentos Ultraprocessados e Estado Nutricional de Adolescentes
A	Riccardo Lacchini	Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto	Efeito de polimorfismos genéticos na via do cortisol sobre o risco para desenvolvimento de obesidade infantil na população brasileira
B	Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna	Universidade Federal da Paraíba	Impacto do programa Bolsa Família na saúde de gestantes, nutrizes e seus filhos até o sexto mês de vida
A	Soraia Pinheiro Machado Arruda	Universidade Estadual do Ceará	Consumo de alimentos ultraprocessados em adultos jovens de Ribeirão Preto, São Paulo: impacto na qualidade da dieta e associação com a obesidade.

C	Sylvia do Carmo Castro Franceschini	Universidade Federal de Viçosa	Estado nutricional de iodo, sódio e potássio no grupo materno-infantil brasileiro: um estudo multicêntrico
C	Tânia R. Bertoldo Benedetti	Universidade Federal de Santa Catarina	Recomendações de atividade física para a saúde a partir das práticas exitosas desenvolvidas no Sistema Único de Saúde
A	Zélia Maria Profeta da Luz	Centro de Pesquisas René Rachou/Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR	Avaliação da implantação do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A no Estado de Minas Gerais

Anexo V: Publicações 2020

Bortolini GA, Oliveira TFV, Silva SA, Santin RC, Medeiros OL, Spaniol AM, et al. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2020;44:e39. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.39>

Cesar, Juraci A.; S. Santos, Iná S.; Black, Robert E.; Chrestani, Maria.A.D.; Duarte, Fabio.A.; Nilson, Eduardo Augusto Fernandes. Iodine Status of Brazilian School-Age Children: A National Cross-Sectional Survey. Nutrients 2020, 12, 1077. <https://doi.org/10.3390/nu12041077>

Nilson, Eduardo Augusto Fernandes; Andrade, Rafaella da Costa Santin; Brito, Daniela Aquino de; Oliveira, Michele Lessa de. Costs attributable to obesity, hypertension, and diabetes in the Unified Health System, Brazil, 2018. Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health, 2020; 44:e32. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.32>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: Relatório de Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil e Relatório de Análise do consumo alimentar pessoal . Rio de Janeiro: IBGE, 2020. ISBN 978-85-240-4526-4 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47310.pdf>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Trabalho e Rendimento: Pesquisa Nacional de Saúde 2019: atenção primária à saúde e informações antropométricas. 2020

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Trabalho e Rendimento: Pesquisa Nacional de Saúde 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo para

Manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde – Volume 1: Abordagem coletiva. 2020 (em fase de normalização).

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Instrutivo para Manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde – Volume 1: Abordagem coletiva – Caderno de atividades coletivas. 2020 (em fase de normalização).

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Material teórico para suporte ao manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde. 2020 (em fase de normalização).

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade de São Paulo. Protocolos de Uso do Guia Alimentar para a População Brasileira na orientação alimentar: Bases teóricas e metodológicas e Protocolo para a população adulta (conteúdo finalizado. documento em fase de normalização pela Editora do MS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade de São Paulo. Protocolos de Uso do Guia Alimentar para a População Brasileira na orientação alimentar da pessoa idosa (conteúdo finalizado. Documento em fase de normalização pela Editora do MS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde. (conteúdo finalizado. Documento em fase de diagramação).

Anexo VI: Termos de Execução Descentralizada (TED) e Cartas Acordo

TEDs novos em 2020:

- Para a operacionalização do **ENANI-Covid** foram estabelecidos o **TED Nº 173/2020**, firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com objeto: Dar apoio financeiro para "ESTUDO E PESQUISA PARA APRIMORAMENTO DA REDE E PROMOÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, destinando recursos financeiros no valor de R\$ 14.214.776,00 (quatorze milhões, duzentos e quatorze mil, setecentos e setenta e seis reais), com vigência até 27/01/2023; e o **TED Nº 174/2020**, firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com objetivo: Dar apoio financeiro para "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE", visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, destinando recursos financeiros no valor de R\$ 714.166,00 (setecentos e quatorze mil, cento e sessenta e seis reais), com vigência até 28/12/2024.

TEDs e convênios em seguimento em 2020:

- **TED nº 63/2019** – firmado com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o objetivo de pesquisa do marco conceitual de Promoção da Saúde e Qualificação das ações de manejo da obesidade na Atenção Primária à Saúde.
- **TED nº 64/2019** – firmado com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com o objetivo de pesquisa para implementação do plano nacional de controle e prevenção da obesidade infantil.
- **TED nº 124/2019** – firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no país em temas de pesquisa de relevância para o SUS relacionadas às Políticas Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas e/ou com obesidade na Atenção Primária.
- **TED nº 141/2019** – firmado com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), visa fortalecer as ações de enfrentamento da múltipla carga de má nutrição no público escolar dos países em desenvolvimento

- **TED nº 137/2017** - firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para enfrentamento e controle da obesidade no âmbito do SUS, visa o fomento a projetos que integrem atividades de pesquisa, extensão e formação de trabalhadores da APS, desenvolvidos, preferencialmente, com Secretarias de Saúde dos estados e municípios. No último trimestre de 2020, foi tramitada a liberação da última parcela prevista, no valor de R\$ 1,8 milhões de reais.
- **TED nº 211/2017** - firmado com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para projeto de apoio bilateral e multilateral com outros países, o objetivo é fortalecer as relações multilaterais e bilaterais com países parceiros, incrementando o intercâmbio de experiências em alimentação e nutrição e enfrentamento das enfermidades crônicas (desnutrição e obesidade).
- **TED nº 65/2016** - firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para apoio a pesquisas científica, tecnológica, de desenvolvimento e inovação na área da alimentação e nutrição.
- **TED 115/2018**, firmado com Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem como objeto o Programa nacional de formação e qualificação de gestores e profissionais de saúde no combate da obesidade. No último trimestre de 2020, foi tramitado a liberação da última parcela prevista no valor de R\$ 1 milhão de reais.
- **TED 136 / 2017**, firmado com a Universidade Federal de Minas Gerais, e tem como objetivo dotar o país de informações sobre os determinantes, condicionantes e necessidades de saúde da população brasileira, permitindo estabelecer parâmetros consistentes para subsidiar a formulação de políticas públicas e o alcance da maior efetividade das ações de saúde. Foi realizada a transposição do Curso EaD de qualificação profissional de promoção da alimentação adequada e saudável da modalidade tutoriada para autoinstrucional, via plataforma UNASUS UFSC.
- **TED 163/2018**, firmado com a Fundação Euclides da Cunha –FEC/UFF, tem como objetivo implementar e aferir processos de intervenções voltadas à proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável no Sistema Único de Saúde (SUS) e nos segmentos da sociedade, avaliar a implantação da Estratégia Amamenta Alimenta Brasil (EAAB) em municípios com adesão ao Programa Criança Feliz e/ou alta prevalência de obesidade, analisar o processo de educação permanente dos profissionais da Atenção Básica para apoiar as pessoas/famílias no processo de amamentação e introdução da alimentação complementar, analisar o estado da arte de estratégias de intervenção no campo da

amamentação e alimentação complementar, como foco na Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL), desenvolver sensibilização e capacitação para profissionais de sociedade civil quanto à amamentação e proteção da alimentação infantil, monitorar e avaliar ações relacionadas à amamentação e proteção legal da alimentação infantil; aleitamento materno e alimentação complementar saudável no SUS.

- **Convênio 840350/2016**, firmado com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e tem como metas: apoio às atividades de revisão do Guia Alimentar para as crianças menores de dois anos; apoio às atividades de difusão, sensibilização para uso e avaliação de uso dos materiais de alimentação e nutrição no âmbito do PSE e apoio a atividades de fomento à rede de evidências de Alimentação e Nutrição.
- **2º TA do Termo de Cooperação Técnica nº 98/2017**, com a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS. A finalidade do termo de ajuste é o aprimoramento da Política Nacional de Atenção Básica por meio da Estratégia de Saúde de Saúde da Família, da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e outras políticas e programas, rumo ao Acesso Universal à Saúde e a Cobertura Universal de Saúde (Saúde Universal), no Brasil. Realizado incremento de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Cartas Acordo em seguimento em 2020:

- **CA Monitoramento do Termo de Compromisso para redução do teor de açúcar em alimentos processados e ultraprocessados**
Instituição: FUNED
- **Análise de sódio no contexto do Plano Nacional de Redução de Sódio em alimentos processados**
Instituição: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp – FUNCAMP
- **Caderno temático 20 anos da PNAN**
Instituição: Fiotec/Fiocruz
- **CA Protocolos de uso do Guia Alimentar para a População Brasileira na orientação alimentar por fases ou eventos do ciclo de vida.**

Instituição: NUPENS/USP

- **Desenvolvimento de Protocolo Clínico para o cuidado de crianças e adolescentes com obesidade (e suas comorbidades) no SUS**

Instituição: UERJ

- **Atualização das orientações para as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária**

Instituição: UFSE

Cartas Acordo firmadas em 2020:

- **Título: Formar Gestores para Ações de Alimentação e Nutrição em Saúde Pública**

Instituição: UNB

Valor: R\$ 729.300,72

- **Título: Elaborar documento contendo proposta de Adaptação do processo de implementação da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil e dos 12 passos para uma alimentação saudável, com base no guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos, à saúde indígena.**

Instituição: IBFAN

Valor: R\$ 350.000,000

- **Título: Elaborar materiais de apoio para qualificar a atuação de profissionais da APS na condução de intervenções dietoterápicas breves (não farmacológicas) para indivíduos com obesidade, diabetes e hipertensão.**

Instituição: UNB

Valor: R\$ 299.936,01

- **Título: Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição (2017-2018) e tendência temporal (1987-2018).**

Instituição: USP

Valor: R\$ 389.172,80

- **Título: Cursos autoinstrucionais para o cuidado de crianças com obesidade na APS**

e cuidado de crianças com APLV.

Instituição: UFSC

Valor: R\$ 400.000,00

- **Título: Elaboração de material técnico com as diretrizes para avaliação do estado nutricional e avaliação do consumo alimentar na Atenção Primária à Saúde.**

Instituição: UFSE

Valor: R\$ 240.000,00